



DIÁRIO

da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 26 DE MARÇO DE 2026

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Maria Germana de Sousa Rocha](#)
[José António Ribeiro de Carvalho](#)
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)

SUMÁRIO

O Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas.

Em declaração política, a Deputada [Angélique Da Teresa](#) (IL) abordou o tema da habitação, pronunciando-se sobre arrendamento urbano e heranças indivisas, tendo respondido posteriormente aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Carlos Barbosa](#) (CH), [Jorge Pinto](#) (L), [Fabian](#)

[Figueiredo](#) (BE), [Paula Santos](#) (PCP), [Humberto Brito](#) (PS) e [Gonçalo Lage](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Rui Tavares](#) (L) discorreu sobre o declínio da democracia na Europa, tendo, a esse propósito, feito referência aos critérios de nomeação dos juízes para o Tribunal Constitucional português. Respondeu,

de seguida, aos pedidos de esclarecimento dos Deputados **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD), **Eurico Brilhante Dias** (PS), **Pedro Pinto** (CH) e **Mário Amorim Lopes** (IL).

Em declaração política, a Deputada **Paula Santos** (PCP) debruçou-se sobre as dificuldades sentidas pelos jovens a nível de habitação e emprego, e sobre a situação da escola pública e o acesso ao ensino superior. Seguidamente, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados **Daniel Teixeira** (CH), **João Pedro Louro** (PSD), **Sofia Pereira** (PS) e **Fabian Figueiredo** (BE).

Em declaração política, o Deputado **Paulo Nuncio** (CDS-PP) apresentou a condenação do CDS-PP relativamente ao ataque com *cocktail molotov* que aconteceu na Marcha pela Vida, no dia 21 de março, em Lisboa, expressando indignação relativamente aos extremismos políticos. Respondeu, de seguida, aos pedidos de esclarecimento dos Deputados **Margarida Afonso** (PS), **Inês de Sousa Real** (PAN), **Rita Matias** (CH), **António Rodrigues** (PSD), **Paula Santos** (PCP) e **Fabian Figueiredo** (BE).

Em declaração política, o Deputado **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD) falou sobre política geral, elogiando a ação do Governo e fazendo uma comparação com o estado do País há 50 anos. Respondeu, posteriormente, aos pedidos de esclarecimento dos Deputados **Tomás Pereira** (L), **Inês de Sousa Real** (PAN), **Rodrigo Saraiva** (IL), **Nuno Fazenda** (PS) e **Alfredo Maia** (PCP).

Em declaração política, o Deputado **Bernardo Pessanha** (CH) criticou a violência política e o que considerou um duplo critério quando a mesma vem da esquerda ou da direita, tendo de seguida respondido aos pedidos de esclarecimento dos Deputados **Paulo Muacho** (L), **António Rodrigues** (PSD) e **Pedro Delgado Alves** (PS).

Em declaração política, o Deputado **Armando Mourisco** (PS) referiu-se à situação socioeconómica do País e à sua perceção pelos portugueses. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados **João Pinho de Almeida** (CDS-PP), **Tomás Pereira** (L), **Hugo Carneiro** (PSD), **Rodrigo Saraiva** (IL), **Paula Santos** (PCP) e **Pedro Pinto** (CH).

Em declaração política, a Deputada **Inês de Sousa Real** (PAN) pronunciou-se sobre os maus-tratos a animais e a transferência da tutela legal dos animais de companhia para a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), tendo respondido aos pedidos de esclarecimento dos Deputados **Júlia Rodrigues** (PS), **Jorge Pinto** (L) e **André Ventura** (CH).

Foi lido o Projeto de Voto n.º 453/XVII/1.^a (apresentado pela CCCJD) — De pesar pelo falecimento do jornalista e escritor Mário Zambujal, tendo sido aprovada a respetiva parte deliberativa. (a) Depois, a Câmara guardou 1 minuto de silêncio.

Foi aprovada a parte deliberativa do Projeto de Voto n.º 456/XVII/1.^a (apresentado pelo PAR) — De congratulação a Agate de Sousa, Gerson Baldé e Isaac Nader, pelos resultados obtidos no Campeonato do Mundo de Atletismo de Toruń. (a)

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (votação da assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão da Reforma do Estado e Poder Local, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 240/XVII/1.^a (PS) e 279/XVII/1.^a (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Vila Cova de Alva à categoria de vila histórica.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (votação da assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão da Reforma do Estado e Poder Local, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 245/XVII/1.^a (PS) e 278/XVII/1.^a (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Côja à categoria de vila histórica.

Foi aprovado, na generalidade, na especialidade (votação da assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade em sede de Comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão da Reforma do Estado e Poder Local, relativo aos Projetos de

Lei n.ºs 242/XVII/1.^a (PS) e 280/XVII/1.^a (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Semide à categoria de vila histórica.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, relativo ao Projeto de Resolução n.º 613/XVII/1.^a (PS) — Recomenda ao Governo um conjunto de medidas destinadas à mitigação de perdas em diversas atividades económicas e à recuperação das respetivas capacidades, bem como à recuperação de habitações.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 81/XVII/1.^a (PSD) — Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/2009, de 2 de março, que define as regras aplicáveis aos serviços de radiocomunicações de amador e de amador por satélite, bem como o regime de atribuição de certificados e autorizações especiais aos amadores e de licenciamento das estações de uso comum, 215/XVIII/1.^a (CH) — Estabelece medidas de incentivo ao radioamadorismo em Portugal, alterando o Decreto-Lei n.º 53/2009, de 2 de março, e 426/XVII/1.^a (PAN) — Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/2009, de 2 de março, eliminando o limite mínimo de idade para obtenção do Certificado de Amador Nacional e assegurando a descentralização dos locais de realização do exame de aptidão de amador.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Lei n.º 428/XVII/1.^a (PAN) — Reforça os direitos dos jovens na transição dos serviços pediátricos para os serviços para adultos quando perfazem dezoito anos de idade, alterando a Lei de Bases dos Cuidados Paliativos e a Lei n.º 15/2014, de 21 de março.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 525/XVII/1.^a (JPP) — Recomenda ao Governo da República a adoção de medidas urgentes de reposição das capacidades produtivas agrícolas e de apoio excepcional aos agricultores afetados pelas tempestades ocorridas no final de janeiro de 2026.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º 147/XVII/1.^a (PAN) — Pela inclusão das despesas com o realojamento emergencial das vítimas de violência doméstica e dos seus filhos no âmbito da cobertura prevista nas apólices de seguros multirriscos habitação em Portugal.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Lei n.º 454/XVII/1.^a (PAN) — Cria um regime excecional de apoio financeiro às entidades de proteção animal afetadas pela tempestade *Kristin* e por outros eventos climáticos extremos.

Na sequência da aprovação de um requerimento, apresentado pelo PS, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade do artigo 29.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, constante do texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo à Apreciação Parlamentar n.º 5/XVII/1.^a (PS) — Decreto-Lei n.º 127/2025, de 9 de dezembro, que altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, usaram da palavra os Deputados **Miguel Cabrita** (PS), **Carla Barros** (PSD), **Alfredo Maia** (PCP), **Felicidade Vital** (CH), **Paulo Nuncio** (CDS-PP), **Mariana Leitão** (IL), **Tomás Pereira** (L), **Fabian Figueiredo** (BE), **Inês de Sousa Real** (PAN) e **Filipe Sousa** (JPP). Foram rejeitadas, na especialidade, todas as propostas de alteração, tendo sido também rejeitado, em votação final global, o texto final.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º 680/XVII/1.^a (L) — Recomenda o reforço da oferta de vagas gratuitas para a primeira infância e a fiscalização dos serviços de creche e ama.

Foram rejeitados os Projetos de Resolução n.ºs [691/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda a manutenção do Estado na Cooperativa António Sérgio para a Economia Social e a valorização estratégica da economia social e do cooperativismo e [694/XVII/1.ª](#) (PS) — Recomenda ao Governo que reconsidere a exoneração da parte pública da CASES — Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, suspenda o processo, evitando a extinção desta entidade, e inicie de imediato um processo de diálogo com os cooperadores da CASES para salvaguardar o interesse público, a economia social e os trabalhadores.

Foi aprovado, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo ao Projeto de Resolução n.º [633/XVII/1.ª](#) (L) — Proteger alunos depois das tempestades: recuperar as infraestruturas escolares e as aprendizagens.

Foi aprovado o Projeto de Resolução n.º [635/XVII/1.ª](#) (L) — Recomenda ao Governo que garanta comunicação dedicada à segurança das pessoas surdas em contextos de emergência.

Foi rejeitado o Projeto de Lei n.º [388/XVII/1ª](#) (IL) — Alteração à Lei de Bases do Clima (segunda alteração à Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro).

Foram ainda aprovados pareceres da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados a autorizar um Deputado do PSD a prestar depoimento em tribunal e sobre a retoma de mandato de um Deputado da IL.

O Presidente encerrou a sessão eram 18 horas e 50 minutos.

(a) Estas votações tiveram lugar ao abrigo do n.º 10 do [artigo 75.º](#) do Regimento.

O Sr. **Presidente**: — Boa tarde.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade para abrirem as portas a quem quiser assistir aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas.

Pausa.

Pedia aos Srs. Deputados o favor de se irem sentando para podermos começar os nossos trabalhos.

Pausa.

Ora, já estamos em condições de poder começar.

O primeiro ponto da nossa ordem de trabalhos é sem tempos. Passamos, portanto, ao segundo ponto, que consiste em declarações políticas.

Pedia às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados o favor de se sentarem, aqueles que estão em pé, para poder dar a palavra, para a primeira intervenção da nossa sessão, à Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal.

Antes disso, porém, tem a palavra a Sr.^a Secretária da Mesa Germana Rocha, para ler o expediente.

A Sr.^a **Secretária** (Germana Rocha): — Sr. Presidente, é para informar a Câmara que já se encontram disponíveis no portal da Assembleia da República as iniciativas que deram entrada na Mesa desde a última sessão.

É tudo, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Agora sim, Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa, tem a palavra para uma declaração política. Faça favor.

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Mesmo quando chumbam as propostas da Iniciativa Liberal e na semana seguinte nos convocam para dizer que as querem aproveitar, nós não viramos as costas. Por isso, aqui estamos hoje para falar de habitação — arrendamento e heranças indivisas.

Num país em que cerca de 70 % dos portugueses são proprietários, 3/4 dos proprietários vivem em casa própria, e, perante catástrofes, tantas dessas pessoas não querem deixar as suas casas para trás, porque são o fruto do sacrifício de uma vida, a garantia de uma reforma descansada e a riqueza que vão deixar aos filhos, não podemos continuar a permitir que a propriedade privada seja desrespeitada, nem que a habitação seja inalcançável, porque uma casa é um bem essencial.

Em Portugal, temos um Estado com devolutos e mais de 700 000 imóveis vazios. Por isso, não é a desculpar a incompetência do Estado, nem a desejar a morte aos senhorios, nem a defender ocupações ilegais que vamos lá.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Até porque o preconceito e a incitação ao ódio são sempre asquerosos. Pôr o arrendamento a funcionar implica que o Estado assuma as suas responsabilidades sociais junto dos arrendatários mais frágeis. É preciso clarificar quem faz o quê e a Iniciativa Liberal não abdica disto.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Temos um Estado em todo o lado, mas que depois falha naquilo que é obrigação. É inaceitável.

As nossas propostas são claras: a ação social cabe ao Estado e não ao privado, para qualquer contrato, mesmo para aqueles anteriores a 1990.

Uma justiça lenta não é justa e, por isso, qualquer incumprimento contratual deve ser resolvido de forma célere, seja quem for o culpado. Mais uma vez, havendo fragilidade económica é o Estado que se chega à frente.

Muito se tem falado também dos seguros de renda, que não têm tido adesão.

A Iniciativa Liberal propõe a criação de uma caução, de forma totalmente voluntária, que não esteja nem na posse do arrendatário, nem na posse do proprietário, para trazer mais segurança ao arrendamento.

Os arrendamentos também não são todos iguais e por isso propomos dois modelos: o de habitação própria e permanente, que já existe e que traz mais estabilidade; e a habitação própria temporária, para estudantes e trabalhadores deslocados, porque não é justo que um inquilino pague uma renda durante um ano inteiro para garantir uma casa, quando só precisa dela durante um período mais curto.

O arrendamento sempre foi o parente pobre da habitação, mas é a forma mais rápida de injetar mais oferta; por isso, se o Governo quiser acompanhar a Iniciativa Liberal nas reformas que precisam de ser feitas, vamos a isso. Caso contrário, vamos sozinhos.

Quanto às heranças indivisas, as nossas propostas têm como objetivo comum acelerar acordos e evitar as litigâncias em tribunal. Para isso é fundamental aumentar a liberdade sucessória: não penalizar fiscalmente acordos de doação que se façam entre herdeiros, fomentar as doações em vida, permitir que a maioria dos herdeiros possa vender ou arrendar, sem desproteger, naturalmente, os restantes.

Não podemos continuar a permitir que uma única pessoa seja responsável por bloquear famílias inteiras e, conseqüentemente, milhares de casas e milhares de terrenos rústicos por esse País afora.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Acabo como comecei: mesmo quando chumbam as propostas da Iniciativa Liberal e na semana seguinte nos convocam para dizer que as querem aproveitar, nós não viramos as costas. Aqui estamos nós: um partido reformista, que apresenta propostas e pôs o País inteiro a falar em baixar impostos, em aumentar a oferta na habitação, em privatizar a TAP (Transportes Aéreos Portugueses), falámos da obesidade do Estado, da opacidade do setor empresarial do Estado, da literacia financeira nas nossas escolas, da liberdade de escolha na saúde, da reforma do sistema eleitoral, de crescimento económico e de reformas. Meus senhores, reformas!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Ministro Pinto Luz, aqui está a resposta ao desafio lançado, ao desafio que lançou à Iniciativa Liberal. Agora, tenha a coragem de a incorporar.

Aplausos da IL e do Deputado do CH Diogo Pacheco de Amorim.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem seis pedidos de esclarecimento. Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Barbosa, do Chega.

Pausa.

Mas antes, diga-nos: como é que quer responder, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, respondo em dois grupos de três.

O Sr. **Presidente**: — Então, para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Barbosa.

Faça favor.

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa, a Iniciativa Liberal, algo a que sempre nos tem habituado, constantemente, é à questão do mercado: a regulação faz-se pelo mercado e o mercado é que vai decidir tudo. E, muitas vezes, nós concordamos que o mercado deve ter um processo mais

intervencionista, mas também não podemos esquecer que o Estado também tem de ter a sua quota-parte de responsabilidade.

Nesse sentido, não nos podemos esquecer que neste ponto das heranças indivisas temos conhecimento de que existem 400 000 imóveis prontos a serem utilizados e colocados no mercado. Alguns mais rápido, outros mais lentamente, mas a serem colocados no mercado. E aqui vemos realmente o sinal claro de que o próprio Governo quer — e foi ao encontro tanto do que o partido Chega defende, como a Iniciativa Liberal também defende — que devemos dar garantias jurídicas para que os proprietários possam colocar estas habitações no mercado. E concordamos plenamente com a forma como está a ser feito, de ao fim de dois anos colocarmos estes imóveis no mercado.

Mas também temos de ver que o mercado não se regula sozinho. E estas questões dos arrendamentos, em que vocês também dizem que as próprias rendas devem ser reguladas,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O quê?!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — ... também não aceitamos que, de certa forma, vocês libertem a circunstância de as próprias rendas,...

Protestos de Deputados da IL.

Sim, porque vocês dizem sempre que o mercado deve ser livre, e nós, nessa circunstância, aceitamos que também devemos ter consideração pelas pessoas que não têm capacidade para pagar as rendas.

Mas há uma situação de que a Iniciativa Liberal se recusa completamente a falar, que é a questão dos «ocupas».

Risos da IL.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O quê?! Nós falámos disso!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — E é isto que nós temos de ter em conta e queremos uma explicação da Iniciativa Liberal, pois não vemos uma resposta clara da Iniciativa Liberal sobre esta situação,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem! Bem lembrado! Bem lembrado!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — ... e nós queremos que a Iniciativa Liberal nos diga de que lado da barricada é que está:...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Nós fizemos a proposta!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — ... e se temos de realmente criar condições para que os «ocupas» sejam retirados do mercado o mais rapidamente possível...

Risos da IL.

... e para que as pessoas...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — ... tenham as suas casas disponíveis mais rapidamente.

Aplausos do CH.

Risos da IL e do L.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — O *ChatGPT* deve estar com um *bug*! Deve estar com problemas!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vocês é que usam o *ChatGPT*!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, para um pedido de esclarecimento. Faça favor.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias, cumprimento também a Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa e começo por dizer que estes debates de declarações políticas são muito importantes. Na verdade, é o momento em que os partidos políticos, por um lado, assinalam e identificam um problema que aflige a vida dos portugueses e, por outro, trazem as soluções que acham adequadas para dar resposta a esse problema.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Muito bem!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — No caso da Iniciativa Liberal, podemos não saber qual é o problema identificado, mas sabemos sempre qual será a resposta trazida: flexibilizar, flexibilizar, flexibilizar.

Protestos da IL.

Trazer menos regulação à vida dos portugueses — esta é a solução da Iniciativa Liberal para todos os problemas.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — É a motosserra!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Há um pequeno problema, que se chama «realidade».

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Que vocês desconhecem!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Há poeira!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E no caso da habitação, essa realidade está à vista de todos: preços que não param de subir, recordes batidos mês após mês e casas a preços completamente insustentáveis para a grande maioria dos portugueses.

Mas eis que surge o Governo e diz que quer flexibilizar a lei do arrendamento urbano. As «antenas» da Iniciativa Liberal, sempre atentas à palavra «flexibilizar», logo dizem: calma lá, nós aqui estamos! E onde o Governo diz «mata», logo vem a Iniciativa Liberal dizer «esfola».

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Ora bem!

Aplausos do L.

Risos da IL.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Vejamos bem uma coisa: há duas semanas apenas, a IL trouxe aqui o Projeto de Lei n.º 453/VII/1.^a, em que queria trazer mais flexibilidade — uma vez mais, flexibilidade — a estes contratos, desprotegendo os arrendatários. Como é que foram as votações? Veja-se lá, apenas o Chega, apenas o Chega, no seu radicalismo, apesar destes ziguezagues constantes em cada uma das declarações, acompanhou o vosso projeto.

Protestos da Deputada do CH Marta Martins da Silva.

Hoje, poucas semanas depois, voltam ao mesmo, dizendo: calma lá, nós estamos preocupados com os idosos! Calma lá, nós estamos preocupados com a taxa de esforço!

Mas, no fundo, nós sabemos muito bem o que move a Iniciativa Liberal: flexibilizar e preocupação mínima ou nenhuma para com aqueles que não conseguem pagar as suas rendas.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É dar confiança!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Portanto, Sr.^a Deputada, a minha pergunta é muito simples: olhando para a realidade, olhando para os preços em Portugal, está ou não de acordo com o Governo quando este diz que 2300 € são rendas acessíveis? Não acha que deixar ao mercado a solução dos problemas da habitação vai resultar num falhanço tremendo, como até aqui?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que dispõe de 1 minuto.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa, cumprimento-a e digolhe que tem razão: o Governo tem copiado a agenda da Iniciativa Liberal em matéria de habitação.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Antes fosse!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Aliás, há uma grande convergência no alojamento local, na lei dos solos, no arrendamento, no choque fiscal.

E, agora, vamos à conclusão: a bancada da Iniciativa Liberal, tal como a do PSD e a do CDS, é responsável por termos batido mais um recorde. Chegámos ao *Guinness* europeu do aumento do preço da casa.

Vozes da IL: — Oh...!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Portanto, o resultado da inspiração da Iniciativa Liberal é o que os portugueses sentem todos os meses na prestação da casa e no pagamento da renda. Lisboa é das cidades mais caras para viver. Um português, um jovem, que ganhe um salário médio, tem de usar 90 % do seu salário para pagar um T1 em Lisboa e no Porto tem de usar 80 %. E o que a Sr.^a Deputada aqui vem dizer é que o PSD e o CDS devem copiar ainda mais as medidas da IL para o preço das casas ficar ainda mais caro.

Portanto, pergunto-lhe, Sr.^a Deputada: acha que é mesmo isentando de impostos quem cobra rendas de 2300 € que nós vamos garantir, a quem estuda e a quem trabalha em Portugal, que consegue ter acesso a uma casa na cidade ou na vila em que quer viver?

Protestos do PSD e da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para responder a este conjunto de pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Barbosa, acho que a sua intervenção lhe correu francamente mal, porque começou como socialista...

Risos do Deputado do L Paulo Muacho.

... e depois ficou completamente baralhado.

Disse que a Iniciativa Liberal defende que as rendas devem ser reguladas.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Mas o Chega opôs-se!

O Sr. **Carlos Barbosa** (CH): — Não devem ser reguladas, foi o que eu disse!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Deputado, não sei em que planeta é que anda.

Disse também que não sabia qual era a posição da Iniciativa Liberal sobre as ocupações ilegais. Sr. Deputado, a Iniciativa Liberal apresentou uma proposta sobre as ocupações ilegais, que desceu à 1.^a Comissão e foi debatida. Portanto, por favor, prepare-se um bocadinho melhor, que foi um bocadinho constrangedor.

Risos da IL.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Que desagradável!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, os senhores querem o mesmo dos vossos irmãos gémeos do Bloco de Esquerda, que é o teto às rendas, e o Bloco de Esquerda ficou reduzido a um Sr. Deputado,...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Responda é à nossa pergunta!

A Sr.^a **Angélique da Teresa** (IL): — Portanto, continue que está no bom caminho, não vou ser eu a impedi-lo de prosseguir essa saga.

Só há uma correção que tenho de lhe fazer, porque o que disse é desonesto, é intelectualmente desonesto. Na proposta que nós apresentámos e que o Sr. Deputado referiu, nós definimos três critérios de apoio à renda para os inquilinos: primeiro, idade; segundo, taxa de esforço; terceiro, rentabilidade. Portanto, ou é desonesto intelectualmente ou não leu.

Protestos do CH e contraprotestos da IL.

Sr. Deputado Fabian de Figueiredo, do Bloco de Esquerda, confesso que não consigo aceitar aulas sobre habitação.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso mesmo! Não tem o Robles!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Sabe porquê? Primeiro, tem de libertar o prédio que ocupa, aqui, a poucos metros da Assembleia da República,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Claro!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — ... que pertence à Câmara Municipal de Lisboa,...

Vozes do CH: — Ora bem!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — ... e que poderia ser uma casa de abrigo, Sr. Deputado, mas VV. Ex.^{as} continuam com aquele edifício ocupado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Desocupem!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Portanto, não dê aulas sobre habitação à Iniciativa Liberal, por favor.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa, cumprimento-a pelo tema que traz a debate, muito embora discordemos totalmente da posição da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ainda bem! Graças a Deus!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Mas não posso deixar de fazer uma referência à sobrançeria com que a Iniciativa Liberal intervém neste debate, ela é proporcional ao desprezo que tem pela vida das pessoas e pela dificuldade da vida das pessoas.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Que vergonha! Que vergonha de afirmação!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Só de 2025 para 2026, o preço das casas em Portugal aumentou quase 18 %. São os valores mais altos de sempre nas rendas, nos preços e nos lucros. Entretanto, os despejos estão também em máximos históricos: aumentaram 44 % no ano passado, sendo que quase 1500 famílias ficaram sem casa. Isto a somar aos milhares e milhares de casos em que as pessoas são sujeitas a contratos de um ano ou a arrendamentos sem contrato sequer.

Diz-nos a Iniciativa Liberal que falta aumentar a oferta. Então, o que diz a Sr.^a Deputada dos números que indicam um aumento da oferta no mercado imobiliário, tal como tem vindo a acontecer nos últimos anos, em que a oferta aumenta mais do que a procura, mas em que os preços não cessam de aumentar?

Há cada vez mais pessoas em situação de sem-abrigo, há cada vez mais pessoas a dormir numa tenda, há cada vez mais pessoas de saco às costas com os filhos atrás.

Protestos do Deputado da IL Mário Amorim Lopes.

A Iniciativa Liberal ainda quer ir além do Governo, propondo levar ainda mais longe a selvajaria e a desumanidade desta especulação. A vossa liberdade de escolha neste sacrossanto mercado que nos querem impor é a tal escolha de que falavam as faixas e cartazes nas manifestações sobre a habitação: «Estamos fartos de escolher pagar a casa ou comer.»

Por isso, saudamos os milhares de pessoas que estiveram no passado sábado a erguer a voz pelo direito à habitação na jornada Casa para Viver e daqui expressamos a nossa solidariedade, assim como reiteramos o nosso empenho em intervir e propor medidas para enfrentar e combater este bodo aos ricos, que os senhores, de mão dada com o Governo e com o Chega, querem impor ao País.

A casa tem mesmo de ser para viver e não para especular como os senhores defendem.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Humberto Brito, que dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar as Sr.^{as} e os Srs. Deputados e, particularmente, a Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa.

Sr.^a Deputada, a habitação é um tema central da vida das portuguesas e dos portugueses e, por isso, é sempre bem-vindo quando nós podemos discutir, na Casa da democracia, este tema central, e poder fazê-lo com total transparência sobre as posições que os diferentes partidos políticos apresentam ao País.

Na verdade, era importante, desde logo, termos noção de que o artigo 65.º da Constituição da República Portuguesa defende a habitação como um direito, um direito das famílias.

É a essa diferença conceptual, teórica e real que todos nós podemos assistir em Portugal, porque quando nós falamos de habitação, falamos sobre realidade, falamos sobre a existência, falamos sobre a garantia de uma condição básica para a dignidade da pessoa humana, e aquilo a que temos assistido é que o mercado e a economia não têm trazido soluções para a resolução do problema de habitação, tal como a Iniciativa Liberal defende.

Prova disso mesmo — e são factos — é o aumento do preço das casas, ou seja, o mercado não defende, não resolve o problema da habitação em Portugal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Resolvem vocês! O PS resolve!...

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — E quando a atual AD (Aliança Democrática) está a desmantelar o Instituto de Reabilitação e Habitação Urbana,...

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — A desmantelar?

O Sr. **Humberto Brito** (PS): — ... pondo em causa a construção pública de edifícios para garantir que os jovens possam ter acesso a uma habitação, ou ter acesso a habitação não só para a aquisição, mas também para o arrendamento acessível, efetivamente, a Iniciativa Liberal abdicou de cumprir com esta norma fundamental da Constituição da República Portuguesa, porque reduzir impostos não resolve o problema e retira forma de financiamento para a construção pública.

A pergunta que lhe deixo é a seguinte: como é que resolve esta incoerência de reduzir impostos aos senhorios e aos fundos imobiliários e construir mais casas públicas para os jovens e para as famílias portuguesas?

Aplausos do PS.

Protestos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Gonçalo Lage.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Sr. Presidente, quero agradecer à Iniciativa Liberal por ter trazido este tema hoje a debate e reconhecer perante todos que hoje o tema da habitação é um problema transversal — e todos nós o reconhecemos —, e isso já foi um passo bastante importante para conseguirmos encontrar as melhores soluções para endereçar este problema.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, se há um tema onde o Governo tem sido incansável e tem feito reformas verdadeiramente estruturais é precisamente no tema da habitação.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Nós fizemos a reforma no que respeita ao tema fiscal da habitação. Estamos precisamente a dar confiança aos proprietários, para estes poderem colocar mais casas no mercado, quando durante anos e anos tivemos o Partido Socialista a penalizar os proprietários e a seguir um caminho de arrendamento coercivo, que a única coisa que fazia era retirar confiança ao mercado e fazer com que os proprietários não arrendassem as suas casas.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — No tema da simplificação administrativa, também demos um passo determinante. Não era possível continuarmos com projetos para construir habitação parados durante anos e anos nas gavetas das câmaras municipais sem que nada fosse feito.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Portanto, nesta matéria também o Governo teve um papel fundamental, criando regras simples e concretas para que quem queira construir submeta um projeto e esse projeto seja previsível no tempo e previsível no custo, porque o tempo que esse projeto demora também é um custo que vai ser refletido no final.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Por isso, a pergunta que eu gostaria de fazer aqui, diretamente, à Iniciativa Liberal e à Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa, tem a ver com um tema que, para nós, foi fundamental.

Era importante reduzir a contribuição e o pagamento de impostos que era feito sobre as rendas aos proprietários. Nós quisemos reduzir de 25 % para 10 % e a Iniciativa Liberal propõe reduzir de 25 % para 14,5 %, mas nós fomos mais à frente para dar confiança ao mercado.

Portanto, a pergunta que faço à Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa é se, efetivamente, a Iniciativa Liberal continua a defender o pagamento do imposto de 14,5 % ou defende o imposto de 10 %, como o PSD e o Governo implementaram.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Paula Santos, começo por si.

O Gabinete de Imprensa do PCP, em resposta a um órgão de comunicação social, quando esse órgão de comunicação social andava a investigar o vasto património do PCP, que é um dos partidos com mais património imobiliário,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade! São uma agência imobiliária!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — ... disse o seguinte: «Os comunistas assumem que a independência financeira é uma questão vital. Trata-se, aliás, de matéria indissociável da independência política e ideológica.»...

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Pelo menos não somos como a IL!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — ...«(...) que seja possível ao Partido financiar toda a sua atividade através das suas forças e meios, seja mediante a quotização de militantes, seja a partir de campanhas extraordinárias de recolha de fundos ou da compra e venda de património.»

A pergunta que faço à Sr.^a Deputada Paula Santos é a seguinte: porque é que com o PCP o problema é a vitalidade e a independência financeira, mas os outros todos são especuladores?

Aplausos da IL.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pois é! É isso!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Os senhores têm as mãos quentes pelos grupos económicos!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Deputado Humberto Brito, do Partido Socialista, a quem agradeço a questão, entendo que o Partido Socialista não perceba o que são incentivos positivos na economia. Vocês realmente não percebem, porque só conseguem ver a ótica da penalização.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso! Exato!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Portanto, não vale a pena estarmos aqui a debater, porque acho que os senhores nunca lá vão chegar.

De qualquer forma, aquilo que eu gostaria de lhe dizer é o seguinte: onde é que o Partido Socialista estava quando foi Governo, para, pelo menos, pôr os devolutos do Estado no mercado? Onde é que os senhores andaram?

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Nem sequer o levantamento dos devolutos do Estado conseguiram concluir, isso está agora a tentar finalizar-se.

Aplausos da IL.

Sr. Deputado Gonçalo Lage, também não vai deturpar aquilo que a Iniciativa Liberal apresentou. A Iniciativa Liberal apresentou o programa eleitoral e, entretanto, apresentou — e o senhor acompanha-me na Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação — uma série de propostas de alteração à proposta do Governo.

Portanto, Sr. Deputado Gonçalo Lage, o senhor anda muito distraído, ou, então, não acompanhou as propostas que nós apresentámos.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente**: — Está concluída esta primeira declaração política.

Como as nossas galerias já estão completamente preenchidas, aproveito para, antes de dar a palavra ao próximo orador, anunciar à Câmara que estão a assistir aos nossos trabalhos alunos e professores da Escola Secundária de Barcelos; alunos e professores da Escola Secundária de Paredes; alunos e professores do Agrupamento de Escolas de Pombal; alunos e professores do Passeio Municipal Sénior, de Paços de Ferreira; alunos e professores do Agrupamento de Escolas D. António Taipa, de Freamunde; alunos e professores do Lycée de Bellevue, Fort de France, ilha de Martinica; participantes das Jornadas da Democracia; um grupo de convidados da Escola Secundária de Fafe; convidados do Agrupamento de Escolas Salgueiro Maia, de Fazendas de Almeirim; e convidados da Juventude Socialista de Vila do Conde. Estão nas diversas galerias a assistir aos nossos trabalhos.

Aplausos gerais.

Agora dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Tavares, para a declaração política em nome do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Caras e Caros Colegas, Caros Concidadãos nas galerias — em particular jovens, o que nos agrada sempre muito ver na Casa da democracia —: sejam bem-vindos e bem-vindas, juntando-me às saudações do Sr. Presidente.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

A democracia está em degradação e declínio e isso é comprovado por inúmeros relatórios internacionais. Não é novidade de que se trata de uma doença contagiosa.

Há 100 anos, na Europa, país após país caiu para regimes autoritários. A uns chamamos fascistas, os outros nazis, os outros passaram do leninismo para o estalinismo, mas creio que todos estaremos de acordo em que todos eram autoritários. Todos introduziram polícia política, todos introduziram censura, todos tiveram presos políticos e todos levaram a Europa para a guerra. É para onde os autoritários sempre levam as democracias, quando as conseguem esvaziar por dentro.

Para muita gente, isto não é novidade. Ano após ano instituições internacionais como a Freedom House ou agora a V-Dem (Varieties of Democracy) publicam os relatórios que comprovam aquilo que estou a dizer, que a queda na qualidade da democracia liberal, no índice de democracia liberal é sem precedentes nos Estados Unidos, muito agravada na Europa, e particularmente grave em alguns países europeus, como a Hungria.

Protestos do CH.

Para muita gente isto pode ser uma questão meramente abstrata. E podem dizer: «Bem, que temos nós com isso desde que a nossa qualidade de vida melhora?» A notícia é que não melhora, porque estes países também são, em geral, os países mais corruptos do mundo.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

E o exemplo húngaro na Europa é absolutamente claro. O país mais corrupto da União Europeia, que tem gastado o dinheiro dos contribuintes da União Europeia — incluindo o nosso — a encher os bolsos dos seus governantes e a deixar, evidentemente, menos para o povo.

O país onde houve menos medidas contra a inflação, o país onde o custo de vida mais tem aumentado nos últimos anos, e dos países com a economia mais estagnada da União Europeia.

Autoritarismo é também igual a pobreza, é também igual a menos dinheiro no bolso das pessoas, é igual a vidas mais infelizes. Basta perguntar aos húngaros, sempre que tiverem ocasião de lá ir.

*Aplausos do L.**Protestos do Deputado do CH Pedro Correia.*

A questão que se coloca depois é o que é que acontece a seguir a uma derrota eleitoral, que pode acontecer já no próximo dia 12 de abril. Com um Estado aparelhado e um Tribunal Constitucional completamente dominado pelo Fidesz - União Cívica Húngara e pelo Sr. Viktor Orbán, é muito fácil, a partir dali, minar todo o terreno à normal transição democrática.

O Sr. **Pedro Correia** (CH): — Normal?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E é aí que temos de perceber como é que isso nos impacta, a nós. Países com este grau de polarização, com este grau de repressão e autoritarismo são países nos quais aumenta a violência política, venha ela de onde vier. E todos aqui sabem que o Livre condena qualquer violência política, venha de onde vier, imediatamente e logo. Aqui em Portugal também, como fizemos ainda anteontem, precisamente tendo em conta o episódio que hoje será aqui falado, do ataque a uma marcha, aqui bem perto, em Lisboa.

Ora, quem quer combater essa degradação da democracia tem responsabilidades e creio que essas são partilhadas por nós todos.

Eu quero falar muito tranquilamente, muito serenamente a todos os partidos aqui, um a um, e confrontá-los com aquilo que trazem de novidade e de discurso para a própria política portuguesa.

Posso começar pelo Chega. Falar muito serenamente. Se o Chega diz que quer acabar com o sistema, quer acabar com as negociatas à porta fechada, quer acabar com os partidos a aparelharem o Estado,...

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Quer, quer!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... o Chega tem agora uma oportunidade para fazer aquilo em que diz acreditar. E na discussão que estamos a ter, em que este Parlamento está bloqueado há tanto tempo, para uma coisa tão importante como fazer as nomeações do Tribunal Constitucional, não podemos ver o Chega — infelizmente temos visto, mas espero que ainda venham a mudar — a querer a mesma coisa que o sistema, só que agora, para vocês.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Ser contra o sistema não é estar fora do regime!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — A partir do momento em que já pode ser para o Chega, está tudo bem.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É só isso que vos interessa!

Protestos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Mas, aliás, não há problema, porque aquilo que digo ao Chega é o mesmo que digo ao PS: se a discussão sobre os juizes do Tribunal Constitucional for uma discussão meramente partidária, não contem connosco para essa discussão, não contem connosco para essa discussão.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não contam para nada!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E aliás, é o mesmo que digo ao PSD. O PSD não precisa de concordar comigo acerca disto,...

Protestos do PSD e de Deputados do CH.

... basta concordar com o insigne constitucionalista que é militante prestigiado do vosso partido, o Prof. Miguel Poiães Maduro, que diz que este bloqueio entre partidos, esta incapacidade de nomear os juizes no Tribunal Constitucional —...

Protestos de Deputados do CH.

... que não é uma questão abstrata, porque são eles que vão decidir sobre os vossos direitos do trabalho, os vossos direitos ambientais, os vossos direitos como consumidor; são eles que vão decidir se há austeridade ou não, se há cortes nas pensões ou não —, tem um lugar muito importante e que se deve aproveitar esta pré-crise constitucional em que os diretórios partidários nos estão a colocar...

Protestos da Deputada do CH Felicidade Vital.

... para escolher de uma forma que é mais consentânea com o espírito da Constituição, em total abertura e independência, transparência e exigência dentro do Parlamento.

E há dois partidos que, neste quadro, no atual contexto, têm uma importância muito grande. A verdade, por muito que se diga, é que AD (Aliança Democrática) e Chega juntos não fazem dois terços; AD e PS juntos não fazem dois terços.

Protestos de Deputados do CH.

Se os dois partidos-chave aqui,...

Protestos da Deputada do CH Felicidade Vital.

... e digo-o olhos nos olhos com o líder parlamentar Mário Amorim Lopes — e é um desafio que lanço também a Mariana Leitão e a todo o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal —, se a Iniciativa Liberal e o Livre, disserem, em conjunto,...

Protestos de Deputados do CH.

... que não aceitam uma escolha que seja feita pelo cartão partidário, que não aceitam uma escolha feita com os vícios do costume, que não aceitam uma escolha feita à porta fechada, a Iniciativa Liberal tem agora, também, a oportunidade de ser coerente, não comigo, mas consigo mesma; ou seja, dizer que vem para fazer política de uma forma diferente.

A partir do momento em que o Livre e a Iniciativa Liberal o digam, o jogo muda. Lanço este desafio e espero que deem uma resposta positiva.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem quatro pedidos de esclarecimento. Como é que pretende responder?

O Sr. **Bruno Nunes** (CH): — São mais pedidos de esclarecimento do que Deputados!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, responderei dois a dois.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Era melhor um a um! Para o tempo de antena era melhor!

O Sr. **Presidente**: — Dois grupos de dois, não é?

Pausa.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Gonçalves, do PSD.

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, a democracia não é um ornamento constitucional, como o Sr. Deputado ali quis fazer crer.

É que não podemos fingir que está tudo bem quando cresce a desconfiança nas instituições, quando se normaliza a mentira no espaço público e quando há quem queira limitar direitos, desde logo através da expulsão de militantes, ou quando não aceitamos aqueles que, dentro do nosso próprio partido, não vão de acordo com as nossas linhas.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Não expulsámos ninguém!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Diga um! Diga um!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Joacine!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — E o Livre, nisso, sabe do que é que eu estou a falar, o Livre sabe.

Protestos do L e contraprotestos do PSD.

Mas também, Sr. Deputado, cada vez que se tenta condicionar a expressão, cada vez que se fragiliza a justiça, cada vez que se desvaloriza o Parlamento, está-se a atacar aqui o coração da democracia. E não nos iludamos, o Livre também sabe do que é que estou a falar.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Não, não sei! Está a falar de quem, diga lá?

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Sr. Deputado, não podemos aceitar liberdade para alguns e restrições para outros.

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

Não aceitamos uma democracia de fachada, esvaziada, ou uma democracia e uma liberdade de expressão diferente, se é de esquerda ou se é de direita.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Aliás, não aceitamos radicalismos. Defender a democracia exige firmeza, é verdade, mas não podemos aceitar que atos que, na sua essência, são iguais, como foram, por exemplo, os últimos a atirar os *cocktails molotov* contra uma marcha,...

Protestos do L.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Bem lembrado!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — ... sejam considerados terrorismo quando são feitos pela direita e meros incidentes quando são feitos pela esquerda. Isso é que não podemos aceitar.

Aplausos do PSD.

Vozes do L: — Não ouviu!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Sr. Deputado, deixou-me agora aqui preocupado: o Sr. Deputado Rui Tavares pôr-se de fora da escolha dos juizes do Tribunal Constitucional; foi a democracia que tremeu.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ah, pois!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — As pernas da democracia ficaram partidas, porque o senhor se colocou de fora. É importante que o senhor esteja cá também.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pôs-se de fora, pois foi!

O Sr. **Nuno Jorge Gonçalves** (PSD): — Portanto, Sr. Deputado, quero fazer-lhe esta pergunta muito simples: estão do lado de uma liberdade plena, mesmo quando ela protege opiniões que não partilham, ou preferem uma liberdade condicionada por critérios meramente ideológicos, como nos trouxe aqui?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah, o Eurico! É para dar graxa ao Rui Tavares!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Aquela amizade...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, agradeço que tenha trazido, naturalmente, este tema, que é um tema particularmente importante.

Eu diria mais, as questões centradas em torno da eleição dos órgãos externos da Assembleia da República são um tema que merece a nossa atenção e todos, nesta Casa, temos perfeitamente consciência de que o quadro parlamentar exige um exercício mais difícil durante esta Legislatura.

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

Esse exercício mais difícil tem tardado, mas devo dizer que tenho a forte expectativa de que o conjunto dos parlamentares e dos Deputados possam contribuir para uma boa imagem do Parlamento e que, coletivamente, seja possível chegar a um acordo.

Protestos do Deputado da IL Rui Rocha.

Devo dizer que ainda ontem, na Conferência de Líderes, definimos uma nova data. Esperemos que seja possível um acordo e que, numa nova data,...

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

... antes do dia 17 de abril,...

Protestos do Deputado do CH Rodrigo Alves Taxa.

... antes do próximo Conselho de Estado, possa ser possível fazer um processo eleitoral com bons resultados para o conjunto da democracia.

Mas, deixe-me dizer que mais importante do que a eleição dos órgãos externos é, sem dúvida, o cuidado com o chão comum. E o chão comum que construímos está plasmado na Constituição da República Portuguesa, onde estão os direitos, liberdades e garantias.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Quais?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E é verdade que esses direitos, liberdades e garantias estão sob forte ameaça.

Por isso, aquilo que devemos fazer hoje, de forma clara, quando a direita, radical em particular, faz investidas legislativas contra a Constituição, é garantir que a nossa moldura constitucional nos direitos, liberdades e garantias, e na ambição que tinha a Constituição de 1976, permanece intacta.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso é que era bom! Grande lata!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E é por isso que pergunto se o Livre...

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

... está preparado para contribuir para a defesa desse pilar essencial que é a Constituição.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Pode contar, mas não conta...!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Habituem-se! Já dizia o António Costa!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rui Tavares, tem 3 minutos, para uma resposta.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Nuno Gonçalves, logo com muita simpatia ouvi a sua pergunta, porque a escola Nuno Gonçalves é a escola em que estudei e é um pintor que muito aprecio,...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — O que é que isso tem a ver?!

Protestos do CH.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... e, portanto, estava à espera de que viesse uma pergunta com a qual eu pudesse interagir de uma forma mais generosa do que aquilo que vou fazer.

O Sr. Deputado trazia a sua pergunta já preparada e mal preparada.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Mas isto hoje é o dia dos fiscais de linha?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Olhe, eu podia pedir uma distribuição de documentos à Casa que o provaria — não posso fazer nenhuma que prove que o Livre expulsou algum militante, porque nunca expulsou; zero, nem um —...

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

... sobre o PSD: 100 militantes ainda há pouco tempo, mais 42 noutra altura. Quer que eu peça ao Sr. Presidente para distribuir os documentos que provam que o PSD tem expulsado dezenas, se não centenas, de militantes? Acho que não é preciso. Alguns bem! Expulsaram Duarte Lima.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

Bem, o Livre, quando tiver um Duarte Lima, se calhar também vai ter de fazer o mesmo.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Expulsaram a Joacine!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Agora, vamos ver uma coisa, Sr. Deputado. A resposta às suas perguntas é: sim, o Livre defende uma liberdade que é igual de onde quer que ela venha, de qualquer posição ideológica. Essa resposta é fácil de dar. Mas quero dar um motivo de reflexão aos Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas do PSD.

Dois terços, mais do que dois terços, dos vossos eleitores escolheram, nas últimas eleições, um caminho e fizeram uma escolha eleitoral de consistência com a Constituição...

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

... e de consistência com o legado histórico do PSD nas revisões constitucionais e na interpretação da Constituição. Não é, certamente, por causa do Livre vos ir convencer que o PSD deve pensar a sério sobre se quer fazer uma aliança com o Chega, é porque dois terços dos vossos eleitores — e aí não há expulsão nenhuma, são eles que votam ou deixam de votar —,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — O problema é o terço que vota no Chega! Já não volta!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... os eleitores do PSD, foram perguntados acerca disso e não querem entendimentos com uma direita radicalizada, como o PSD pretende fazer.

Aplausos do L.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, sim, o Livre está...

Ah, já agora uma coisa que vale para todos: todos fomos eleitos pelo povo. Pelo mesmo povo,...

Protestos do CH, da IL e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

... vale para todos. Portanto, quanto à ideia de que o chão tremeu quando o Livre disse que estava ou não estava disponível para fazer um debate constitucional, Sr. Deputado, respeitemos esta Casa, respeitemos todos os Deputados, como eu respeito também. Valem o mesmo que os outros, contam no mesmo número que os outros.

E para isso serve a resposta ao Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias: claro que o Livre está disponível. Mas, quando o PS diz «Esperemos que haja um acordo, para depois fazermos o processo eleitoral»,...

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Ninguém precisa do Livre!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... o Livre, lamento, diz de uma maneira diferente: demos o prestígio necessário à nossa 1.^a Comissão, respeitemos os nossos colegas, para que todos os partidos possam fazer propostas, para que a 1.^a Comissão possa escolher quem audicionar, para que o Parlamento, através dessas audições, dê ao País a lição de que está a levar a sério essa escolha.

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

E, aí, espero que venha resposta positiva ali da IL, porque é dos Srs. e das Sr.^{as} Deputadas da IL, e do Livre, que depende este jogo virar e fazermos...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, o Sr. Deputado falou da Hungria, da política europeia, mas aquilo de que queria realmente falar era de lugares para o Tribunal Constitucional.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ou seja, andou, andou, andou, fez ali uma declaração política, uma miscelânea, mas o que queria mesmo era dizer assim: «Porque é que o Livre não tem lugares no Tribunal Constitucional?»
Ó Sr. Deputado, não tem lugares porque também não teve votos para isso!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não teve votos para isso e tem de se ter votos. Tem de se ter votos, Sr. Deputado.

Aplausos do CH.

Protestos do L.

E, de uma vez por todas, que fique esclarecido que o Chega é contra o sistema, mas ser contra o sistema não é ser contra o regime.

Risos do L.

Ser contra o sistema não é ser contra o regime e muito menos ser banido dos órgãos do regime, que era isso que os senhores queriam, Sr. Deputado.

Aplausos de Deputados do CH.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Disse uma coisa acertada: que há dois partidos que têm muita responsabilidade nesta escolha dos órgãos. Não são dois partidos, são três partidos; são os três partidos grandes em Portugal.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ah!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Esta é boa!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Isso não é o sistema?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É o PSD, é o Chega e é o Partido Socialista. E o Partido Socialista também tem de se remeter ao lugar de terceira força política em Portugal, terceira força política em Portugal!

O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias fala em direitos, liberdades e garantias, mas não são esses que estão em perigo, Sr. Deputado, não são. Sabe o que é que está em perigo? O que está em perigo são os vossos lugares,...

Vozes do CH: — Ora bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... que vocês não admitem que vão perder, mas que têm de perder, porque foi o povo português que quis que os perdessem.

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Exatamente!

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Foi o povo português que quis que o Chega fosse segunda força política, Sr. Deputado.

Aplausos do CH.

Habituem-se, Sr. Deputado, habituem-se.

Aplausos do CH.

Protestos do L.

Ó Sr. Deputado Rui Tavares, o grande defensor da democracia...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Com muita honra!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... tem uma frase de há quatro dias atrás, quando escreveu um *post* — fez até um vídeo, a ver se tinha mais visualizações — onde dizia isto: «A direita usurpou a liberdade para chegar ao poder». A direita usurpou a liberdade?!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Não sabes ler!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ó Sr. Deputado, nós fomos todos a votos, foi o povo português que quis a direita no poder. Foi o povo português que quis que a AD tivesse ganhado as eleições e que deu ao Chega o lugar de segunda força política, Sr. Deputado!

Aplausos do CH.

Ó Sr. Deputado, habitue-se; habitue-se a conviver em democracia. Eu sei que tem dificuldades em conviver em democracia. Sr. Deputado, o caminho é só um: democracia. Habitue-se.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — São pequeninos!

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Rui Tavares, mais do que um pedido de esclarecimento, até porque fomos interpelados, faça-lhe um esclarecimento.

Mas antes de mais, faço uma pergunta retórica: baseado em quê é que o Sr. Deputado se arroga de vir aqui dar lições sobre democracia ou sobre o estado da democracia a qualquer um destes 230 Deputados?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É que, Sr. Deputado, todos os que estão aqui eleitos, todos os mandatos, valem exatamente o mesmo que os mandatos do Livre;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... a diferença é que são mais.

Aplausos da IL e do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Quanto ao repto lançado pelo Livre, a nossa posição continuará a ser uma, e uma só apenas: colocar os interesses de Portugal e dos portugueses à frente dos interesses dos partidos.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Mas como?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não contribuímos para a chicana que tem sido feita à volta da eleição dos órgãos externos, em particular do Tribunal Constitucional.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Só podemos censurar veementemente aquilo que, por exemplo, o Partido Socialista tem feito, fazendo chantagem com essa eleição,...

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... ameaçando acordos no Parlamento, ameaçando aprovações do Orçamento do Estado.

Vozes do CH: — Ora bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ora bem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso é inaceitável. O Partido Socialista, como qualquer outro partido, tem de aceitar o voto soberano do povo, que atribuiu os 230 mandatos que aqui estão.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O que é que tu sabes?

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E, portanto, se hoje o Partido Socialista está na posição em que está, tem de o aceitar, naturalmente, porque foi um voto democrático. Da nossa parte, pugnaremos pelo de sempre: queremos gente séria, idónea, competente no Tribunal Constitucional. O que não queremos é partidarização do Tribunal Constitucional, seja à esquerda, seja à direita.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vai perguntar ali ao lado!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não queremos a polarização do Tribunal Constitucional, seja à esquerda, seja à direita.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É ligar para o Chega!

A Sr.^a **Angélique da Teresa** (CH): — Muito bem.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Queremos pessoas isentas e idóneas. Por isso, tal como na justiça, não olharemos para se vem do partido *a*, *b* ou *c*; vamos olhar para os nomes propostos e serão apenas esses nomes propostos que iremos julgar e que viremos a avaliar se têm a competência, a dignidade e a idoneidade para estar à frente de um órgão tão importante como o Tribunal Constitucional.

Aplausos da IL e do Deputado do CDS-PP João Pinho Almeida.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, o Sr. Presidente às vezes queixa-se de que aí em cima não se ouvem bem os debates e eu começo a temer que aqui em baixo também não se ouça bem.

Risos do Deputado do L Paulo Muacho.

É que dizer-se que o Livre não condena violência política quando acabou de o fazer,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Timidamente! Timidamente!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... que o Livre vem aqui falar por lugares quando é exatamente o contrário... Mas aí também é natural, porque o Chega precisa de disfarçar, de alguma maneira, que passou toda a intervenção a falar apenas e só de lugares.

Aplausos do Deputado L Paulo Muacho.

Portanto, é preciso acusar os outros daquilo que eles fazem — velha tática. Sabe de quem? Leninista. Velha tática leninista: acusa os outros daquilo que tu és.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vem da Hungria! É aquilo que tu és!

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Vocês conhecem bem essa tática!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É o que vocês fazem!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Deputado Pedro Pinto, falar da Hungria é importante, porque me lembro bem do tempo em que, através da cooptação do Tribunal Constitucional húngaro, tudo aquilo que antes era anticonstitucional e batia na trave do tribunal em Budapeste, passou, de repente, *abracadabra*, a ser constitucional, por causa do aparelhamento que permitiu a corrupção de Viktor Orbán.

Protestos de Deputados do CH.

Vozes do CH: — E o Sócrates?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — E já que a familiaridade com a Hungria é tanta, acho que há uma pergunta muito simples para fazer quando se vai a Budapeste.

Protestos de Deputados do CH.

Porque é que o pai de Orbán, o cunhado de Orbán, o filho de Orbán, o genro de Orbán e o amigo de infância de Orbán são os homens mais ricos da Hungria?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — E a tua mulher?!

Vozes do CH: — Então e o Sócrates?

Aplausos do L.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Como é que se explica esta concentração de talento para os negócios no entorno do Primeiro-Ministro?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pergunta à tua mulher que ela explica!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Nunca se lembraram de perguntar isso, com tanta viagem a Budapeste?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Da tua mulher na RTP é que nos lembramos!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Até vos direi umas palavras em húngaro para perguntarem. Eles explicam-se...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Pergunta à tua mulher que ela explica!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... e vocês dizem: «Já percebi como é que se tem talento para os negócios, é ser amigo de Viktor Orbán», *köszönöm szépen*, como eles dizem lá.

Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, precisamente por achar que a transparência tem importância, poderia talvez, ter falado com a Iniciativa Liberal...

Protestos da Deputada da IL Mariana Leitão.

... antes de lançar este desafio. Mas achei que a Iniciativa Liberal, precisamente por ser um partido que, tal como o Livre, embora de uma maneira diferente da do Livre, traz novidade para o debate político em Portugal, seria rápida a reagir à transparência...

Protestos da IL.

... de um desafio lançado, que nos põe — aos Srs. e Sr.^{as} Deputadas da IL e do Livre — perante uma responsabilidade muito grande de ser a chave de um desbloqueio de uma situação que está a desprestigiar o Parlamento português.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Falta de respeito!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Há um ano que não se consegue fazer esta escolha.

E aquilo que vos pergunto é: porque é que esta escolha não pode ser feita segundo um plano, tal como foi gizado e apresentado por um ex-Ministro de Pedro Passos Coelho,...

Protestos do Deputado da IL Rodrigo Saraiva.

... vejam lá, utilizando uma metodologia que é a mesma que é utilizada para escolher a Procuradoria Pública da União Europeia? Porque é que a Iniciativa Liberal não quer dar esse passo de modernização e de europeização da política portuguesa,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas o quê?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... que é dizer, «Vamos dar o lugar central à 1.^a Comissão», em vez de dizerem apenas, «Estamos à espera que venha um acordo dos grandes para depois validarmos».

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Inacreditável!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Ou, melhor ainda, o que a Iniciativa Liberal diz aqui é que, se o PS aceitar e fizer o acordo, vocês aí passam entre os pingos da chuva de mansinho, quando aquilo que se está a dizer é: «Venham, venham a melhorar a política portuguesa». Para mais, temos agora uma oportunidade única de trabalhar em conjunto, que não são assim tantas.

Vou dizer uma coisa em relação às lições da democracia. Eu acredito piamente numa coisa:...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ai agora é que vem dizer uma coisa?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... lições de democracia, Sr. Deputado, damos todos a todos aqui dentro. Todos os dias, todos os dias.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ai não dão, não!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Eu aceito lições que se venham...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ninguém dá lições!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — É de uma arrogância total!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Era o que faltava!

Protestos do Deputado do L Rui Tavares.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Pedro Pinto quer...

Protestos do CDS-PP e de Deputados do CH e da IL e contraprotestos do L.

É verdade, estamos todos a praticar a democracia, vamos lá.

Sr. Deputado Pedro Pinto quer fazer uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quería, Sr. Presidente, apenas para distribuição de uma nota. Quería distribuir,...

O Sr. **Ricardo Dias Pinto** (CH): — Por todos! Por todos!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... porque é importante todos os Deputados ficarem com isto e lá em casa as pessoas saberem também, o *post* do Sr. Deputado Rui Tavares, onde diz que a direita usurpou a liberdade para chegar ao poder. É bom que no futuro nós não esqueçamos estas palavras do Sr. Deputado Rui Tavares.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Será distribuído.

Sr. Deputado Rui Tavares, tem a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, eu próprio distribuirei esse texto, no qual fica muito claro que a direita se esqueceu da liberdade assim que chegou ao poder.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é isso que está lá escrito!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Pinóquio! Não é isso que está lá escrito!

Vozes do L: — Nem sabem ler!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP, tem a palavra para a sua declaração política. É o momento, agora, do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Hoje, como ontem, os jovens tomam nas suas mãos o destino das suas vidas. Não se conformam nem se resignam e, com a irreverência e criatividade que caracterizam a juventude, lutam.

Lutam pelos seus direitos. Lutam por uma vida digna. Lutam pelo futuro a que têm direito.

Lutam para que o artigo 70.º da Constituição, sobre a juventude — que determina, e passo a citar, que «...os jovens gozam de proteção especial para efetivação dos seus direitos económicos, sociais e culturais, nomeadamente: a) No ensino, na formação profissional e na cultura; b) No acesso ao primeiro emprego, no trabalho e na segurança social; c) No acesso à habitação; d) Na educação física e no desporto; e) No aproveitamento dos tempos livres» —, seja uma realidade para todos os jovens do nosso País.

No entanto, a vida real é bem diferente. Os sonhos são sistematicamente adiados pela vida difícil, pela falta de uma perspetiva de futuro. Ter uma casa, uma vida independente, constituir família é, para milhares e milhares de jovens, cada vez mais, uma longínqua miragem. Sair de casa dos pais, poder arrendar uma casa para viver, isso hoje não está ao alcance da esmagadora maioria dos jovens; quando muito, um quarto, por vezes partilhado, ou uma casa, partilhada por mais três ou quatro, para se conseguir pagar as contas.

Os preços da habitação atingem os valores mais altos de sempre. O Governo PSD/CDS e quem o apoia, a Iniciativa Liberal e o Chega, devem estar extremamente satisfeitos.

Este é o resultado das medidas implementadas pelo Governo. É a realidade que está a comprovar que estas medidas não resolvem problema algum; só estão a agravar os problemas e constituem um verdadeiro incentivo ao aumento dos preços e à especulação.

E, não se dando por satisfeitos, ainda pretendem agravar as coisas com a facilitação dos despejos. O Governo ainda não explicou como é que empurrar famílias para a rua vai resolver algum problema da habitação. Obviamente que não vai, só vai fragilizar e precarizar os inquilinos.

Os valores de renda são superiores ao salário e o Governo ainda atribui benefícios fiscais àqueles que, ao longo de décadas, têm vindo a ganhar com a especulação e pretende que esses benefícios fiscais sejam para rendas até 2300 €. A maioria dos jovens tem um salário inferior a 1000 € — é preciso explicar como é que é possível aceder a uma habitação com rendimentos desta natureza.

Muitos dos jovens, milhares e milhares de jovens, têm contratos precários, e todos bem sabemos que a precariedade no trabalho é a precariedade na vida: não dá estabilidade, não dá segurança, não permite organizar e constituir a vida.

E o que o Governo tem para oferecer aos jovens trabalhadores, com o pacote laboral que quer aprovar à força, são baixos salários, mais precariedade e exploração, mais desregulação dos horários de trabalho e facilitação dos despedimentos. Para o Governo e o patronato, os jovens trabalhadores são mais uma peça da fábrica que exploram e descartam quando não precisarem mais.

É contra esta legislação do século passado que os jovens trabalhadores vão sair à rua no próximo sábado, a exigir os seus direitos, a exigir garantias e a exigir que sejam respeitados no mundo do trabalho e que haja, de facto, uma valorização do trabalho, o fim da precariedade, o fim da desregulação dos horários de trabalho e a vida digna a que os jovens têm direito.

Por outro lado, os estudantes são prejudicados por políticas de desinvestimento e desvalorização da escola pública. Ainda esta semana, as declarações do Ministro da Educação foram provocatórias — só as podemos caracterizar desta forma — e evidenciam a sua conceção e a do Governo relativamente à educação. Para o Governo, a educação não é um direito, é um privilégio, já que transfere para as famílias os custos e se demite da sua responsabilidade de assegurar o financiamento das instituições do ensino superior.

Todos bem sabemos como as propinas, as taxas, os emolumentos são um obstáculo no acesso ao ensino superior. Aliás, não é por acaso que neste ano letivo houve uma redução do número de estudantes que ingressaram no ensino superior. Isso não está dissociado dos custos de frequência do ensino superior nem das dificuldades com que as famílias e os estudantes vivem.

Trouxemos aqui, na semana passada, medidas concretas, no sentido de reforçar a ação social escolar e também o apoio ao alojamento estudantil, neste caso, ao complemento estudantil. E a verdade é que este Governo não só não resolve estes problemas como impede que medidas para resolver os problemas sejam aprovadas. Isto deixa bem claro qual é que é a sua opção: um ensino superior cada vez mais elitizado, no qual os filhos dos trabalhadores não têm lugar.

Relativamente às questões do ensino superior, também importa sinalizar a falta de democraticidade das instituições, quer no ensino superior quer no ensino secundário. Estes também são aspetos que os estudantes estão a colocar em cima da mesa como fundamentais, num país que, de facto, deve ser democrático. Falta democraticidade das escolas, é inaceitável que isso possa acontecer. Há ingerência, que acontece muitas das vezes nas escolas secundárias, impedindo que os estudantes possam fazer reuniões gerais de alunos; e ingerência nos processos eletivos das próprias associações de estudantes. Tal como no ensino superior, os estudantes estiveram em luta também no ensino secundário.

Os estudantes estão em luta, a exigir, naturalmente, o investimento no parque escolar; a exigir que sejam colocados os professores, os psicólogos, os trabalhadores que são necessários; a exigir que se removam os obstáculos no acesso ao ensino superior que hoje constituem os exames. Queremos daqui saudar, efetivamente, estas lutas.

O Governo — o PSD e o CDS — e aqueles que o apoiam, a Iniciativa Liberal e o Chega, não querem que o País seja para jovens. Obriga-os a emigrar e a procurar uma vida melhor lá fora, que não encontram em Portugal. Isto é a demonstração de que esta política — a política de direita — não serve. É responsável por comprometer e hipotecar a vida dos jovens. E aquilo que a situação exige é uma rutura, uma rutura com esta política, o que exige uma política alternativa, uma política que dê uma perspetiva de futuro e uma vida digna e que garanta os direitos da juventude.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem quatro pedidos de esclarecimento e informou a Mesa de que responderá a dois de cada vez.

Tem a palavra, para o primeiro pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Daniela Teixeira, do Chega. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de sugerir uma leitura ao País e, particularmente, à Sr.^a Deputada Paula Santos e ao seu grupo parlamentar: *O Marxismo Desmascarado*, uma obra de 1957, do Prof. Ludwig von Mises, um dos maiores nomes da escola austríaca de economia, uma área que, inclusive, afugenta por completo os comunistas, mas que é necessária para o debate de hoje.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Dizia o mesmo que o planeamento central é ineficiente e conclui que o progresso depende de ideias, escolhas e instituições livres — todos estes conceitos que a esquerda e particularmente o PCP abominam.

Parece, de facto, que o PCP parou no tempo. O PCP vem falar de juventude, mas fala de uma juventude que já não existe, que não existe por completo.

Hoje, em Portugal, como foi referido, os jovens, de facto, enfrentam dificuldades. Em média, saem aos 33 anos da casa dos pais e têm também dos salários mais baixos da Europa Ocidental.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Vai daí...?!

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Uma triste realidade que foi criada por vocês, pelas mentes pouco pensantes ainda, pelas mentes pensantes comunistas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Por anos sustentaram, seguraram governos socialistas, toda a turma socialista.

E não satisfeito, o PCP propõe o quê? Propõe mais rigidez, propõe mais controlo e propõe também mais Estado. Como se o problema dos jovens fosse a falta de Estado. Do que os jovens precisam, Sr.^a Deputada, é que o Estado, de facto, saia da frente...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — ... e que lhes permita crescer cada vez mais, que lhes dê liberdade para crescer.

Aplausos do CH.

E, portanto, a pergunta que lhe deixo, Sr.^a Deputada, é a seguinte: qual é que é o futuro que, de facto, o PCP pretende ofertar a um jovem em pleno século XXI? É um futuro de igualdade na mediocridade ou é um futuro de maior dependência do Estado?

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

É que há algo que tem de ficar claro neste debate e também para todo o povo português: se há grupo que foi responsável pelo maior desastre e pela realidade que hoje um jovem português enfrenta, foi precisamente o Partido Comunista Português. O vírus comunista instalou-se em Portugal, instalou-se pela Europa,...

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

... e onde se instalou trouxe apenas ruína.

Mas, as notícias nem sempre são más e, portanto, tenhamos bom ânimo: da mesma forma que o marxismo já foi desmascarado pelo Prof. Ludwig, também, prontamente, será completamente erradicado do nosso País.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Pedro Louro, do PSD.

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Paula Santos, o PCP decidiu trazer a este Plenário a juventude, mas a sua intervenção foi como a cassete do PCP — velha, velha, velha!

Protestos do PCP e do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

E não deixa de ser curioso que seja um partido sem jovens e que parou no tempo a trazer o tema da juventude a este debate.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

Talvez seja uma questão de crise de meia-idade ou coisa parecida. Por isso, esta intervenção só pode ser um exercício de redenção e de reconhecimento por aquilo que o Governo da AD tem feito em prol da juventude portuguesa.

Na verdade, Sr.^a Deputada, é graças a este Governo que hoje, na área do rendimento, os jovens — mais de 400 000 jovens em Portugal! — podem contar com o IRS Jovem.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Que bom exemplo!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh...!

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — É graças a este Governo que, na área da habitação, mais de 70 000 jovens já puderam contar com a isenção de impostos na aquisição da primeira casa.

Foi também graças a este Governo que mais de 25 000 jovens tiveram acesso à garantia do Estado no financiamento bancário e puderam adquirir a sua primeira casa.

Na área da saúde mental, milhares de jovens podem contar hoje com o Programa Cuida-te e com os cheques-psicólogo.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

Mas também foi este Governo que voltou a trazer a paz social às escolas, ao contrário daquilo que acontecia no tempo do Partido Socialista, com a convivência do PCP, em que os professores estavam na rua e não nas escolas a dar aulas, com prejuízo para milhares de estudantes.

Protestos do Deputado do PCP Paulo Raimundo.

Também no ensino superior; é no ensino superior que os jovens hoje podem contar, e vão poder contar, com a revisão do sistema de ação social — um sistema mais justo, mais transparente, mais simplificado e capaz de garantir a igualdade de oportunidades.

Por isso, a pergunta é muito concreta, Sr.^a Deputada: vai pedir desculpa?

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Era o que faltava!

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — É que há um denominador comum em todas estas medidas: estas medidas foram possíveis apesar do voto contra do PCP.

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

Um apelo final, Sr.^a Deputada: instale o *Spotify*, porque os jovens já não ouvem cassetes!

Aplausos do PSD.

Protestos do PCP e do L.

O Sr. **Presidente**: — Para prestar os esclarecimentos solicitados, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, agradeço as questões que foram formuladas.

Começando pelo Partido Chega, de facto, foi muita conversa, mas sobre os problemas concretos dos jovens, no dia a dia, foi bola,...

A Sr.^a **Cristina Rodrigues** (CH): — É um jovem a falar, não sei se sabe! Se calhar sabe...!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... foi zero, nada em concreto.

Creio que isto diz muito das opções do partido Chega, que demonstram que os jovens, de facto, não contam com o Chega.

Digam lá então os senhores, que estão de acordo com o pacote laboral apresentado por este Governo,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Jovens é com o PCP! Os jovens concordam com o PCP, nota-se logo!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... como é que os contratos precários — sem os jovens saberem como é que vai ser o dia da manhã, se vão ter trabalho ou não — e como é que aumentar a possibilidade dessa precariedade vai favorecer os jovens no nosso País? Em modo nenhum. Mas os senhores estão lá, a dar apoio.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É falso!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Diga lá como é que a desregulação dos horários de trabalho — com trabalho ao domingo, ao fim de semana — vai permitir qualquer tipo de articulação entre a vida pessoal e a vida profissional?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Não é cassete, é disco riscado!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Lá está, também no pacote laboral os senhores se preparam para dar a mão ao Governo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É falso!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Ainda na semana passada, quando aqui trouxemos medidas concretas no que diz respeito à ação social escolar, aquilo que o Chega soube dizer, relativamente a essas medidas — tais como aumentar a bolsa, aumentar o complemento de alojamento, e que são fundamentais para que muitos estudantes possam continuar a estudar no ensino superior —, foi que isso seria mais despesa pública. Para o Chega, os estudantes não são um investimento; garantir o direito à educação não é um investimento, é uma despesa! Foi isso que vieram aqui dizer.

E, portanto, creio que caiu a máscara e que fica claro que a juventude, de facto, não conta com o Chega.

Mesmo na habitação, as medidas que apoiaram, com o PSD, aquilo que trouxeram — e os dados desta semana indicam-no —, foi ainda mais um aumento dos preços e a especulação. Se o acesso à habitação já estava difícil, ficou ainda mais difícil. E isto tem também a marca do Chega.

Sr. Deputado João Pedro Louro, de facto, a ignorância é muito atrevida.

Vozes do PSD: — É, é!

Protestos de Deputados do PSD.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — E é preciso conhecer mais. É de facto muito atrevida, sabe?

Protestos de Deputados do PSD.

É que os milhares de jovens e os estudantes do nosso País estiveram na rua e vão estar na rua a defender os seus direitos. Oiça! Tenha disponibilidade para ouvir aquilo que estão a colocar como reivindicações.

Protestos do Deputado do PSD Ricardo Oliveira.

E o PCP, de facto, tem sido um partido que, ao longo de todos estes anos, tem trazido e tem dado voz a essas reivindicações aqui. Tome atenção e veja, porque ao falar dessa forma, de facto, corre esse risco, de trazer aqui aspetos que não correspondem à realidade.

O Sr. **Ricardo Oliveira** (PSD): — Isso é que é a confiança no povo?!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Aliás, a vida está a demonstrá-lo,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nota-se!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... naquilo que tem sido a intervenção e a ação por parte do PCP, com as propostas apresentadas, que têm tido um grande acolhimento por parte dos jovens.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem corrido bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Digo-lhe mais, Sr. Deputado. Falou aqui de salários, mas a maior parte dos jovens no nosso País tem um salário inferior a 1000 €. É disso que se vangloria?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, parece o PCP!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — É isso que considera suficiente para uma vida digna, para poder assumir as responsabilidades, embora considerem moderadas rendas até 2300 €, bem superiores a esse valor? É isso que está a dizer?

Protestos dos Deputados do PSD Eva Brás Pinho e João Pedro Louro.

Aquilo em que os senhores são responsáveis — e isso não foi capaz de dizer na sua intervenção, peça o PSD desculpa! — é no que estão a impor à juventude no nosso País, que é, de facto, o comprometimento do seu futuro.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para formular um pedido de esclarecimento, tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Sofia Pereira, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Sofia Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, esta pergunta é dirigida ao PCP, mas fala da vida concreta de uma geração. Eu pergunto: não acha que Luís Montenegro e Hugo Soares estão a falhar deliberadamente com os jovens portugueses?

Risos do Deputado do PSD Ricardo Oliveira.

Falham quando deixam agravar o custo de vida e não dão resposta àquilo que é essencial — a uma casa acessível, a um salário digno, a um horizonte com autonomia, para que possam viver e não sobreviver neste País.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É, o António Costa era o maior! Aquelas Pousadas da Juventude eram o melhor!

A Sr.^a **Sofia Pereira** (PS): — Falharam quando atrasaram os apoios do Programa Porta 65 para muitos jovens, o que não é apenas um problema burocrático, mas antes o que define se podem pagar o quarto ao final do mês.

Falharam quando não devolveram o prémio salarial a quem estudou e a quem confiou na palavra do Estado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Com a colaboração do Chega!

A Sr.^a **Sandra Pereira** (PSD): — Não o revogam, mas também não o pagam. O que é que querem fazer com ele, Srs. Deputados?

Falham quando deixam por concretizar medidas aprovadas para apoiar os estudantes no alojamento e na ação social — e eu relembro a Lei n.º 8/2025.

Falham quando querem insistentemente aumentar as propinas.

Mas há uma coisa ainda mais grave do que isto, é que Luís Montenegro e Hugo Soares...

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

... não falham apenas por omissão. Falham quando escolhem uma fuga, quando escolhem a guerra cultural, quando escolhem discutir pessoas trans,...

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

... alimentar cruzadas morais; e quando escolhem uma frente que é ideológica, enquanto os jovens portugueses não conseguem pagar casa.

Quando a vida material dos jovens portugueses aperta, este Governo e Luís Montenegro escolhem a agitação social. Quando os salários não chegam ao final do mês, aquilo que este Governo e Luís Montenegro têm são distrações e pacotes laborais que são contra os jovens portugueses, contra esta geração.

Os jovens reiteradamente pedem futuro no nosso País! Mas o que este Governo quer é oferecer um combate cultural, que nasce das vozes na cabecinha da extrema-direita. Isto é uma escolha, isto é uma estratégia,...

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

... mas, pior do que tudo, é defraudar uma geração, é enganar os jovens portugueses.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Por isso, a pergunta que vos deixo é a seguinte: não concordam que este Governo, Luís Montenegro e este grupo parlamentar, tem escolhido todos os dias uma guerra cultural contra os jovens, contra a resolução dos seus problemas, contra a habitação acessível, contra o ensino superior, contra uma geração inteira que quer viver neste País?

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Estás perdoado, Miguel Costa Matos!

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que dispõe de 1 minuto.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Paula Santos, quero cumprimentá-la pela sua intervenção.

Como sabe, a Aliança Democrática governa há 700 dias e a primeira pergunta que lhe faço é se as casas ficaram mais baratas, se é hoje mais fácil a um jovem comprar ou arrendar casa?

Depois faço-lhe uma segunda pergunta. A Sr.^a Deputada certamente terá visto, em setembro, o Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro da Educação deslocarem-se a Beja para inaugurarem uma residência universitária.

Protestos do CH.

Queria perguntar-lhe quantos estudantes é que estão lá alojados. É que, segundo notícias saídas a público, passaram cinco meses, mas não há um único estudante alojado nessa mesma residência, apesar de todo o fuzué mediático que montaram aquando das eleições autárquicas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas a pergunta é para a Paula Santos?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Depois, por último, Sr. Deputado João Pedro Louro, permita-me, o problema hoje não é se um jovem mais *hipster* ou menos *hipster* tem saudades de ouvir música em cassete ou se ouve música no *Spotify*. O problema é mesmo do artista e de repetir sempre a mesma música.

É que há o discurso do PSD e há a realidade concreta.

O Sr. **João Pedro Louro** (PSD): — Vocês esquecem-se!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — É hoje mais difícil comprar casa, é hoje mais difícil arrendar casa e é hoje, sobretudo, mais difícil sair de casa dos pais. E é essa, verdadeiramente, a marca da política que V. Ex.^a representa.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, dispondo de 3 minutos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, agradeço as perguntas formuladas.

Sr.^a Deputada Sofia Pereira, Sr. Deputado Fabian Figueiredo, de facto, aquilo que este Governo fez, em praticamente dois anos de governação, foi tornar a vida dos jovens mais difícil no nosso País.

A habitação, sim, está mais cara. São os dados oficiais que o dizem. E muito contribuem, também, as medidas que foram aprovadas pelo Governo do PSD e do CDS, que incentivam ainda mais à especulação e que favorecem aqueles que têm ganhado com a especulação. Portanto, hoje, de facto, para um jovem, sair da casa dos pais é uma dificuldade e quase uma miragem.

Também no mundo do trabalho, a verdade é que se não houver uma valorização dos salários, uma valorização dos direitos, os jovens não têm estabilidade na sua vida.

Assim como, no que diz respeito à educação é preciso, de facto, um investimento na escola pública para garantir que o direito à educação é para todos. Não pode ser um privilégio, como os senhores defendem, tem de ser um direito para todos. E, por isso, é preciso remover os obstáculos que impedem hoje os jovens de prosseguir os seus estudos. É preciso caminhar no sentido da gratuitidade da educação.

O PSD está a fazer tudo ao contrário e quer fazer tudo ao contrário.

Protestos da Deputada do PSD Eva Brás Pinho.

Para além de querer aumentar as propinas, aquilo que significa é que não está a tomar as medidas necessárias para dar resposta aos estudantes deslocados, para reforçar em termos da ação social escolar. Esta é a vossa marca: é uma vida mais difícil para os jovens no nosso País.

Por isso, decidimos trazer hoje esta declaração política, também para saudar a intervenção e a luta por parte dos estudantes e dos jovens do nosso País.

A Sr.^a **Eva Brás Pinho** (PSD): — Muito bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Comemoramos o Dia Nacional do Estudante, o Dia da Juventude, mas são dias de luta e de ação. E os jovens, como referi quando iniciei a intervenção, tomaram nas suas mãos os destinos das suas vidas e vão continuar a exigir os seus direitos, e é justo que assim seja.

Para terminar, Sr. Presidente, queria dizer que, naturalmente, estas são questões fundamentais, porque, com as opções políticas que estão a ser tomadas, não podemos permitir que se empurrem milhares e milhares de jovens para fora do País,...

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Vocês é que os empurram!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... porque não têm um futuro em Portugal. E, portanto, aquilo por que o PCP continuar a intervir é, de facto, garantir os direitos, garantir condições de vida e garantir que os jovens tenham um futuro no nosso País.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — E agora, para uma declaração política, em nome do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Núncio.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este sábado realizou-se a maior Marcha pela Vida alguma vez realizada em Portugal. Milhares e milhares de pessoas saíram à rua para afirmar uma ideia tão simples como verdadeira: toda a vida tem dignidade.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Famílias, avós, mães, pais, filhos e netos, juntos pela mesma causa. Uma causa pró-vida, pró-mulheres, pró-crianças, pró-famílias e pró-doentes.

O CDS associou-se, naturalmente, a esta Marcha pela Vida, como se associou em todas as marchas no passado. E lá estivemos, ao lado das famílias, a afirmar convictamente que todas as vidas merecem ser vividas e que todas as vidas merecem ser protegidas.

No final da marcha, já junto à Assembleia da República, um homem de 39 anos lançou um *cocktail molotov* contra os participantes nessa marcha. Felizmente, o engenho incendiário não rebentou, o que, se tivesse acontecido, teria provocado seguramente mortes e ferimentos graves em mulheres, em crianças e em bebés — sim, muitos bebés — que participaram nessa marcha.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro! É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Este foi um ataque criminoso contra pessoas pacíficas, que simplesmente celebravam, cantavam e defendiam a causa da vida. E eu pergunto: Porque é que este ataque covarde não provocou um sobressalto cívico no meio político e mediático?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Será porque, por mero milagre, não morreu ninguém? Será porque o criminoso não atingiu os participantes da Marcha pela Vida? Ou será porque este extremismo violento vem, alegadamente, da extrema-esquerda?

Vozes do CH: — Exatamente!

Protestos do Deputado do PCP Alfredo Maia.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não sei. Mas há uma coisa que eu sei: se um homem de 39 anos tivesse lançado um *cocktail molotov* contra uma marcha feminista, contra uma marcha pelo clima ou contra uma marcha trans,...

Vozes do PS: — Oh!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... acompanhada por Deputados da esquerda e da extrema-esquerda, há uma semana que não se falava de outra coisa.

Aplausos do CDS-PP e do CH.

Pior, e se o criminoso tivesse ido dormir a casa no dia em que foi apresentado em tribunal? E se a única imputação que lhe fizessem fosse o uso de arma proibida? O escândalo que seria! Mas foi precisamente isso que aconteceu.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E há um aspeto político que o CDS não pode ignorar e de que não abdica: o extremismo violento e criminoso por parte da extrema-esquerda é tão condenável como qualquer outro extremismo político, violento e extremista.

Aplausos do CDS-PP, do PSD e do CH.

O ódio, o radicalismo e a violência política têm de ser combatidos de igual forma, venham de onde vierem.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O que não pode haver é dois pesos e duas medidas. Nuns casos é crime de ódio, noutros casos é um mero incidente.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Incidente!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Esta dicotomia, esta hipocrisia política é absolutamente inaceitável em Portugal.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E não vale a pena, Srs. Deputados, passar o pano pela história. A violência da extrema-esquerda tem um longo rasto de sangue no Portugal democrático, que nós não esquecemos.

Aplausos do CDS-PP e do CH.

Não esquecemos as FP25 (Forças Populares 25 de Abril), um grupo terrorista de extrema-esquerda que matou mais de 15 pessoas e que, depois de uma amnistia vergonhosa,...

Vozes do CH: — Vergonhosa!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... ainda andam por aí, alguns deles nas listas autárquicas do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista.

Aplausos do CDS-PP e do CH.

Isso é que sim, é uma vergonha, uma autêntica vergonha.

Srs. Deputados, o extremismo político, o extremismo violento, não pode passar impune em Portugal. E, no que depender do CDS, nunca passará.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E, por isso, apresentámos um voto de condenação pelo ataque na Marcha pela Vida. E agora veremos, quando este voto for discutido e votado, quem condena a violência política em todas as circunstâncias ou quem ignora a violência quando isso lhe convém.

Vozes do CH: — Vergonha!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Este crime inaceitável prova bem a necessidade de continuarmos a gritar bem alto, com coração e com convicção, que toda a vida tem dignidade, que toda a vida merece ser vivida e que toda a vida tem de ser protegida.

Aplausos do CDS-PP, do CH e de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente:** — O Sr. Deputado tem seis pedidos de esclarecimento. Pretende responder como? Em dois grupos de três?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente:** — Muito bem. Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Margarida Afonso, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Margarida Afonso** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Núncio, começo por afirmar, de forma absolutamente clara e direta: o Partido Socialista condena toda e qualquer forma de violência política, venha ela de onde vier.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

Mas aquilo que não podemos aceitar é a tentativa do CDS de instrumentalizar atos isolados...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O quê?!

A Sr.^a **Margarida Afonso** (PS): — ... para fazer leituras abusivas sobre a esquerda democrática.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Tenha vergonha!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O quê?!

A Sr.^a **Margarida Afonso** (PS): — Não se combate o extremismo com caricaturas...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Caricaturas?!

A Sr.^a **Margarida Afonso** (PS): — ... nem com aproveitamento político, Sr. Deputado. E deixe-me que lhe diga, Sr. Deputado,...

Aplausos de Deputados do PS.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida.

... deixe-me que lhe diga: o combate aos extremismos exige coerência, coisa que o vosso grupo não tem.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Como não?!

A Sr.^a **Margarida Afonso** (PS): — E por isso importa perguntar: onde é que está essa mesma veemência, que aqui hoje ouvimos, quando estão em causa discursos de ódio,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Que discurso vergonhoso!

A Sr.^a **Margarida Afonso** (PS): — ... xenofobia ou ataques à democracia vindos da extrema-direita?

Aplausos do PS.

Protestos da Deputada do CH Rita Matias.

O Partido Socialista representa uma história clara e consistente na defesa da democracia, da liberdade e do Estado de direito. Não aceitamos lições nem do CDS nem de nenhum grupo que, tantas vezes, o que faz é relativizar atos violentos e radicalismos.

Protestos do Deputado do CH Ricardo Dias Pinto.

Por isso, Sr. Deputado Paulo Nuncio, pergunto-lhe: estão disponíveis para condenar todos os extremismos com a mesma clareza ou continuarão a escolher apenas aqueles que são por vós politicamente aceites? Por exemplo, lembro e pergunto: onde é que está a vossa clareza quando surgem movimentos como o 1143, tantas vezes tolerados por toda a extrema-direita?

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tolerados?!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O Rui Afonso teve boleia!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Rui Afonso era o líder!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Detida foi uma militante do PS!

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, quem fez a intervenção foi o Sr. Deputado Paulo Nuncio e quem tem de pedir esclarecimentos é a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

Se os Srs. Deputados quiserem inscrever-se, talvez ainda abra uma exceção.

Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, faça favor.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, compreendemos que os ânimos possam estar um bocadinho mais aquecidos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É das touradas!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... quando ouvimos aqui um verdadeiro exercício não de sobressalto cívico, como mencionou o Sr. Deputado Paulo Nuncio, mas, na verdade, um pouco de um travestir de vestes, quase, de *bonus pater familias*, no que veio aqui defender. E que fique claro que o PAN também condena e rejeita qualquer tipo de ação violenta, seja nas manifestações, seja também, como já tivemos no passado, a atirarem tinta contra políticos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nas touradas, por exemplo.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Mas, em relação à declaração política do Sr. Deputado Paulo Nuncio, pergunto onde é que estava o sobressalto cívico quando o CDS votou contra a proposta do PAN para proteger as famílias, em particular as mães e os bebés, nos internamentos sociais.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Ó, ó!...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Não tem nada a ver!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — É que aqui não houve essa preocupação. Também não houve a mesma preocupação quando queríamos proteger as crianças vítimas de maus-tratos nas creches, porque também votou contra. Onde é que está a coerência política e o sobressalto cívico?

E já agora, Sr. Deputado, onde é que fica a compaixão,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Pelas touradas?

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... que ainda a semana passada não vimos, quando aqui discutiu a ideologia de género?

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — É compaixão pelas crianças! Deixem as crianças em paz!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — E o respeito que também é devido às pessoas trans? Claramente há aí uma fronteira que nos separa. E daí dizer que o Sr. Deputado tantas vezes vem aqui vestir vestes que, claramente, não são as suas.

O Sr. **Presidente**: — Para um pedido de esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Rita Matias.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Nuncio, a causa da vida nunca foi tão necessária, sobretudo quando, no dia de hoje, sabemos que a jovem Noelia Castillo, uma menina de vinte e poucos anos, vai ser eutanasiada em Espanha.

O Sr. **Jorge Pinto** (L) : — Por vontade dela!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Depois de ter sido retirada aos seus pais, de ter sido institucionalizada, de o Estado ter falhado na sua proteção, porque foi abusada sexualmente, coletivamente; depois de, naquele sofrimento, se ter atirado de um 5.º andar, de ter ficado paraplégica; depois de ter visto o Estado falhar também na ausência de condenação perpétua aos seus violadores,...

O Sr. **Daniel Teixeira** (CH): — Dentro do hospital!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... é a jovem Noelia que é condenada perpetuamente, pelo Estado, à morte. E, por isso, a causa da vida é necessária.

Mas também não posso deixar de comentar a forma como está a ser branqueado aqui, hoje, aquilo que chamam «um incidente», uma marcha que foi atingida;...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... quando bebês foram regados com gasolina;...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Exatamente!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... quando mães grávidas foram atingidas.

Aplausos do CH.

Houve um milagre e só por isso nada mais grave aconteceu. Mas, para o Chega, não é de estranhar, porque já vários Deputados desta bancada foram agredidos em manifestações, em instituições de ensino superior...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah, e onde é que estava o PS?!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... e nunca veio a condenação da tal esquerda que prega o amor, do tal PS que diz que é o defensor das instituições democráticas.

Aplausos do CH.

É a habitual hipocrisia de quem já nos habituou a que a democracia só vale quando é para servir as suas causas e as suas ideias.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Sempre que alguém de direita é atingido, é o ódio do bem e deve ser perdoado. Nós não toleramos isto, Sr. Deputado Paulo Nuncio. Numa altura em que o ódio de esquerda...

Vozes do CH: — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... tenta calar quem defende a vida, desde a conceção até à morte natural, queria perguntar-lhe, muito concretamente, se não faz mais sentido do que nunca darmos forças às nossas fileiras, porque estas, sim, estão a ser ameaçadas;...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — ... estas, sim, estão a ser postas em causa; estas, sim, estão a ser silenciadas pelo Ministério Público. E, mais do que nunca, é tempo de dizermos «chega» e de nos levantarmos para defender a vida.

Aplausos do CH.

Entretanto, assumiu a presidência o Vice-Presidente Marcos Perestrello.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Paulo Nuncio, tem a palavra para responder.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Margarida Afonso, do Partido Socialista, não deve ter ouvido o meu discurso. Eu disse que todas as formas de condenação devem ser combatidas, de igual forma,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Apoiado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... venham de onde vierem. O que não é aceitável é dois pesos e duas medidas;...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... é, num caso, ser um crime de ódio e, no outro caso, ser um mero incidente.

Isso é que é uma hipocrisia que não é aceitável, e que é promovida pelo PS e pelo resto da esquerda.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A Sr.^a Deputada falou em caricaturas...

A Sr.^a **Margarida Afonso** (PS): — Eu não disse isso!

A Sr.^a Deputada falou em caricaturas. Atirar um *cocktail molotov*...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É uma caricatura?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... contra famílias, contra crianças, contra bebés, é uma caricatura?! Ó Sr.^a Deputada, não é uma caricatura, é um crime!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Enquanto o Partido Socialista não tratar isto como um crime e olhar para isto como uma caricatura, está a prestar um mau serviço à democracia e à liberdade.

Aplausos do CDS-PP, do PSD e do CH.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A intervenção foi muito infeliz, mesmo!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.^a Deputada, também não aceitamos nenhuma lição do Partido Socialista,...

Protestos de Deputados do PS.

... um partido que continua a ter, nas suas listas autárquicas, elementos das FP-25 (Forças Populares 25 de Abril), um grupo que matou pessoas em Portugal.

Protestos da Deputada do PS Margarida Afonso.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade! Tem, tem!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Tem, em Setúbal!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É inaceitável que um partido democrático como o PS não tenha dito, de uma vez por todas: «Nós não aceitamos terroristas ou ex-terroristas nas nossas listas.»

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E os senhores, ao fazerem isso, estão a pactuar com o terrorismo e estão a prestar, mais uma vez, um mau serviço ao País.

Aplausos do CDS-PP, do PSD e do CH.

Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, a Sr.^a Deputada, também numa linha de esquerda, tenta confundir políticas com atos criminosos.

Mais uma vez, Sr.^a Deputada, digo aquilo que disse à Sr.^a Deputada do Partido Socialista: quando a Sr.^a Deputada tenta confundir políticas com atos criminosos, está a relativizar os atos criminosos, não está a denunciar e a condenar, como todo este Parlamento devia fazer, um ato criminoso, que só não teve consequências mais graves porque, felizmente, o engenho incendiário não rebentou. Senão, provavelmente, hoje estaríamos a lamentar a morte de dezenas de pessoas, de crianças e de bebés.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — 1143 a zero!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Por isso, Sr.^a Deputada, faça-me um favor: não relativize atos criminosos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Condene-os com toda a força, mesmo com toda a veemência, Sr.^a Deputada!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Finalmente, a Sr.^a Deputada Rita Matias falou de eutanásia. Há uma boa notícia que quero dar ao Parlamento e, em particular, à Sr.^a Deputada Isabel Moreira: a eutanásia morreu, e, felizmente, de morte natural.

Risos do Deputado do CH Filipe Melo.

O Tribunal Constitucional, ao ter declarado inconstitucional o corpo central da lei da eutanásia, que foi aprovada por este Parlamento, e mal aprovada, matou a lei. A lei morreu e morreu de morte natural.

Evidentemente, a causa da vida é, hoje, cada vez mais necessária e cá estará o CDS, como sempre esteve, ao lado da causa da vida, mas, acima de tudo, ao lado de todas aquelas pessoas, designadamente as mulheres, que precisam de ajuda para ter os seus filhos.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD e do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues, do Partido Social Democrata.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Paulo Nuncio, trouxe-nos aqui o tema dos extremismos, que, confesso, deveria ser o tema central de todas as discussões desta semana.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Apenas e só porque o ato que aconteceu foi de uma tal gravidade, que há quem não queira classificá-lo como aquilo que, de facto, foi.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Uma caricatura!...

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Um ato, não criminoso, mas um ato terrorista. Chamemos-lhe isto com todas as letras: foi um ato terrorista.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Preenche o tipo de crime, todo aquele momento que se viveu no sábado, durante uma manifestação de pessoas livres. Eram pessoas tão livres quanto aquelas que, em nome da esquerda, desfilam, e mereciam ter tido mais proteção.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Felizmente, hoje, no elenco dos projetos de voto — o Sr. Deputado já o disse, mas nunca é de deixar de sublinhar —, só por acaso, não votamos um voto de pesar. Aquilo que poderia ter acontecido teria sido, porventura, dos atos mais sanguinários da política portuguesa,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... da liberdade de expressão de Portugal, da coerção da própria liberdade de manifestação de qualquer um que estava naquele espaço.

Portanto, chamemos as coisas pelo seu nome. Aqueles que estão na política com verdade e sensibilidade ponham a mão na consciência...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... e condenem este ato. Mais do que um ato, como aqui já foi dito, mais do que um incidente, como alguns lhe chamam, digam que é um ato terrorista, assumam a sua gravidade! Assumam que as autoridades portuguesas agiram de uma forma extraordinária, que a PSP (Polícia de Segurança Pública) está de parabéns, porque agiu de imediato,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O PS quer é melhores salários!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — ... conseguindo apanhar não só o autor do ato, mas também outros que possam estar eventualmente envolvidos. É importante que se diga, que se grite, que se continue a manifestar que todos estes atos não são conducentes a uma sociedade livre, a uma sociedade que tem direito à manifestação de vontades e à sua livre expressão, quer seja à esquerda quer seja à direita.

Portanto, todos aqueles que também são de esquerda assumam aqui não só a condenação, mas, acima de tudo, que se tratou de um ato terrorista praticado contra gente que só queria manifestar a sua vontade.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, se não sabe, dou-lhe uma novidade: o PCP entregou um voto de condenação deste ato de violência na manifestação de 21 de março.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Condenamos veementemente a tentativa de ação violenta ocorrida contra a manifestação pacífica e reiteramos a condenação de quaisquer atos violentos que visem perturbar a liberdade de manifestação pacífica, enquanto forma de exercício das liberdades democráticas, que deve ser intransigentemente defendida.

Aplausos do PCP, do L, do BE e de Deputados do PS.

Porém, Sr. Deputado, se não há dúvida quanto à condenação, por parte do PCP, do que aconteceu, já a sua intervenção teve, de facto, dois pesos e duas medidas. Todos sabemos quais são os objetivos por parte do CDS.

Por isso, a questão que lhe queria deixar, muito direta, é se o Sr. Deputado quer combater a violência e o ódio ou quer alimentá-los.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Espere, que já vai levar a resposta!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — É que, pelas afirmações que fez, mais parece que quer alimentá-los.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Paulo Núncio, que fique claro, uma vez mais: o que se passou no sábado, dia 21 de março, não pode acontecer nunca.

Tratou-se de uma ação violenta contra um grupo de pessoas que estava a manifestar-se pacificamente, e isso não pode acontecer em democracia, independentemente da razão pela qual as pessoas se juntam para protestar pacificamente. Essa condenação foi feita por todos os partidos de esquerda, todos os dirigentes, todos os coordenadores. Não percebi a quem o Sr. Deputado se referia, porque ouvi todos os secretários-gerais, todos os principais dirigentes dos partidos condenarem-no.

O que, infelizmente, o CDS quer fazer, uma vez mais, é fomentar o ódio e a divisão onde deve haver unidade,...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Claro!...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... porque assim atuaram a PSP e o Ministério Público, como deve ser num Estado de direito.

Já agora, Sr. Deputado — se pudesse prestar atenção —, deixe-me dizer-lhe o seguinte: as FP-25 foram um crime contra o Portugal democrático. Fico à espera de que diga o mesmo sobre o MDLP (Movimento Democrático de Libertação de Portugal)...

A Sr.^a **Margarida Afonso** (PS): — Exatamente!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... e o ELP (Exército de Libertação Portuguesa), que espalharam a morte e o caos em Portugal.

Aplausos do L, do PCP e de Deputados do PS.

E quero ouvi-lo a condenar o indulto presidencial atribuído a Ramiro Moreira por Mário Soares, Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Paulo Núncio, tem a palavra para responder.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, relativamente às perguntas que foram feitas pelo Deputado do PSD, António Rodrigues, concordo consigo, Sr. Deputado. Foi, além de um ato extremista e violento, um ato criminoso e um ato terrorista, que só não teve, de facto, consequências absolutamente dramáticas, porque o engenho não funcionou e não rebentou, como queria o criminoso.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Dramático é o que se está a passar com o CDS! Isso é que é dramático! Coitado do Freitas do Amaral!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Deputado, o que lhe queria dizer é que também concordo consigo que este ato criminoso e terrorista não provocou um sobressalto cívico, mas que, se tivesse sido numa manifestação feminista, se tivesse sido numa manifestação pelo clima,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É, é! Culpa do 1143!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... se tivesse sido numa manifestação trans, com Deputados e Deputadas da extrema-esquerda, de certeza que tinha enchido as primeiras páginas dos jornais, de certeza que tinha aberto não sei quantos telejornais...

Protestos de Deputados do CH.

... e de certeza que, ainda hoje, teríamos debates infundáveis nas televisões, com especialistas sobre tudo e um par de botas, a discutir o ataque às liberdades da esquerda.

Protestos da Deputada do L Filipa Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O «Botas» era o outro!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Pois bem, Srs. Deputados. Este País é de todos e os ataques terroristas são tão condenáveis quer sejam feitos contra pessoas que participam em marchas pela vida quer sejam feitos em marchas feministas ou em marchas pelo clima.

Infelizmente, em Portugal, continuamos a ter esses dois pesos e essas duas medidas.

Protestos de Deputados do PS.

Sr. Deputado, também queria dizer-lhe que concordo consigo: a polícia atuou bem, rápido, foi lesta e prendeu de imediato o criminoso. O problema é que o criminoso foi apresentado em tribunal e foi posto em liberdade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É um problema, é!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A única imputação que o Ministério Público lhe apresentou foi o uso de arma proibida. Pergunto: se tivesse matado dezenas de pessoas, essa seria a única imputação? Não pode ser. A polícia esteve bem, a justiça esteve mal!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Esteve mal!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr.^a Deputada Paula Santos, saúdo o voto de condenação do Partido Socialista...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Obrigado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Aliás, do Partido Comunista; do Partido Socialista e do Partido Comunista! Nesta matéria, estão muito próximos.

Risos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E a Iniciativa Liberal também!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Estás mesmo baralhado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas o problema, Sr.^a Deputada, é o «mas».

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Mas qual «mas»? Não houve «mas»...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A Sr.^a Deputada diz «nós apresentámos um voto de condenação, mas...» e fala do «mas» e diz que é necessário combater o ódio, pois é, Sr.^a Deputada, mas o CDS combate o ódio em quaisquer circunstâncias, em Portugal e no mundo.

Protestos da Deputada do PCP Paula Santos.

O problema é o Partido Comunista, que se esquece de combater o ódio, sempre que o ódio vem de Cuba, vem da Venezuela, vem da Coreia do Norte ou vem da Rússia,...

Vozes do PCP: — Oh!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... que, embora não seja comunista, continua a ser o referencial do Partido Comunista.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — Que é do Trump?

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, o Sr. Deputado falou aí em combater a violência e o extremismo. Eu pergunto: como é que um partido que defende o combate à violência, ao extremismo e ao terrorismo aceita ter, nas suas listas para as eleições autárquicas, ex-terroristas, como os senhores têm, das FP-25?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É verdade!

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É uma vergonha aquilo que o Bloco de Esquerda faz à democracia portuguesa.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do CH.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É hipocrisia!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Pedro Delgado Alves pediu a palavra para uma interpelação à Mesa?

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sim, Sr. Presidente, uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, para solicitar a distribuição de uma notícia, mas que também é acompanhada de um voto, relativo a uma condenação, apresentada na Assembleia da República, às agressões sofridas por um ator, numa manifestação em frente ao Teatro da Barraca, e que mereceu a abstenção do CDS.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Isso!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Acho que era importante sermos coerentes e estarmos sempre em defesa da democracia contra todos os seus inimigos.

Aplausos do PS, do L, do PCP e do BE.

Protestos do CH e contraprotestos do PS, do L e do BE.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, a interpelação à Mesa do Sr. Deputado Pedro Delgado Alves não precisa de esclarecimentos adicionais, foi muito clara.

Tem a palavra, para uma declaração política, o Sr. Deputado Gonçalo Capitão, do PSD.

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Mais do que aos Deputados, venho hoje falar aos portugueses e, sobretudo, aos mais jovens, que são bombardeados constantemente pelos *TikTokers* da desgraça. E, sim, o meu perfil, evidentemente, não é dos mais bonitos, mas é verdadeiro, asseguro-vos.

Risos de Deputados do PSD.

Protestos do Deputado do CH Bruno Nunes.

O que tenho para vos dizer é que não, não está tudo mal no nosso Portugal, e o que está mal, quero assegurar-vos, não se resolve com vídeos dos nossos Deputados mais jovens a mudarem de sapatos para ir para a campanha ou a insultarem os adversários, nem sequer com vídeos do nosso líder a apagar esse fogo que arde sem se ver ou a tentar sobreviver ao dilúvio feito pelo *Grok*. E, sim, nós também sabemos gritar.

A Sr.^a **Isabel Alves Moreira** (PS): — E gritam!

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Não te estou a imaginar a gritar!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — E, sim, nós também seríamos capazes de vos mentir. E, sim, nós também sabemos carregar garrafas de água, quando vamos ao supermercado,...

Risos de Deputados do PSD.

... mas preferimos falar-vos com verdade, de coisas verdadeiras, sem personagens ou perfis falsos.

Aplausos do PSD.

A verdade é que este País está muito melhor do que há 50 e tal anos, no tempo do tal Salazar.

Vozes do PSD: — Claro!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Perguntem aos vossos pais e aos vossos avós como eram, até à década de 70, a educação, a saúde e a alimentação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Bastava um Salazar para vos mandar para a cadeia por publicarem uma opinião. Não são precisos três, porque três continuaram a ser o triplo de zero.

Risos e aplausos do PSD.

E, por falar em ideias ultrapassadas, façam o favor de me mandar para a minha terra, porque na minha terra a cor não é fronteira, a orientação não é barreira, a moeda é o respeito e a bandeira é a liberdade.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Na minha terra, não há lugar para racistas, para intolerantes, para adeptos da violência doméstica ou da violência no namoro, para misóginos ou preconceituosos de qualquer espécie.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Mas hoje estamos também melhor do que em 2024. Não embarquem nas falinhas mansas da esquerda do «agora é que era». Eles passaram 22, de 30 anos, a representar, ao vivo, a rábula do cavalo do inglês, esse ingrato que morreu quando estava mesmo, mesmo a aprender a deixar de comer.

Risos do PSD.

E assim foi com o eleitorado. Agora que o PS estava cheio de boas ideias, agora que o PS ia resolver isto tudo, esses ingratos dos eleitores votaram na AD. Vamos tentar perceber porquê.

Aplausos e risos do PSD.

Vamos tentar perceber porquê e vamos aos factos. Estamos no segundo Orçamento consecutivo sem aumento de impostos. Estamos ou não estamos melhor?

Vozes do PSD: — Estamos!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — O salário mínimo e o médio sobem constantemente e o desemprego está em níveis mínimos históricos. Estamos ou não estamos melhor?

Vozes do PSD: — Estamos!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — E o que dizer do IRS (imposto sobre o rendimento das pessoas singulares) Jovem, para reter os nossos talentos, e das intenções para a compra de casas? Estamos ou não estamos melhor?

Vozes do PSD: — Estamos!

Protestos do CH.

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Foram 27 carreiras reapreciadas e revistas, e ainda hoje o INE (Instituto Nacional de Estatística, IP) falou de um excedente orçamental de 0,7, quando estava previsto um de 0,3.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — A dívida pública está abaixo dos 90 %, pela primeira vez em 16 anos.

Aplausos do PSD.

É um dia histórico para Portugal! Estamos ou não estamos melhor?

Vozes do PSD: — Estamos!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Terminou o caos na imigração desordenada, mas tudo sem xenofobia e sem mentiras. Estamos ou não estamos melhor?

Vozes do PSD: — Estamos!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — A escola está em paz, os professores recuperaram o tempo de serviço. Estamos ou não estamos melhor?

Vozes do PSD: — Estamos!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Aumentou o complemento solidário para idosos e há medicamentos gratuitos para quem deles precisa. Estamos ou não estamos melhor?

Vozes do PSD: — Estamos!

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Em suma, jovens do meu País, não vão nas cantigas de quem vos arrastou,...

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Somos os maiores!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — ... durante 20 anos, e agora vos diz que vão voar como objeto, ao verem as cores de *O Incrível Mundo de Gumball* — os mesmos socialistas que vos deixaram à margem do progresso e que agora vos falam em «modo *six-seven*». Também não vão atrás daqueles que vos prometem tudo e mais umas botas e depois apresentam promessas eleitorais de 40 mil milhões de euros e um défice de 14 %.

Aplausos do PSD.

Estranhem! Estranhem! Estranhem, quando uma organização vos apresentar um homem providencial que serve para tudo. É significado de que não há lá mais ninguém! Ele é candidato a Primeiro-Ministro, depois é

candidato a Presidente, depois é candidato a Primeiro-Ministro, depois é candidato a Presidente, depois tem a fotografia em todas as juntas e todas as câmaras.

Protestos do CH.

E a seguir vem o quê? O sindicato dos tratoristas da Beira Baixa?

Risos do PSD.

Protestos do CH.

A associação das costureiras da raia alentejana? Já só falta isso!

Aplausos do PSD.

Estamos a melhorar e continuaremos a melhorar. Queremos que os portugueses vivam melhor e, sobretudo, que sejam felizes.

Continuem,...

Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.

... façam *like* aos *TikToks* dos outros, mas continuem a votar na AD.

Aplausos do PSD.

Jovens, os problemas não se resolvem com um *reel* nem com meia dúzia de *posts*. Todos nós, todos juntos, é que vamos limpar Portugal do populismo de uns e da incompetência de outros.

Aplausos do PSD, de pé.

Protestos do CH.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Estás contente? Isto é a Assembleia da República, não é um circo!

Burburinho na Sala.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados! Srs. Deputados, agora é minha vez de falar!

O Sr. Deputado tem cinco pedidos de esclarecimento e informou a Mesa de que pretende responder primeiro a dois e depois a três.

Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Tomás Cardoso Pereira, do Livre.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias, Sr. Deputado Gonçalo Capitão, deixe-me, em primeiro lugar, porque não tenho problema nenhum em fazê-lo, confessar-me um fã das suas intervenções,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — ... do seu registo humorístico, às vezes até, e do seu registo em rábula.

Queria começar por concordar consigo. O Sr. Deputado disse ali da tribuna que estamos muito melhores do que há 50 anos. É verdade, e com toda a neutralidade concordo consigo. Acho que nenhum democrata, nenhuma pessoa que se reveja no tal chão comum, no regime que temos saído do 25 de Abril de 1974, terá qualquer problema em concordar consigo e quero ser o primeiro a fazê-lo.

A minha pergunta é, Sr. Deputado: quando é que tira consequências da rábula que fez ali de cima?

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Claro!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — O Sr. Deputado falou dos *TikTokers* da desgraça, e falou muito bem. Os *TikTokers* da desgraça são, sem dúvida,...

Protestos do PSD.

... um problema que temos na sociedade, hoje em dia. Contudo, a minha pergunta é: não é o meu partido, não é o Livre que tem entendimentos e que anda a fazer arranjinhos com os *TikTokers* da desgraça. É o seu. É o seu, Sr. Deputado!

Aplausos do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Quando é que tira consequências dos tais *TikTokers* da desgraça e não faz entendimentos com eles, Sr. Deputado?

Depois, o Sr. Deputado também citou algo que eu não conhecia — creio que foi o cavalo inglês, que supostamente está quase a chegar, é uma rábula qualquer, quem ouviu talvez tenha percebido —, mas a minha pergunta é se, com este Governo da AD, pelo menos em alguns setores, não estamos a «passar de cavalo para burro».

É porque, na verdade, o Sr. Deputado ali de cima omitiu alguns temas. Olhe, por exemplo, não falou de saúde. É curioso não ter falado de saúde. Será que é porque estamos pior, em matéria de saúde, do que o que estávamos há alguns anos?

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Ora bem!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Será que foi por isso que o Sr. Deputado não incluiu a saúde na sua rábula?

Protestos de Deputados do PSD.

Depois, o Sr. Deputado falou também de matéria fiscal. Sr. Deputado, soubemos hoje que a carga fiscal em Portugal — que é uma estatística que tem muitos problemas, mas que a direita adora usar —, em 2025, foi de 35,4 %, apenas quatro décimas abaixo do que era em 2023.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sabe porquê?

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Sabe quanto é que era também a carga fiscal em 2018? Era de 35,4 %.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Ah!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Nos anos da geringonça, que os senhores acusam tanto de cobrar impostos altos, a carga fiscal era exatamente igual àquilo que é hoje.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sabe porquê? Sabe porquê ou não?

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Por isso, Sr. Deputado, a sua rábula é muito divertida, tem alguns pontos com os quais concordo, mas há outros pontos onde «a bota não bate com a perdigota».

Portanto, a minha pergunta muito direta é: Sr. Deputado, o que é que o Governo da AD vai fazer para garantir que não continuamos a «andar de cavalo para burro» e quando é que o PSD vai parar de fazer entendimentos com os tais *TikTokers* da desgraça?

Aplausos do L e de Deputados do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente...

Protestos do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Vamos esperar um bocadinho, Sr.^a Deputada. Esperamos só um bocadinho.

Pausa.

Muito bem, Sr.^a Deputada, acho que estão reunidas as condições. Faça favor, tem a palavra.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, gostaria de felicitá-lo, porque o Sr. Deputado, mais do que um humorista, com todo o respeito, é também um ilusionista, porque fez aqui duas proezas: atacou muito a bancada da extrema-direita, mas de alguma forma ocultou ou esqueceu-se daquilo que o Governo não tem feito ou que a sua própria bancada tem deixado para trás.

Pergunto-lhe: acha que o País está melhor, quando os portugueses não conseguem sequer encher o carrinho do supermercado e o Governo,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — É para si o IVA (imposto sobre o valor acrescentado) zero!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... que a sua bancada sustenta, teima em não diminuir e em não isentar, com o IVA zero, o cabaz essencial?

Ou acha que as famílias, as mães, as pessoas que, neste momento, sofrem de doença oncológica e que viram a bancada do PSD votar contra a licença 100 % remunerada...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É mentira! É falso!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... também sentem que o País está melhor? Porque claramente não sentem!

Daí a minha conclusão de que o Sr. Deputado é, com todo o respeito, também um bom ilusionista.

Já agora, permita-me, porque o PAN está aqui, de facto, na Assembleia da República, dizer-lhe que os animais que são maltratados e que morrem à fome,...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Ah!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... também sob a política e a inércia deste Governo, não são os cavalos da sua rábula, são animais reais do nosso País, que também continuam sem resposta. Pergunto-lhe se isto, de facto, deixa o País melhor...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — São os dos ciganos! Os cavalos dos ciganos!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Gonçalo Capitão, tem a palavra para responder.

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Sr. Presidente, começo pelo fim: Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, não sei se adivinhou que o meu signo é touro, tentou um par de bandarilhas, mas falhou redondamente.

Risos do PAN e de Deputados do PSD.

Eu adoro quando me acusam de *stand-up comedy*, quando me chamam «palhaço» nas redes e mais não sei o quê, porque é sinal de que é o único argumento,...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — E és! E és!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — E tu és o quê?...

Risos do PSD.

Protestos de Deputados do CH.

Voz do PSD: — Gonçalo, não faças isso!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto não é um circo! Se não sabe, vai embora!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Ó Srs. Deputados,...

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Peço desculpa, Sr. Presidente, peço desculpa.

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, vamos...

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Só 1 minuto, Sr. Deputado.

Protestos do CH.

Muito bem. O Sr. Deputado já pediu desculpa, mais não pode fazer. Faça favor de continuar, Sr. Deputado. Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Deputado continuar. Tem a palavra.

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Bom, queria pedir desculpa à Câmara, porque realmente foi um aparte que não cabe.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Foi um caso especial, claro.

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Queria apenas dizer-lhe, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, que quem falha o alvo é a Sr.^a Deputada, porque, quando os salários estão a subir,...

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — A sério?

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — ... quando o desemprego baixou,...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Os impostos descem!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — ... a senhora queixa-se de que não consegue ir ao supermercado com os impostos mais baixos. Não sei o que é que pode fazer. Talvez o PAN, um dia, possa apresentar-nos uma solução e,...

Protestos do PAN.

... assim, em vez de um Deputado, possa ter mais. A falha, neste momento, é sua.

Sr. Deputado Tomás Pereira, queria dizer-lhe que o que nos disse revela, desde logo, uma incompreensão. Convinha informar-se. Porque é que a carga fiscal cresceu? Porque o desemprego baixou e os salários subiram.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro! E as contribuições aumentaram!

Protestos do L e do PS.

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Isso parece-me evidente. Não é preciso estudar.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro! São as contribuições da segurança social! Claro!

Protestos do L e do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Paramos um pouco o tempo.

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Mas percebo o seu pedido de esclarecimento. Aliás, o Livre para mim, é...

Protestos do L e contraprotestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, temos de criar condições para o Sr. Deputado responder, com a mesma liberdade com que foi questionado. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Sr. Presidente, depois nós não temos culpa de que o eleitorado não vos tenha dado relevância política. A nós, deu-nos muita relevância, mas disso temos de falar com todas as forças presentes neste Parlamento, e é disso que estamos a falar.

Protestos do Deputado do L Tomás Pereira.

Se não gosta de que respeitemos o jogo democrático, assumo, porque, aliás, o Livre, para mim — já que gosta de rábulas —, é um bocadinho como o tabaco aquecido com aroma a caramelo: faz mal na mesma, mas é muito *cool*.

Andei à vossa procura, aliás, porque vocês fazem birra com os lugares, eu nunca sei onde é que vocês estão sentados.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

Em todo o caso, é engraçado que o senhor venha criticar que nós falemos com o Chega — porque era isso que estava implícito —, quando os senhores disseram que só faziam acordos à esquerda. Os senhores podem ser facciosos, nós não somos,...

Protestos do Deputado do L Tomás Pereira.

... nós falamos com todos, ouvimos toda a gente.

Aplausos do PSD.

Agora, eu não tenho culpa é de que os senhores queiram ser a bandeira de conveniência do Partido Socialista...

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Bandeiras é com o CDS!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — ... e que queiram ser o carro-vassoura do PCP e do Bloco de Esquerda. Aliás, o vosso líder até já foi candidato pelo Bloco de Esquerda.

Protestos do Deputado do L Tomás Pereira.

Porém, tudo o que os senhores dizem nunca apresenta uma solução concreta, nunca apresenta um custo orçamental.

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Estamos sempre a apresentar! Todos os dias!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Sabe o que é que eu digo ao seu partido? Deus nos livre!

Risos e aplausos do PSD.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Acho que já está fora de forma!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Consegue fazer melhor!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem agora a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Caro Deputado Gonçalo Capitão, queria-lhe dar os parabéns por uma briosa intervenção que fez — não briosa por ser um adepto da Briosa, mas por ser uma intervenção de um adepto do Governo.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Graxista!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Portanto, foi uma intervenção com o empenho de quem é adepto do Governo, evitando alguns temas, nomeadamente, aqueles da agenda do dia de hoje.

Obviamente que evitou dizer que a carga fiscal subiu. Por favor, não repita a justificação que acabou de dar, porque senão está a dizer exatamente o mesmo que o Partido Socialista disse, durante oito anos, quando era acusado de aumentar a carga fiscal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Ora bem! Bem lembrado!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E é verdade! A carga fiscal de impostos baixou, neste Governo!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Podia ter dito que o PIB (produto interno bruto) *per capita* desceu. Não o fez, mas é entendível que não o tenha feito, porque, obviamente, apoia o atual Governo e quis demonstrar aqui um copo bem cheio e não um copo mais ou menos vazio, não quis falar da parte do copo vazio.

Mas quero — como é membro apoiante deste Governo — ajudar a que, no final do mandato, este Governo possa mostrar aos portugueses que, de facto, tem um copo bem cheio, uma coisa positiva, um mandato positivo.

E, portanto, quero falar de algumas coisas de que poderia ter falado ali e de que não falou. Por exemplo, da reforma laboral. Ela acontece ou não acontece?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não!

Protestos do L.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Vamos ter uma legislação laboral mais flexível? Ainda hoje, já foi aqui dito, há partidos que querem fugir de tudo aquilo que é flexível. São tão monolíticos, que não conseguem ver flexibilidade em lado algum.

Protestos do Deputado do L Jorge Pinto.

Quero falar da reforma da saúde — não de medidas para tentar remendos, porque não vão resolver, como já está provado, mas de uma reforma mesmo, pôr toda a oferta existente ao serviço dos portugueses, para ver se acabamos com as filas de espera, seja nas cirurgias seja nas consultas.

Quero falar de uma verdadeira reforma fiscal, que não seja só baixar impostos, mas baixar mesmo, simplificar, baixar escalões, por exemplo, no IRS; da reforma do poder local; da reforma eleitoral; ou de privatizar a TAP (Transportes Aéreos Portugueses) a 100 %.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Isso!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Porque é que não falou destas coisas? Era tão bom que o Governo começasse a abrir caminho nestas reformas, nestas medidas, para que, no fim, possam dizer que o copo estava bem cheio, que Portugal está bem melhor, que os portugueses podem reconduzir uma governação.

Veremos. Se fizerem isto, talvez, mas se fizerem isto também precisam da força da Iniciativa Liberal.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Fazenda, do PS.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Sr. Presidente. Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Sr. Deputado perguntou a esta Câmara se estamos ou não estamos melhor. A verdade é que os factos, os números e a realidade demonstram exatamente o contrário. Portugal está pior na economia, na habitação, na saúde e no custo de vida. Essa é a realidade, Sr. Deputado.

Aplausos do PS.

E vamos aos factos. Na economia, o ano de 2025, Sr. Deputado, foi um ano pior que 2024, foi pior que 2023, foi mesmo, retirando o ano da covid-19, o pior ano económico da última década.

Aplausos do PS.

Em 2025, estes são os factos e os números: abrandamento nas exportações e uma queda de quase 35 % no investimento direto estrangeiro. Estes são os resultados que tem para apresentar o Governo da AD.

Relativamente às contas públicas, hoje veio o Governo autoelogiar-se com os resultados obtidos, mas esquece-se de dizer que é à custa do aumento da carga fiscal, conforme hoje é notícia.

O orador exibiu uma notícia.

O Governo encaixou mais 35,4 %, 6,9 mil milhões de euros! Houve aumento da carga fiscal e à custa do corte no investimento público. Esse corte quer dizer corte em creches, em lares e em centros de saúde — é isso que o Governo está a fazer.

Aplausos do PS.

Depois, pergunto o que o Governo tem para dizer sobre os custos da habitação, que atingiram recordes máximos.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — O preço das casas subiu 30 %!

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — Está o País melhor com estes custos da habitação? Não está melhor, Sr. Deputado.

E quais são as respostas que dá para esta crise? São respostas pífiás, Sr. Deputado. E sabe porquê? Porque aquilo que o Governo tem para dizer aos portugueses, perante esta crise, é: o Sr. Ministro da Economia diz que, com o aumento dos rendimentos, se podem comprar mais 137 gramas de batatas, e a Sr.^a Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais disse aqui ontem que o arroz carolino estava mais barato.

Aplausos de Deputados do PS.

Por isso, o que lhe pergunto é: leva a sério um Governo que diz, como resposta, que se pode comprar mais batata e que o arroz carolino está mais barato? Isso não é um Governo que trata uma crise com seriedade.

A questão é a seguinte: para quando respostas efetivas...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — A quê?!

O Sr. **Nuno Fazenda** (PS): — ... àquilo que os portugueses estão a enfrentar com esta crise internacional?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Também para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP.

Protestos do PSD.

Só um minuto, Sr. Deputado.

Ó Srs. Deputados, vamos criar condições para o Sr. Deputado Alfredo Maia formular a sua questão.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Gonçalo Capitão, olhe que o excedente orçamental de que o Governo se gaba e o senhor também não é razão para embandeirar em arco. Esse excedente deve-se à profunda injustiça fiscal que se continua a agravar e deve-se à falta de investimento público que é necessário.

O Sr. Deputado pergunta: «Então nós não estamos melhor?» — mas «nós», quem, Sr. Deputado?

Tenho de perguntar-lhe: porque é que não aumentam os salários?

Protestos do Deputado do PSD Gonçalo Dinis Capitão.

Porque é que não se contratam mais médicos, mais enfermeiros, mais professores, mais funcionários judiciais, mais polícias, mais dezenas de milhares de trabalhadores da Administração Pública em falta?

Afinal, se há dinheiro, Sr. Deputado, porque é que não avançam os investimentos na rede de cuidados continuados? Porque é que não aumenta o número de vagas em creches? Porque é que não aumentam as reformas e as pensões? Porque é que não avançam as obras nas escolas? Porque é que não se acaba com as propinas? Porque é que chove nas esquadras, nos tribunais e nos quartéis? Onde é que estão os investimentos — investimentos a sério — nos transportes públicos e na ferrovia? Porque é que os sistemas informáticos dos serviços públicos pifam, e pifam muitas vezes? Porque é que não avançam os investimentos no parque público habitacional, como é exigível? Porque é que não se fizeram as obras que teriam minimizado as consequências das cheias de há dois meses? Porque é que não pagaram já os apoios a agricultores, pescadores e às vítimas dos incêndios do ano passado? Porque é que não se despacharam a pagar o que prometeram às vítimas das intempéries, que continuam à espera do pagamento?

A resposta é simples, Sr. Deputado: é porque não querem.

Cada euro desse excedente é um euro em falta na melhoria das condições das populações. Se executassem tudo o que prometeram, teriam um défice.

Em 2025, 3200 milhões de euros de investimento não saíram do papel, Sr. Deputado. Como é que explica isto?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Gonçalo Capitão, tem a palavra para responder.

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Sr. Presidente, agradeço todas as questões e começo por responder ao Sr. Deputado Alfredo Maia. Com a consideração que tenho por si, acho que realmente é difícil falar com um partido dogmático.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Como é que é a realidade?!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Os salários aumentam, as pensões aumentam, os complementos solidários aumentam, o desemprego baixa, tentámos acordos. Só não conseguimos acordos com as centrais sindicais que simpatizam com o PCP, porque não dá para falar com pessoas que se comportam como meninos da escola básica, põem os dedos nos ouvidos e dizem «lá, lá, lá, lá, lá, não estou a ouvir nada!».

Aplausos do PSD.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Não tape os ouvidos à realidade!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Mas oiça: já quando caiu a União Soviética, a desculpa que deram foi que aquilo não era comunismo. Quando Nicolás Maduro foi eleito, reconheceram a eleição dele, e o Partido Comunista da Venezuela veio dizer que os senhores não estavam bons da cabeça, salvo o devido respeito.

Risos do PSD.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Fale daqui! Fale de Portugal!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Ou seja, como é que eu consigo dialogar consigo? Olhe, só prestando-lhe o meu respeito, porque realmente é verdadeiro e é sincero.

Em segundo lugar, Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, eu acho que os ares de Belém já lhe fizeram melhor.

Risos do PSD e do Deputado da IL Rodrigo Saraiva.

Mas, com sorte, subimos os dois!

A carga fiscal em impostos baixou.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Isso!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Repito, a carga fiscal em impostos baixou. Quantas vezes é preciso repetir? O desemprego baixou, os salários subiram.

Vozes do PSD: — Bem lembrado!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Em 2024, de todos os países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), fomos o país com melhor desempenho. Em 2025, a revista *The Economist* fez de nós o país capa, pelo nosso desempenho. Agora, claro, se falasse mal da nossa governação, era literatura de Prémio Nobel; assim, como falou bem, é um pasquim ou uma folha de couve.

Risos do PSD.

Protestos do Deputado da IL Jorge Miguel Teixeira.

Sr. Deputado Nuno Fazenda, acho interessante que me venha falar do estado atual das coisas, com os indicadores que há, sendo do partido que tinha os polícias na rua, a escola em tumulto, o SNS em desgraça.

Vozes do PSD: — Pois é! Pois é!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — E agora está tudo bem?!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Aliás, se os senhores são os pais do SNS (Serviço Nacional de Saúde), mais valia o SNS ser órfão.

Risos de Deputados do PSD.

Tinham o INEM a não funcionar. Os senhores até nos deixaram uma almofada, só que a usaram para dormir a sesta e não a gastaram com os portugueses.

Aplausos do PSD.

Vamos a uma questão de coerência: em 2005, quem é que governava? Estava o IVA para 21 %. Em 2005, congelamento de carreiras e subsídios na função pública. Em 2010, corte nos salários do setor público. Em 2010, congelamento de pensões. Em 2010, IVA para 23 %. Em 2011, corte nas pensões acima de 1500 €.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Cortes! Cortes!

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — E a seguir não aconteceu nada?!

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — Em 2011, assina-se o Memorando da troica.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — E cortes!

Protestos do PS.

O Sr. **Gonçalo Dinis Capitão** (PSD): — A desorientação é patente, eu vou ter a cortesia de não a explorar, porque os senhores tanto fazem uma geringonça, como votam ao lado do Chega. Já não é socialismo, é «cataventismo».

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Pessanha, do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Acabou o circo, vem a parte séria!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Há momentos em que a democracia é posta à prova, não apenas pelo que acontece, mas pela forma como se escolhe olhar para o que aconteceu.

No passado fim de semana, em Lisboa, na Marcha pela Vida, um homem aproximou-se de uma manifestação pacífica e arremessou um *cocktail molotov* com gasolina na direção de centenas de participantes. Entre eles, estavam famílias, crianças e bebês. Eu próprio estava lá com a minha mulher e com os meus filhos. O engenho, felizmente, não se incendiou, mas bastava isso ter acontecido para hoje estarmos a falar aqui de crianças queimadas vivas e de mães e pais marcados para sempre.

Isto foi um ato de violência política gravíssimo. E é precisamente aqui que começa a hipocrisia. Quando a violência vem da extrema-direita, o rótulo surge logo no título, com abertura de telejornais e reações prontas das mais altas instâncias do Estado, e bem, porque a violência política deve ser sempre denunciada e combatida, venha ela de onde vier. Mas quando a violência vem da extrema-esquerda, quando vem do extremismo antifamília, então, passam a chamar-lhe «incidente», «confusão», «episódio», como se lançar um *cocktail molotov* para cima de famílias fosse uma coisa sem grande importância.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Este duplo critério, Srs. Deputados, é absolutamente intolerável.

O que aconteceu foi um ataque de motivação ideológica contra uma manifestação legal e pacífica e, tendo em conta o meio utilizado e o alvo escolhido, só tem uma classificação: foi um ato terrorista e de violência política,...

Aplausos do CH.

... dos mais graves desde as FP-25.

No entanto, há uma pergunta ainda mais profunda: que espécie de ideologia é esta, que se sente provocada por famílias felizes? Que espécie de fanatismo é este, que olha para um pai, uma mãe, filhos bebês e vê ali um inimigo?

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Pergunto que espécie de ódio é este, que não suporta uma marcha que afirma algo tão elementar como isto: toda a vida humana tem dignidade, desde a concepção até à morte natural.

Aplausos do CH.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, reparem no paradoxo: uma marcha que honra a maternidade é atacada por quem diz lutar pela libertação das mulheres. Uma marcha onde estavam mulheres, mães e crianças é alvo daqueles que se apresentam como campeões da inclusão e dos direitos humanos.

Há hoje na nossa sociedade um ódio do bem, um ódio apresentado como virtuoso e aceitável, desde que venha da extrema-esquerda e seja dirigido a certos alvos. É o ódio do bem legitimado por uma certa superioridade moral, mas esse ódio é tão odioso quanto qualquer outro, porque a violência não deixa de ser violência por se mascarar com *slogans* progressistas, porque o fanatismo não deixa de ser fanatismo por usar uma linguagem de esquerda.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, nos Estados Unidos, o assassinato de Charlie Kirk expôs precisamente o clima de violência política dirigida contra vozes conservadoras,...

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — ... tal como o caso recente do assassinato de Quentin Deranque, em França, às mãos da extrema-esquerda, pelo grupo terrorista Antifa. Quando se normaliza a demonização do adversário, o passo seguinte é sempre a legitimação da agressão. Primeiro vem o insulto, depois o ataque e, por fim, a tentativa de desculpabilização.

É por isso que este caso não pode ser relativizado. Não podemos aceitar que se trate com benevolência e que se deixe à solta um agressor que lançou gasolina sobre uma multidão onde estavam crianças.

Aplausos do CH.

Não podemos aceitar que a comunicação social tenha procurado suavizar este ataque, como se a origem ideológica do agressor a obrigasse a poupar nas palavras.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — E não podemos aceitar que, em Portugal, certas ideologias corrosivas se vão instalando no espaço público, com a cumplicidade dos que fecham os olhos sempre que a violência parte da extrema-esquerda.

Uma sociedade que tolera o ódio contra a família, a maternidade, a infância e a vida humana está a cavar o seu próprio abismo moral.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Por isso, o que se exige é simples: condenação sem ambiguidades, investigação sem complacências, justiça sem preconceitos ideológicos e uma afirmação clara de que não nos deixaremos intimidar por quem pretende impor o medo, o caos e a violência nas ruas.

Aplausos do CH.

Marchar pela vida não é crime. Levar crianças para uma manifestação pacífica não é uma provocação. Celebrar a maternidade, a família e a dignidade da pessoa humana não é extremismo. Extremismo, Srs. Deputados, é atirar um *cocktail molotov* contra inocentes.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Barbárie é tentar incendiar uma marcha de famílias.

Não existe ódio do bem nem ódio do mal — ódio é ódio, violência é violência. Quem ataca famílias e crianças ataca o coração da nossa própria civilização.

Aplausos do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Bernardo Pessanha tem três pedidos de esclarecimento e informou a Mesa de que responderá a todos em conjunto.

Para um primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Bernardo Pessanha, deixe-me começar por dizer que eu penso que já todos os partidos nesta Câmara foram claros. O Livre certamente que o foi: nós condenamos este ataque, nós acreditamos que este ataque não é admissível. Não é admissível qualquer forma de violência sobre uma marcha pacífica, sobre pessoas que estão a dar a sua opinião, independentemente de discordarmos com essa opinião.

Protestos da Deputada do CH Madalena Cordeiro.

Sr. Deputado, isto não é nenhuma reserva mental, isto é precisamente uma forma de afirmarmos a quem discorda de quem se estava a manifestar este princípio, de uma maneira muito clara: não é aceitável atacar qualquer tipo de manifestação pacífica, não é aceitável fazê-lo!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Sr. Deputado, deixe-me que lhe diga: depois de já todos os partidos nesta Casa e neste Hemiciclo terem condenado este ataque, o Sr. Deputado, ainda assim, fez a intervenção que fez, dizendo «é preciso que todos condenem». O Sr. Deputado, parece-me, está a tentar forçar uma discordância que não existe.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Já todos os partidos nesta Câmara, da esquerda à direita, condenaram esse ataque, Sr. Deputado.

Protestos do CH.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Timidamente!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — Eu acho que isto é importante, Sr. Deputado, porque representa, precisamente, o chão comum que temos de ter na democracia. Todos podemos manifestar-nos, todos podemos ir à rua, todos podemos ter opiniões diferentes e todos temos de o fazer em liberdade. Mas são todos! Têm de ser mesmo todos! Têm de ser mesmo todos, Sr. Deputado!

O Sr. Deputado falou aqui em famílias e no direito à família, e nós defenderemos sempre esse direito a todas as famílias, Sr. Deputado. Nós não queremos vedar esse direito a algumas famílias, como faz, muitas vezes, a extrema-direita e como faz, muitas vezes, o partido em que o Sr. Deputado milita.

Portanto, Sr. Deputado, nós não queremos criar divisões onde elas não existem, e já todos os partidos foram claros.

Agora, deixe-me dizer-lhe uma coisa com muita clareza: quem condena apenas o ódio em algumas situações é o Chega. Quem é que nós vemos — Deputados — a marchar ao lado do 1143?

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — É verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Onde é que viste isso?!

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — São membros do seu partido! Isso, nós nunca os vimos condenar e era importante também que o fizessem.

*Aplausos do L.**Protestos do CH.*

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Onde é que viste isso?! Prova isso!

Vozes do L: — Está sentado atrás de ti!

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Expulsem mas é o vosso militante! Aquele animal era do Livre, de certeza!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Rodrigues, do PSD.

Protestos do L e contraprotestos do CH.

Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Deputado António Rodrigues dirigir a sua questão ao Sr. Deputado Bernardo Pessanha.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, Sr. Deputado Bernardo Pessanha, registei e assinalo a circunstância de ter estado nessa manifestação no passado sábado, onde correu o risco que aqui veio denunciar, e quero dizer-lhe que todos nós condenamos e assinalamos o grave risco que pessoas e famílias atravessaram nesse momento, principalmente no fim, quando já estavam em desmobilização e quando já estavam menos atentos ao que se passava à sua volta e confraternizavam.

Queria, ainda, assinalar que houve quem aqui viesse falar de democracia, dizer que a democracia estava posta em causa sucessivamente, mas não foi capaz de dizer, de deixar muito claro, que atos deste tipo, perpetrados da forma como o foram, são eles próprios um atentado à democracia portuguesa, e é preciso assinalar e continuar a assinalar quando estas situações acontecem.

Não basta condenar; é preciso caracterizar, é preciso afirmar, e todos nós, aqueles mesmo que falam no chão comum, temos de o praticar. Que não seja só de um lado e, depois, acusam o outro. E, quando é ao contrário, que se assumam também. Ou seja, que todos estejam mesmo desse lado.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Sabe que isso não é verdade!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Nestas circunstâncias, deixemo-lo muito claro, não ouvimos nenhuma voz daquele lado esquerdo — daqueles que pressurosamente atacam a polícia, as forças de segurança, quando agem quando estão em causa direitos, liberdades e garantias e que merecem os nossos cuidados — assinalar que a polícia agiu bem, que as forças de segurança demonstraram com clareza que não só sabiam o que estavam a fazer, como agiram em conformidade. De facto, não houve uma palavra, não houve um reconhecimento, não houve capacidade de dizer: a polícia agiu bem, a polícia tomou conta das circunstâncias, interveio e conseguiu deter o autor de um ato criminoso.

É isso que é importante assinalar, é isso que é importante dizer, é isso que é importante ficar claro para todos.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Agora vocês é que escrevem as nossas intervenções?!

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — Talvez isso ajudasse!

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Se queremos chão comum, que seja chão comum também quando a autoridade cumpre as suas responsabilidades, quando são capazes de fazer aquilo que é feito. Digam e assumam isso, não apenas e só quando lhes convém atacar o poder instituído.

Aplausos do PSD.

Vozes do L e do BE: — Quem criticou isso foi o CDS!

O Sr. **Presidente:** — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Bernardo Pessanha, obrigado pela intervenção que fez.

Voltando a reiterar a importância deste tema, nada pode ser mais corrosivo para a democracia do que as pessoas sentirem insegurança quando querem usar a sua liberdade de expressão, quando se querem manifestar, quando querem circular na rua a fazer política e a fazê-lo livremente.

O aparecimento de violência política, que esteve ausente da democracia portuguesa durante 50 anos,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É falso!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — ... é uma má notícia e esperemos que não tenhamos o pior dos anos 30 do século passado...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É mentira! E em 1977, quando mataram 15 pessoas?!

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Esteve ausente da democracia portuguesa, portanto, Sr. Deputado Paulo Nuncio, não acicate aquilo que a democracia portuguesa resolveu bem. A democracia portuguesa sanou as feridas. Não vamos reabrir as feridas que, com sabedoria, os que nos antecederam foram capazes de fechar.

Aplausos do PS.

As manifestações têm de ser livres e as pessoas têm de se sentir em segurança quando se manifestam.

Portanto, não se traga de volta o pior dos anos 30, em que radicalização, extremismo e violência convocaram mais radicalização e violência.

Sr. Deputado, com toda a franqueza, não venha, como já lhe foi apontado, acusar os outros de hipocrisia quando é claro e manifesto que não há uma força política representada nesta Câmara que não tenha imediatamente condenado os factos que ocorreram na manifestação do passado fim de semana, quando não há uma única força política que não tenha sido clara em repudiá-lo e em defender o direito dos outros a dizer aquilo com o qual se discorda.

Mas o que é facto é que os senhores acusam os outros de não condenar, quando também não condenam precisamente as manifestações em sentido contrário, de que já foram dados significativos exemplos.

Não vejo a condenação do exemplo que illustrei há bocadinho, de um ataque a um ator que praticamente perdeu a vista; do assassinato de um ator por motivação racial; dos planos da extrema-direita conhecidos para atacar a Assembleia da República; dos ataques da extrema-direita a imigrantes no Porto; dos ataques na manifestação do 25 de Abril registados há alguns anos.

O Sr. Deputado ilustrou alguns exemplos e até foi aos Estados Unidos, foi ao Charlie Kirk — relembro o voto de pesar que todas as pessoas votaram favoravelmente —, mas recordo que os votos em relação aos equivalentes ataques políticos do outro lado, a Nancy Pelosi, a Melissa Hortman e ao marido e a Josh Shapiro, que esta Câmara teve a oportunidade de apresentar, não foram acompanhados por todas as bancadas.

É esse o ponto e é a refutação que lhe devolvo. Ou seja, acusa os outros de fazer o que está a fazer; acusa os outros de serem seletivos nas indignações, quando do lado das outras bancadas ninguém hesita um segundo em defender, por mais que discordem das suas posições, o direito a manifestar-se livremente. Esperávamos o mesmo dos partidos comprometidos com a democracia.

Pergunto-lhe: porque é que não condenam as outras circunstâncias, os outros exemplos de violência política? Não instrumentalizem o tema, por favor.

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Bernardo Pessanha.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, muito obrigado pelas questões, Srs. Deputados.

Sr. Deputado Paulo Muacho, do Livre, falou sobre condenação. O Livre, na verdade, condena, mas acaba por ter uma condenação tibia.

Protestos da Deputada do L Filipa Pinto.

Acaba por branquear estes temas, acaba por não ser firme na sua condenação. Aliás, eu creio que até houve um *post* que fizeram, talvez passado dois dias do sucedido, a condenar.

Recordo que quando são agressões relacionadas com a extrema-direita, aquilo que acontece é que imediatamente os jornalistas estão à porta do nosso presidente a perguntar-lhe qual é a sua reação.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Mas qual jornalista?!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Mas vocês, os senhores à esquerda, gozam exatamente dessa complacência da comunicação social,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — ... que não se encosta a vocês e não vos obriga a condenar. Olhe, ao contrário do Livre, o Chega distancia-se de todos os atos de violência...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Protestos do L.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — ... e, aliás, até expulsa militantes seus que possam ter ligações à extrema-esquerda.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Extrema-esquerda?!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Nós não fingimos que nada acontece, ao contrário do Livre e ao contrário do Deputado Rui Tavares, que disse, em pleno programa da RTP, que não se lembrava de quem era Lothar Bisky.

Protestos do L.

Lothar Bisky foi seu colega no Parlamento Europeu e esteve presente numa convenção do Bloco de Esquerda, onde o Sr. Deputado também estava.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Era um membro da Stasi (*Ministerium für Staatssicherheit*), que era a polícia política da RDA (República Democrática Alemã).

Aplausos do CH.

Portanto, ao contrário de vocês, nós não temos pejo nenhum em condenar.

Protestos do Deputado do L Paulo Muacho.

Sr. Deputado António Rodrigues, concordo consigo. De facto, são um atentado à democracia todos estes acontecimentos e devem ser condenados com veemência e sem tibiezas, portanto, agradecemos essa condenação.

O Sr. **Paulo Muacho** (L): — A sério?!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Mas queria dizer-lhe, Sr. Deputado, que, de facto, as forças de segurança estiveram bem. Eu estive lá e pude presenciar isso: as forças de segurança foram efetivamente rápidas a reagir. O que já não esteve bem, efetivamente, foi a nossa justiça,...

Vozes do CH: — Claro!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Péssima!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — ... porque, aparentemente, o autor destes atos terroristas ficou em liberdade, com a obrigação de se apresentar numa esquadra todos os dias e não voltar ao local do crime, que é assim uma coisa um bocadinho, enfim, *sui generis*.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — No 1143, estava lá ou não?!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Sr. Deputado Pedro Delgado Alves, de facto, nós não sabemos onde é que estiveram os Srs. Deputados do PS na condenação, por exemplo, de agressões de que os Deputados do Chega foram vítimas, em várias manifestações que aconteceram.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E na manifestação do 25 de Abril?!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Aí, de facto, não ouvimos uma palavra dos Srs. Deputados, infelizmente. Ao contrário de vocês, nós somos capazes de condenar todas as ações, todos os atentados à nossa democracia.

Aplausos do CH.

E também não temos nas nossas fileiras, Sr. Deputado, membros das FP-25,...

Vozes do CH: — Ora bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Essa é que é essa!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — ... que ainda agora, nas últimas eleições autárquicas, se candidataram por Setúbal,...

Protestos de Deputados do PS.

... e os senhores não tiveram coragem de expulsar essa pessoa ou de a retirar das listas.

Aplausos do CH.

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Na manifestação do 1143, estava lá ou não?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para uma declaração política, tem a palavra o Sr. Deputado Armando Mourisco, do Partido Socialista.

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há dois anos que a AD e Luís Montenegro governam o País. É tempo suficiente para um balanço.

O estudo publicado pelo jornal *Expresso*, ouvidos que foram os portugueses, fornece um panorama cristalino do que os nossos concidadãos pensam e sentem sobre o País: o descontentamento é generalizado, já não é

um ruído de fundo, é um grito de alerta; os portugueses estão exaustos de um País que funciona a duas velocidades — a velocidade da propaganda oficial e a velocidade lenta e burocrática da vida real, realidade que o Governo teima em ignorar e que os portugueses sentem todos os dias no bolso e na pele.

Aplausos do PS.

Na saúde vivemos um estado de urgência permanente: desespera-se à porta dos hospitais; há serviços de urgência que encerram; as listas de espera aumentam; há pessoas sem médico de família; há redução de consultas de especialidades e de cirurgias.

Resolver o caos na saúde num ápice com um choque de gestão foi tão forte, que deixou o sistema nacional de saúde em estado de choque e de paralisia.

Aplausos do PS.

E na habitação? Hoje, ter um teto não é um direito, é um luxo. O preço das casas e das rendas atingiu níveis pornográficos. O choque da oferta para baixar preços e a ajuda aos jovens foi tempo perdido. Estamos no *top* europeu do crescimento do preço das casas, com valores recorde.

Aplausos do PS.

Tomam-se medidas que não resolvem o preço da habitação, não baixam a renda nem ajudam um jovem a sair de casa dos pais. Assistimos, pois, a uma geração inteira a ser impedida de construir um futuro.

Há estagnação da economia, com um crescimento curto de 2 %, à custa do consumo; a taxa de poupança das famílias recuou; a carga fiscal aumentou — são dados do INE. São números reais!

Aplausos do PS.

O excedente orçamental mantém-se nos 0,7 % por três razões essenciais. A primeira é o aumento das contribuições para a segurança social. Afinal, havia saldo na segurança social e isso foi escondido pelo Governo, quando questionado pelo Secretário-Geral do Partido Socialista. Mentiram a esta Câmara!

Aplausos do PS.

A segunda razão é a falta de investimento. Trocou-se o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) pelo excedente, deixando escolas, habitação, hospitais e centros de saúde por construir.

Aplausos do PS.

A terceira razão é o aumento dos impostos. Gorou-se a promessa de que iríamos ter um crescimento acelerado, de que podíamos até chegar aos 5 %. É mais uma prova da ilusão criada e da metamorfose do Sr. Primeiro-Ministro, pois, quando estava sentado na bancada da oposição, o Dr. Montenegro tinha a solução no bolso para cada problema do País, mas, pelos vistos, as soluções mágicas da AD tinham prazo de validade: expiraram quando tomaram posse como Governo. Ao contrário de magia, tivemos ilusionismo!

Aplausos do PS.

Quando a tragédia bate à porta, como a tempestade *Kristin*, a resposta é a de sempre: promessas rápidas, mas, depois, os apoios tardam a chegar. Aliás, os apoios chegam às pinguinhas, para usar uma expressão de que o Sr. Primeiro-Ministro tanto gostava, quando criticava os outros.

As famílias e as empresas afetadas não precisam de comunicados de solidariedade; precisam do dinheiro que lhes foi prometido para resolver os seus problemas.

Aplausos do PS.

Para agravar o cenário, tivemos o aumento do custo do cabaz alimentar e um aumento brutal no preço dos combustíveis. Qual é a resposta? Apoios pífios que não mitigam uma carga fiscal que asfixia quem precisa do carro para trabalhar.

O Governo enche o copo com o IVA da inflação, o povo esvazia o depósito e a esperança.

Aplausos do PS.

Sobre as diferenças com a vizinha Espanha, no apoio às famílias e às empresas: por cá, reduz-se 6 cêntimos por litro, perante um aumento de 40 cêntimos; por lá, redução de 30 cêntimos e subsídio direto de 20 cêntimos para a agricultura e para os transportes, a que acresce a redução do IVA da eletricidade para 10 %. Que diferença, Sr.^{as} e Srs. Deputados!

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, dois anos depois estamos pior. E não é a oposição que o diz, é o País real que o sente, é o País real que o afirma.

Aplausos do PS.

Os estudos não mentem e o descontentamento é transversal. Os portugueses estão cansados de ouvir que está tudo a ser planeado, enquanto a vida lhes foge por entre os dedos: são mais impostos, é menos poder de compra, é menos investimento.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, há dois anos — todos nos lembramos —, o Sr. Primeiro-Ministro subia a este púlpito com a solução para todos os males. Hoje, justifica-se. É um Primeiro-Ministro, é um Governo e é uma maioria do «era uma vez a herança», esquecendo-se de que, ao fim de 24 meses de governação, a herança já tem o seu rosto e o seu carimbo de falhanço.

Aplausos do PS.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o tempo das promessas da campanha acabou há 24 meses. O País não quer saber de quem é a culpa, o País quer saber quem é que vai finalmente governar para além do anúncio constante.

É tempo de deixar a governança do retrovisor. É tempo de o Governo e a maioria que o apoia deixarem de conduzir o País a olhar para trás — talvez para não terem de encarar o desastre que têm pela frente — e de fazerem aquilo que lhes compete: governar a bem de Portugal e dos portugueses.

Aplausos do PS.

Entretanto, reassumiu a presidência o Presidente, José Pedro Aguiar-Branco.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado tem seis pedidos de esclarecimento, como pretende responder?

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Chuta para canto!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Em dois grupos.

O Sr. **Presidente**: — Para fazer o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Armando Mourisco, escolheu o tema da situação política em Portugal, mas o seu Secretário-Geral e o seu líder parlamentar, neste fim de semana, escolheram outra prioridade,...

Vozes do PS: — Ah!...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... a situação política na Venezuela, e eu vou respeitar a prioridade da agenda política do seu Secretário-Geral e do seu líder parlamentar.

Numa iniciativa que qualificamos de vergonhosa, escolheram visitar a Venezuela num momento totalmente inoportuno.

Protestos de Deputados do PS.

Do ponto de vista do CDS, essa deslocação foi extemporânea, foi inadequada e foi irresponsável.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Estiveram em universidades a elogiar o clima que permitiu que se prendessem professores...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não tens vergonha!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e que se prendessem alunos apenas por discordarem do regime.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

Estiveram com ex-ministros do Governo de Chávez, a dizer que essas pessoas eram grandes referências da democracia, e só não estiveram com Delcy Rodríguez, a delfim de Maduro, porque ela nem sequer vos passou cartão.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É uma vergonha! É uma vergonha.

Mas há um facto novo acerca do qual o queria questionar, porque sobre isto nem há questão, é tão vergonhoso que não merece perguntar nada.

Tive acesso a uma fotografia em que Eurico Brilhante Dias, líder parlamentar do PS, José Luís Carneiro, Secretário-Geral do PS, e Paulo Pisco, dirigente do PS para as relações internacionais, aparecem no memorial de Jorge Rodríguez. Acredito e espero que o Sr. Deputado consiga dizer que é uma montagem!

Jorge Antonio Rodríguez é nem mais nem menos do que um líder guerrilheiro que foi responsável por dezenas de sequestros na Venezuela.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É o pai de Delcy Rodríguez e de Jorge Rodríguez, a delfim de Maduro e o Presidente da Assembleia Nacional, que presidiu à farsa da sua tomada de posse.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Verdade!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Convém saber!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Por isso, a pergunta é muito simples: além de não terem feito nada para melhorar a situação dos portugueses na Venezuela,...

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

... é ou não é verdade que estes dirigentes do Partido Socialista foram prestar homenagem a um guerrilheiro que foi responsável por muita da perseguição que o regime comunista da Venezuela fez, incluindo a muitos cidadãos portugueses? Diga lá, é verdade ou é mentira?

Aplausos do CDS-PP, do PSD e da Deputada da IL Angélique Da Teresa.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Tomás Pereira, do Livre, tem a palavra para pedir esclarecimentos.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias, Sr. Deputado Armando Mourisco, o Sr. Deputado trouxe-nos aqui um diagnóstico dos primeiros dois anos de Governo da AD (Aliança Democrática), e é um diagnóstico com que nós, em larga medida, naturalmente concordamos.

Ainda me lembro de ouvir o agora Ministro das Finanças, Joaquim Miranda Sarmiento, nos tempos em que estava na oposição e nos primeiros tempos de Governo, dizer que uma economia como a portuguesa devia estar a crescer próximo ou até mais de 3 %.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Está a falar dos 0,7 %!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Bom, o crescimento da economia que temos hoje em dia é de 1,9 %, e, Sr. Deputado Paulo Núncio, não se acabrunhe, porque as projeções do próprio Governo dizem que nos próximos anos não vai crescer 3%.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Vai, no final da legislatura!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Portanto, com os dois anos de Governo e a perspetiva dos próximos, esta vontade de Joaquim Miranda Sarmiento, esta facilidade toda que Joaquim Miranda Sarmiento, Ministro das Finanças, tinha enquanto estava na oposição... parece que chegado ao Governo é um bocadinho mais difícil!

Sobre a carga fiscal, e o Sr. Deputado também falou da carga fiscal, é verdade que subiu. Soubemos hoje que, em 2025, foi de 35,4 %, exatamente o mesmo valor que era em 2018, nos anos de governação da geringonça, e apenas 4 décimas abaixo de quando o anterior Governo saiu de funções.

A verdade, Sr. Deputado, é que neste diagnóstico, o Governo da Aliança Democrática não tem apresentado resultados económicos suficientemente bons para o País, e é por isso que vão atrás das guerras culturais. Fomentam guerras culturais, vão atrás das pessoas trans, vão atrás das pessoas intersexo,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Defender crianças!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — ... vão atrás dos imigrantes, vão atrás de todas as pessoas mais vulneráveis, roubando o programa eleitoral ali ao Chega, para distrair do facto de não conseguirem cumprir aquilo que prometeram, em matérias económicas, antes de chegarem ao Governo.

Sr. Deputado, arrisco-me a dizer que o seu diagnóstico está totalmente correto, mas tenho uma pergunta muito direta para lhe fazer, enquanto Deputado do Partido Socialista: quando é que o Partido Socialista, o seu partido, vai tirar consequências deste diagnóstico?

Porque, em política, é preciso fazermos diagnósticos, é importante, mas também é preciso apresentarmos soluções e sermos consequentes com os diagnósticos que fazemos.

Se o Partido Socialista identifica este Governo como estando tão mal, se o Partido Socialista também identifica — corretamente — que, como os resultados económicos não são bons, este Governo tem de fomentar as guerras culturais para distrair desses resultados económicos maus, pergunto: porque é que o Partido Socialista viabiliza orçamentos deste Governo? Porque é que o Partido Socialista rejeita propostas boas da oposição, nomeadamente do Livre, fazendo o jogo do Governo? Quando é que o Partido Socialista passa a fazer oposição a um Governo que diagnostica como um Governo mau, diagnóstico esse que nós acompanhamos?

Sr. Deputado, é preciso tirar consequências dos diagnósticos. Quando é que o Partido Socialista vai tirar consequências deste diagnóstico?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Armando Mourisco, ouvi a sua intervenção com muita atenção e fiquei perplexo,...

Protestos de Deputados do PS.

... porque percebi que também o Sr. Deputado Armando Mourisco decidiu juntar-se aos profetas da desgraça do Partido Socialista. E vou dizer-lhe quem são os profetas da desgraça do Partido Socialista:...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É o Mário Centeno!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... o Sr. Deputado António Mendonça Mendes;...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Verdade!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... o Sr. Deputado Fernando Medina, que já foi Deputado; o Sr. Deputado José Luís Carneiro; e o antigo Ministro das Finanças Mário Centeno, que disseram que em 2025 iríamos ter um défice, mas não temos um défice!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Verdade!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Temos um excedente orçamental que superou em muito aquilo que estava previsto,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Com mais carga fiscal e execução do PRR!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... e é lamentável que o Sr. Deputado venha aqui também anunciar a desgraça, mexendo com a vida das pessoas, com a esperança e a expectativa das pessoas, quando sabemos que é precisamente o inverso.

Sr. Deputado, vou dar-lhe alguns dados. Em dois anos de AD, cerca de dois anos, já baixámos os impostos em mais de 3 mil milhões de euros,...

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

... e agora os Srs. Deputados vêm dizer que a carga fiscal subiu! Ó Sr. Deputado, a carga fiscal em impostos não subiu!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O Centeno é que tinha razão!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Não subiu, bem pelo contrário, Sr. Deputado.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O Centeno é que tinha razão!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Aquilo que o Sr. Deputado deveria vir aqui reconhecer é que nós aumentámos os rendimentos reais das famílias e das empresas.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O Centeno é que tinha razão!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Já vi que o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias também está muito nervoso, mas tem de ouvir.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Estás aflito, não é?!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Eu sei que custa, mas tem de ouvir!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É tudo ao contrário!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — O Sr. Deputado Armando Mourisco também deveria reconhecer que,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Em 24 meses! Penoso!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... durante a governação do Partido Socialista, do investimento público ficaram por executar cerca de 9 mil milhões de euros.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Então, e agora?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — E agora vem o Partido Socialista querer dar lições sobre investimento público! O programa Mais Habitação foi um fracasso total,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Estás aflito! Dou-te um exemplo: alojamento local!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... em que nós tivemos de tomar medidas para resolver as políticas de habitação que os senhores não resolveram. E deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que nas políticas de habitação recentes, o Partido Socialista apresentou zero propostas...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — ... para aumentar a oferta de habitação! Zero propostas!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não é verdade!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — É verdade!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Deputado, como é que consegue vir aqui também profetizar a desgraça?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra o Sr. Deputado Armando Mourisco para responder, dispondo de 3 minutos.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Jorge Rodríguez foi preso político, pelos Serviços Secretos. Deviam saber!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Sr. Presidente, começaria pela resposta ao Sr. Deputado Hugo Carneiro,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Mas a primeira pergunta foi daqui!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — ... que mais uma vez vem aqui fazer a política do retrovisor e negar o óbvio.

Foi o resultado de estudos de opinião, ouvidos os portugueses, que ontem o INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica) publicou, que nos trouxe a realidade que vocês querem continuar a negar.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Hugo Carneiro.

Quem governa, Sr. Deputado, não herda desculpas, assume responsabilidade. Este é um disco riscado! Ao fim de quatro anos, a responsabilidade é do vosso Governo...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Dois.

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Ao fim de dois anos, é do vosso Governo a responsabilidade por aquilo que acontece ao País.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD.

Continuem a culpar os oito anos do Governo do PS, se isso vos ajuda a dormir, mas não se esqueçam de olhar para a frente antes que batam em alguma barreira que vos leve a uma desgraça eleitoral, que as últimas sondagens já começam a antecipar.

Aplausos do PS.

Sr. Deputado Tomás Pereira,...

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Às perguntas é que não responde!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — ... as consequências que o PS tira são de que nós estamos sempre na linha da frente na defesa dos interesses maiores do povo português e de que, no contexto atual de grande crise internacional em que vivemos, como somos um país de responsabilidade, ainda vamos dando o benefício da dúvida à direita, que vai governando, apesar destas desmandas que não vão correndo tão bem.

Finalmente, Sr. Deputado João Almeida, fez aqui uma intervenção muito inteligente: fugiu! Fugiu ao debate do País, fugiu à realidade que eu dali da tribuna apresentei.

Aplausos do PS.

Não quis entrar na discussão porque, parece-me, começa a cair na realidade e a perceber que estão no caminho errado.

Mas quanto à ida do Secretário-Geral do Partido Socialista e do líder parlamentar à Venezuela, que fique muito claro aqui, nesta Câmara: o Partido Socialista estará sempre onde estiverem portugueses!

Aplausos do PS.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E sobre a fotografia?!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — A fotografia não é com portugueses!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Na Venezuela, na China ou onde quer que seja! Os portugueses na diáspora têm uma importância enorme para nós.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E sobre a fotografia!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O Paulo Portas sabia!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Ah!...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E a fotografia com o terrorista?

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado, que o senhor precisa, de facto, de reavivar a sua memória. Lembre-se do tempo em que Paulo Portas, do CDS, era Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Mas era ministro!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — E o que é que disse? Disse «somos amigos de Hugo Chávez», inclusive até foi ao funeral dele.

É preciso ter dois pesos e duas medidas? Não! Sejamos realistas, enfrentemos a realidade e vejamos as coisas como elas são.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado João Almeida está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — O Sr. Deputado referiu que o Secretário-Geral do Partido Socialista estava sempre ao lado dos portugueses e eu tinha feito uma pergunta sobre uma fotografia, que venho pedir para distribuir à Câmara,...

Vozes do PS: — Oh!...

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... do Sr. Líder Parlamentar do PS e do Secretário-Geral do PS ao lado do cidadão venezuelano e guerrilheiro Jorge Rodríguez.

O Sr. **Presidente**: — Logo que chegue, será distribuída a fotografia.

O Sr. Deputado Fabian Figueiredo também pediu a palavra. É para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, é para solicitar a distribuição à Câmara da fotografia de Paulo Portas ao lado de Nicolás Maduro, junto ao túmulo do Hugo Chávez.

O orador exibiu a fotografia que mencionou.

Risos e aplausos do PS e do L.

Está aqui para ser distribuída, se faz favor.

O Sr. **Presidente**: — Será distribuída também. Mal chegue à Mesa, será distribuída.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É uma vergonha, é verdade!

O Sr. **Presidente**: — O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias também pediu a palavra. Faça favor.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, para ajudar na condução dos trabalhos, também irei distribuir o *take* da Lusa em que Paulo Portas diz que Hugo Chávez é um amigo de Portugal, que respeitava a comunidade portuguesa, e que em 2013 disse que tem uma relação bastante positiva e amiga com o Governo de Nicolás Maduro.

Aplausos do PS e de Deputados do L.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E o terrorista?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Paulo Portas é de esquerda! Ele apoiou o Seguro!

O Sr. **Presidente**: — Mal cheguem à Mesa, serão distribuídas as ditas fotografias.

Protestos do Deputado do CDS-PP João Pinho de Almeida e contraprotestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. Deputado Rodrigo Saraiva também quer pedir um esclarecimento...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Tenho lá uma lista! Foram os tipos que foram fazer negócios com o Chávez!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Tivesses a mesma frontalidade para desmascarar os teus!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, Sr. Deputado João Almeida, nós vamos ter as fotografias e faremos também o nosso juízo sobre as mesmas.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Deviam era ter vergonha! Na Madeira, qualquer dia não entram!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, tem a palavra para pedir esclarecimentos.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Armando Mourisco, tentando resumir aquilo que foi a sua declaração política, em rápidas citações, fazendo uma análise ou um balanço daquilo que tem sido a governação da AD e de Luís Montenegro, falou de que há uma velocidade de propaganda e uma velocidade da vida real: um caos na saúde, filas de espera que aumentam, médicos de família que não existem. Depois, falou da habitação, que não tem soluções; da economia, que está com estagnação; do aumento da carga fiscal. Depois veio a tempestade e os apoios não chegam, e quem diz tempestade poderia dizer incêndios. Depois, o preço dos combustíveis, e disse: «O Governo enche os cofres com o IVA.»

E eu, de repente, pensei assim: espera aí, estamos em novembro de 2023, e um Deputado do Partido Socialista está a fazer uma análise dos oito anos de governação do Partido Socialista, só pode! É que é *ipsis verbis* aquilo que se poderia concluir da governação do Partido Socialista.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Está boa, a coligação!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Depois, até utilizou ali uma espécie de nome de um filme. Então, se a sua declaração política fosse o nome de um filme, seria o quê? *O Regresso ao Passado? O Sei o que Fizeste no Governo Passado? Ou Aquilo Que Não Fizeram?*

Protestos de Deputados do PS.

Risos de Deputados da IL.

E depois acusa o atual Governo de que está sempre com a herança na boca!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Exatamente!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Armando, é verdade ou mentira?

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Os senhores estiveram oito anos com a troica na boca e foram os senhores que a trouxeram para Portugal!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — A culpa era do Passos! Até ao último dia, a culpa era do Passos!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — E depois, o PSD não está a fazer reformas — de facto, concordamos com isso —, mas tal como o PS não fez.

E se eu já iria fazer esta pergunta, pois com este episódio das fotografias, com Maduro e com Chávez, a pergunta para estes grandes partidos que estão aqui há quase 50 anos é esta: quando é que deixam de apontar o dedo uns aos outros, assumem as vossas responsabilidades,...

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Muito bem!

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — ... os erros que cometeram e começamos a trabalhar para fazer reformas, para pôr o País a crescer economicamente e para que os portugueses possam ter melhor vida?

Aplausos da IL.

Isto é para o PS, é para o PSD, é para o CDS e para todos os outros que estão aqui há 50 anos.

Aplausos da IL.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Estavas noutra partido, mas estavas cá há 50 anos!

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado, queria saudá-lo pelo tema que traz a discussão.

Creio que não há dúvidas nenhuma que, dois anos depois da governação do PSD e do CDS, o povo está pior e o País está pior, isso é uma evidência.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Pior?! Mais rendimentos!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — O PCP não tem noção!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Vemos a degradação das condições de vida, a promoção de baixos salários e de baixas pensões e o aumento do custo de vida, sem respostas por parte do Governo para combater a especulação.

Ainda ontem ouvimos aqui, por parte da Secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, que as medidas seriam tomadas oportunamente, como se não estivessem já em cima da mesa esses preços especulativos, em particular no combustível, como se também nos alimentos o preço não estivesse a subir continuamente, a continuar a aumentar.

Aumenta também o ataque aos direitos dos trabalhadores, com esta intenção por parte do Governo e do patronato de impor um retrocesso em termos de direitos laborais, de atacar os serviços públicos — na saúde, na educação — e de aumentar as dificuldades no acesso à habitação. Aliás, esta semana — e hoje também tivemos oportunidade de referir isso — foi tornado público que as medidas do Governo só contribuíram para aumentar os preços da habitação. Prepararam-se para um assalto à segurança social, para o desinvestimento público e a insistência nas privatizações.

O País foi afetado pelas intempéries e os apoios não chegam ou tardam em chegar. De facto, aquilo que temos visto é sempre um favorecimento dos grupos económicos.

Mas a questão que queria colocar, Sr. Deputado, é a seguinte: desde o início que estava à vista que estas eram as opções políticas deste Governo e que estas iriam ser as consequências. E a questão que eu queria colocar é, sabendo disto, porque é que o Partido Socialista não só viabilizou o Programa do Governo como o Orçamento do Estado deste Governo, cujas consequências estão à vista? É porque são também responsáveis pelo que está a acontecer, ao terem permitido que este programa entrasse em vigor e que o Orçamento do Estado fosse aprovado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pinto, do Chega, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Armando Mourisco, quando o vi subir àquela tribuna, pensei sinceramente que iria fazer uma declaração política sobre o interior do País.

O senhor foi autarca durante vários anos na Câmara Municipal de Cinfães, um distrito esquecido pelos sucessivos Governos de Lisboa, inclusive durante os oito anos que o PS foi Governo.

Vozes do CH: — Ora bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E a pergunta é fácil, Sr. Deputado: onde é que andou o Sr. Deputado Armando Mourisco, onde é que andou o Partido Socialista quando se tratou de defender o interior? Nada, abandonaram por completo o interior do País.

Esta é que é a grande verdade, Sr. Deputado. E vou-lhe dizer, sabe porquê? Porque faltam escolas no interior do País, mas faltavam também durante o Governo do Partido Socialista. Faltam vias de comunicação como deve ser, mas faltavam também com o Governo do Partido Socialista. A grande maioria dos postos de GNR não têm condições e também já não as tinham nos Governos do Partido Socialista.

Vozes do CH: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O interior continua ao abandono por culpa também do Partido Socialista!

Aplausos do CH.

E o Sr. Deputado veio aqui, falou de habitação, falou de saúde.

Saúde? O Partido Socialista está a falar de saúde quando é responsável pelo caos da saúde em Portugal? Quando é responsável por ter fechado centros de saúde, inclusive no interior do País? O Partido Socialista vem agora falar como se fosse o grande arauto da saúde em Portugal? Os senhores deixaram 1 milhão e 700 mil

portugueses sem médico de família. Os números hoje são mais ou menos os mesmos, mas a culpa foi dos senhores também, porque foram os senhores que começaram a criar este caos na saúde.

Esqueceu-se de falar também de uma coisa: dos incêndios. Porque é que os senhores não falaram dos incêndios? Porque deixaram o País arder em 2017 e em 2022.

Os senhores são cúmplices disso tudo e andaram oito anos a governar o País, inclusive com maioria absoluta, e aquilo que fizeram foi nada! Esqueceram, na totalidade, os portugueses. Esse é que é o grande problema do Partido Socialista!

Aplausos do CH.

O Partido Socialista não pode vir agora como grande arauto e defensor.

Ó Sr. Deputado, para terminar, tenho de dizer isto: sei que o Partido Socialista foi à Venezuela — não queria falar sobre isto, mas tenho de falar —, mas não estive ao pé dos portugueses.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Zero!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O que o Partido Socialista tem de fazer é andar a pedir desculpa aos portugueses, que os fez emigrar devido às suas más políticas. Era isso que deveria fazer, pedir desculpa aos nossos emigrantes porque não lhes deram condições no nosso País.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Armando Mourisco. Tem 3 minutos.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vai ver é como é que ele morreu!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Sr. Presidente, à direita, continuamos com o disco riscado, é o fado do coitadinho. Olhamos para trás em vez de olhar para frente e procuramos esquecer-nos das boas práticas da governação socialista.

Protestos do CH.

Já lhe respondo.

O salário médio subiu com o Partido Socialista quando herdou a troica.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O interior do País!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Em oito anos subiu 27,7 %!

Aplausos do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E a inflação?

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — O salário mínimo subiu 62,2 %. As pensões aumentaram 23 % e o abono de família aumento 148 %. De 42 €, em 2015, acabámos, em 2024, com 104 €.

Aplausos do PS.

Repusemos os direitos dos trabalhadores — as férias, os feriados, o descongelamento de carreiras. Não pudemos fazer tudo, porque, como sabem, foi interrompida a nossa legislatura por razões que hoje não são compreendidas e que vocês aproveitaram.

Aplausos do PS.

Vozes do PSD: — Ah!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, olha, foram as notas dentro dos livros!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado Pedro Pinto, que, quando o Partido Socialista foi Governo, havia um programa de valorização do interior. Estão aqui outros autarcas que, como eu, partilharam a liderança em câmaras do interior e que sabem. Tivemos um programa de valorização do interior que tinha uma dotação financeira de 6,6 mil milhões de euros. Perguntem agora a quem está a governar qual é o plano que têm para o interior, como é que querem valorizar aquela terra e aquelas gentes!

Aplausos do PS.

Quanto ao caos na saúde, Sr. Deputado, a promessa era médicos de família para todos em 2025.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isso foi o Costa!

O Sr. **Armando Mourisco** (PS): — Há um recorde histórico de 1,6 milhões de pessoas no País sem médico de família, um aumento de 2,7 %. Se calhar, não é alheio àquilo que o Sr. Deputado Hugo Carneiro há bocado referido, quando dizia que o Partido Socialista não tinha feito investimentos. Recordem-se daquilo que está a acontecer agora com o Governo da AD.

Ainda hoje, o *Jornal de Notícias* diz, «escolas vão ter de devolver 480 milhões de euros porque não estão a executar o centro tecnológico». Quem é que está no Governo? É a AD!

Aplausos do PS.

Ainda há pouco tempo, uma notícia referia 100 milhões de euros do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) que o Hospital de Todos-os-Santos tem de devolver. Porquê? Porque o investimento não está a ser feito.

Aplausos do PS.

Foram 18 centros de saúde que ficaram por executar, mais de 3000 camas de cuidados continuados. Se alguém pode ser acusado de não fazer investimentos é quem agora nos governa, e não olhem para o passado porque deixámos uma sementeira que nos orgulha e nos honra a todos, socialistas, deste País.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Pedro Pinto, quer fazer uma interpelação à Mesa para fazer a junção de um documento que...?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente, Sr. Presidente, é apenas de uma notícia, para recordar os mais esquecidos de António Costa, que diz: «António Costa promete médicos de família para todos os portugueses.» Esta notícia foi em 2016 e prometia médicos de família até ao final de 2017. Foi António Costa quem prometeu isso.

Aplausos do CH.

Protestos de Deputados do PS.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Estavas a fazer oposição ao PS!

O Sr. **Presidente**: — Será distribuída.

Vou passar à próxima intervenção, que cabe à Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Não deixa de ser curioso ouvirmos, tão frequentemente neste Plenário, rábulas fazendo paródia com os animais. No entanto, nem sempre os animais têm a mesma atenção que merecem, do ponto de vista legislativo.

Sabemos como é certo que o País enfrenta vários desafios. Ainda hoje falaram aqui num dos impasses que impactam diretamente na vida das pessoas, como as nomeações do Tribunal Constitucional ou o impacto da guerra.

No que diz respeito a esta questão, relembramos que este não é um tema menor, tampouco para o tema que hoje trazemos a debate, não fora precisamente o Tribunal Constitucional e as suas decisões, que em tempos puseram em causa a constitucionalidade da tutela penal dos animais de companhia.

Mas, não fora o bom senso do plenário e dos juízes que compunham o Tribunal Constitucional e a forte pressão social, teríamos tido aqui um recuo histórico que a sociedade civil não iria tolerar.

E, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nas últimas semanas temos ouvido e assistido a uma sessão de denúncias às quais não podemos ficar indiferentes: imagens e peças jornalísticas que, de forma constante, nos mostram animais que são reiteradamente maltratados. Aqui, falamos não apenas de cavalos, mas também de outros animais detidos em explorações pecuárias, tantas vezes silenciado por interesses socioeconómicos.

Mas estes são casos que não podemos continuar a banalizar ou a tomar como apenas a exceção. A forma como são reiteradas as imagens chocantes e o facto de a impunidade continuar a grassar tem de levar a um impulso legislativo. E se sabemos que tem sido difícil aplicar a legislação no que diz respeito aos animais de companhia, os maus-tratos para com outras espécies expõem um País sem rei nem roque.

Aqui, importa recordar que este Governo fez uma opção política, em nosso entender errada, de tirar a tutela do bem-estar animal do ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) e a devolver à DGAV (Direção-Geral da Alimentação e Veterinária).

Volvidos dois anos, seria de ver aquelas que seriam as supostas melhorias desta opção política. No entanto, não só estas melhorias não aconteceram como temos assistido a recuos. Ainda ontem tivemos oportunidade de ouvir, em comissão parlamentar, as queixas das associações, que sentem no terreno a falta de fiscalização e a falta de intervenção de quem deveria intervir.

Agora, o exercício que vos pedia é muito simples, Sr.^{as} e Srs. Deputados: imaginem um animal social, com um sistema nervoso central desenvolvido, capaz de sentir dor, *stress*, medo, de criar vínculos, de reconhecer quem cuida e também quem o maltrata. Um animal que sofre quando é privado de alimento, de água, de cuidados básicos, que perde peso quando passa fome, que entra em sofrimento físico e também psicológico.

Poderia estar a falar-vos de um animal de companhia, um qualquer que qualquer um de nós partilha com os outros nas redes sociais, ou até mesmo aqueles que acolhemos nesta Casa, no Parlamento, os chamados «gatos parlamentares»; mas estou, na verdade, a descrever-vos um outro animal, o cavalo. É que maltratar um cão ou um gato é crime, mas maltratar um cavalo não é, e biologicamente são semelhantes naquilo que importa — a capacidade de sentir —, mas a lei decide tratá-los de forma completamente diferente.

Esta não é uma distinção baseada na ciência. A própria Declaração de Cambridge sobre a Senciência Animal, proclamada por renomados neurocientistas, reconhece que os animais possuem substratos neurológicos capazes de gerar consciência.

Tampouco é baseada na capacidade de sofrimento. Não é baseado em qualquer critério racional, é uma distinção baseada apenas na forma como escolhemos olhar para uns animais e ignorar os outros.

Os números demonstram que isto não é um problema pontual: segundo o RASI (Relatório Anual de Segurança Interna) de 2024, a Linha de Defesa Animal registou mais de 3000 denúncias, uma média de cerca

de 8 crimes por dia, foram contabilizados mais de 1000 crimes de maus-tratos e de morte de animais de companhia e centenas de casos de abandono.

Mas estes dados são apenas a ponta do icebergue, porque a realidade, no dia a dia, diz respeito a muitos mais animais e tem contornos muito mais cruéis. Ficam de fora outros, não porque não sofram, mas porque a lei penal escolhe não os ver, porque o legislador teima em não dar este salto evolutivo; são animais que sentem exatamente da mesma forma, mas que continuam de fora do nosso Código Penal.

Na prática, os maus-tratos a estes animais são remetidos para a Lei de Proteção aos Animais ou para regimes contraordenacionais específicos, que a DGAV teima em não tramitar. Aliás, teima em deixar prescrever.

É por isso mesmo que o PAN defende que é urgente alargarmos a tutela penal e retirarmos este manto de invisibilidade e indiferença que compactua com o sofrimento destes animais. E não estamos a inventar nada: a vizinha Espanha já deu este passo, a Alemanha também, e não há justificação válida para continuarmos neste atraso ético.

Por isso, Sr.^{as} e Srs. Deputados, pergunto se conseguem explicar às portuguesas e aos portugueses — sem preconceito ideológico e sem ter presentes tantos dos lóbis económicos, que também são um entrave a estes avanços — porque é que espancar um cão é crime e espancar um cavalo não é. Será que a função do animal determina o valor do seu sofrimento? Será que a utilidade que tem para o ser humano é que define os limites da violência que pode sofrer? Não é fácil explicar, porque, na verdade, não tem explicação. Tal como não é fácil explicar porque é que em Portugal a zoofilia continua a não estar claramente tipificada como crime — ainda para mais é sujeita à prova de dano ou à ausência de lesões visíveis.

Para além desta perspetiva, também não podemos compreender porque é que continuam a não entravar outras atividades, como as touradas, ou porque é que batem no peito quando os maus-tratos são praticados por determinadas minorias — tal como vimos tantas vezes a bancada da extrema-direita fazer aqui —, mas, quando falamos de crimes cometidos por outras pessoas ou atividades económicas, insistem em fechar os olhos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, em tempos de campanha eleitoral não podemos bater no peito, agitar as bandeiras, dizer que somos todos muito amigos dos animais, mas no dia a dia, no quotidiano, quando aqui tentamos fazer avanços, travar e boicotar estes avanços éticos e civilizacionais com o voto contra.

É por isso que hoje apelo a que daqui em diante passemos a pôr em causa a impunidade que reina no nosso País e que se dê o passo legislativo de alargar o Código Penal a todos os animais, sem exceção.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E os cavalos dos ciganos?!

O Sr. **Presidente**: — A Sr.^a Deputada tem dois pedidos de esclarecimento, até ao momento.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Júlia Rodrigues, do Partido Socialista.

A Sr.^a **Júlia Rodrigues** (PS): — Sr. Presidente, Caras e Caros Deputados, queria agradecer, naturalmente, à Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real por abordar este tema, que tem tido, efetivamente, uma degradação na resposta deste Governo, concretamente do Ministério da Agricultura, em todo o País.

Queria também dizer-lhe que não vale a pena este Governo vir acusar municípios, juntas de freguesia, de que não estão a fazer tudo em prol do bem-estar animal, de que não estão a fazer tudo no financiamento dos CRO (centros de recolha oficial), dos canis municipais, para que este investimento seja uma realidade. Esta tutela é agora da Direção-Geral de Alimentação e Veterinária — é, de facto, uma realidade —, com as dificuldades inerentes à falta de recursos humanos, à falta de médicos veterinários responsáveis, à falta de médicos veterinários municipais, e tudo isto é a ponta do *iceberg*. Em todo o País, temos animais abandonados transformados em matilhas que atacam as pessoas, e o que está em causa é a saúde pública.

Portanto, Sr.^a Deputada, nós acompanhamos este tema, o Governo do Partido Socialista deu passos muito, muito importantes em termos de bem-estar animal e, de facto, orgulhamo-nos de que tenha sido neste Governo do Partido Socialista que tivemos uma aproximação àquilo que é o mundo civilizado, pelo tratamento que faz aos animais de companhia e também às explorações pecuárias.

Queria deixar só uma pergunta: que soluções considera o PAN para a sobrelotação de todos os nossos CRO, para os nossos canis e para a proteção de todos os presidentes de câmaras municipais e juntas de freguesia,

que todos os dias têm de resolver um problema que atinge as populações, que é a sobrelotação e o abandono animal?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Entretanto, tinha chegado à Mesa mais um pedido de esclarecimento, da Sr.^a Deputada Cristina Rodrigues, que não tinha sido registado. Assim sendo, a Sr.^a Deputada fará a sua intervenção logo após o pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Pinto (L)**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, eu dizia, logo na primeira declaração política do dia, que estas declarações são importantes, porque permitem identificar um problema e propor soluções.

Agradeço o problema que aqui traz, porque, efetivamente, o modo como nós tratamos os animais no nosso País — os de companhia e todos os outros — é também um sinal que damos a toda a sociedade em relação à nossa evolução enquanto espécie humana.

O Livre não é, como é sabido, um partido animalista, é um partido ecologista, mas, enquanto partido ecologista, sabemos bem o papel e a importância da defesa dos nossos animais.

Tal como a Sr.^a Deputada teve a oportunidade de dizer, também nós criticamos a decisão deste Governo de passar as competências relativas ao bem-estar animal para a DGAV. E também nós temos identificado situações que são preocupantes no que diz respeito ao bem-estar animal, às vezes perpetradas até por Deputados desta mesma Câmara, como quando um Deputado do Chega fez um procedimento cirúrgico a um animal, não tendo qualquer condição de segurança para esse mesmo animal.

Aplausos do L.

É importante que, quando falamos do bem-estar animal, sejamos então coerentes com a nossa posição e com aquilo que fazemos.

O assunto é realmente sério, porque aquilo que aqui dizemos, mas sobretudo aquilo que aqui votamos e fazemos para defender os animais, é aquilo que deixaremos enquanto legado e enquanto Deputados.

A minha pergunta é muito simples, Sr.^a Deputada: passados dois anos de Governo da AD e de uma grande maioria da direita — que já aqui foram discutidos, sobretudo na perspetiva económica —, acha que os direitos dos animais estão mais protegidos, estão mais reforçados, ou, pelo contrário, como nós achamos, estão enfraquecidos e estão desvalorizados, contrariamente àquilo que nós conseguimos? Isto porque houve grandes avanços nos últimos anos, não só por parte de Deputados e de partidos nesta Câmara, mas sobretudo por parte de uma cidadania e de uma sociedade mobilizada.

Portanto, a minha pergunta é a de saber se acha que estes avanços estão em risco e o que acha, então, que podemos fazer para lhes fazer frente.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente**: — Afinal, o pedido de esclarecimento do Chega será formulado pelo Sr. Deputado André Ventura, que tem agora a palavra.

O Sr. **André Ventura (CH)**: — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, penso que partilhamos o mesmo amor pelos animais e pela causa animal, que penso que é uma causa importantíssima no mundo em que vivemos hoje.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira (IL)**: — A sério?!

O Sr. **André Ventura (CH)**: — Sim, a sério, partilhamos mesmo. E acho que não é problema nenhum dizer que os animais devem ter, no nosso ordenamento jurídico, a proteção jurídica que devem ter.

Mas, Sr.^a Deputada, o PAN não é o partido da defesa dos animais que devia ser, porque, quando precisámos que defendessem cavalos — como a Sr.^a Deputada hoje referiu, ali, da tribuna — que estavam a ser torturados, que estavam a ser mortos pela etnia cigana, a Sr.^a Deputada ficou em silêncio.

Aplausos do CH.

E mais! Mesmo quando alguns membros do seu partido vieram falar e dizer aquilo que estava a acontecer — que os ciganos maltratam vergonhosamente animais domésticos, não domésticos, todo o tipo de animais! —, vocês expulsaram esses membros do partido em vez de lhes darem razão!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade! Bem lembrado!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Os senhores não querem defender os animais, os senhores querem é defender o politicamente correto, e se puderem defender os animais com o politicamente correto, fazem-no, mas, se não puderem, deixam para os outros.

Aplausos do CH.

Não podemos dizer que queremos defender os animais, mas, quando há certas etnias que os maltratam, olhar para o lado. Se começamos a ter uma imigração que vem e que não permite cães, não permite gatos, gosta de comer cães, gosta de comer gatos, gosta de fazer o que tiver de fazer,...

Protestos do L e do BE.

... o PAN fica em silêncio. É por isso que o PAN está só com um Deputado, Sr.^a Deputada!

Sabe uma coisa? Hoje, aqueles que defendem os animais não estão aí sentados, estão aqui sentados nesta bancada. É por isso que somos 60.

Aplausos do CH.

Protestos do L.

Digam o que quiserem, mas é verdade!

Deixem-me só dizer isto, Srs. Deputados: nós temos efetivamente dois gatos na nossa sede, mas o Livre e o PAN não têm nenhum. É um bom sinal do partido que defende os animais! Temos dois gatos e temos muito orgulho neles!

Aplausos do CH.

Protestos do PS e do L e contraprotestos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, que dispõe de 3 minutos.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, começo por agradecer todas as questões que foram colocadas.

Gostaria de responder em dois conjuntos diferentes, porque a Sr.^a Deputada Júlia Rodrigues, do PS, e também o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, colocaram aqui a questão destes dois últimos anos de governação que, efetivamente, têm sido marcados por um recuo absolutamente lamentável nas políticas de bem-estar animal.

Naquilo que diz respeito ao abandono e à sobrepopulação, há claramente um problema que está identificado e que pode ser facilmente resolvido, não só no terreno, tendo políticas de esterilização de cães, mas também

neste Parlamento, através das campanhas CED (captura, esterilização e devolução) também para os cães e não apenas para os gatos. Tem havido aqui um preconceito em relação a este tipo de políticas, que não só tem levado a que o problema continue a existir de forma descontrolada nos municípios, mas, acima de tudo, tem vindo de alguma forma a justificar que alguns municípios queiram retroceder na lei de não abate, o que em nosso entender é inaceitável, e mais inaceitável ainda é que o Governo o procure fazer.

Por outro lado — porque não podemos de forma nenhuma ignorar as competências que também foram aprovadas —, temos neste momento pessoas à frente desta tutela, não só na secretaria de Estado como no ministério, que defendem o lóbi da caça, o lóbi das touradas, e que têm feito tudo menos promover o bem-estar animal. Nesse sentido, é com muita preocupação que o PAN vê a inércia deste Governo, mas também de todas as bancadas que em tempos já defenderam os animais, ao não nos acompanharem noutras propostas.

Sr. Deputado André Ventura, em relação à sua intervenção, eu acredito que o Sr. Deputado, pessoalmente, até possa gostar de animais. O que acho é que é uma grande incoerência política estar num partido que defende as touradas e a caça, porque, com consciência pessoal, teria, então, a obrigação de não estar nessa bancada e sentar-se em algum outro lugar deste Hemiciclo. Mas isso fica com a sua consciência, não com a minha.

Depois, em relação às questões que colocou, eu conto então com o Chega para votar a favor da proposta do PAN do alargamento da tutela penal a todos os animais, e não com a sua rejeição, porque o PAN, efetivamente, vai trazer aqui esta matéria. Contamos, então, com o Chega, com o PS e esperamos que também com o PSD para aprovar esta alteração.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E os cavalos dos ciganos?!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Quanto àquilo que o Sr. Deputado veio dizer, nomeadamente dos cavalos, o PAN denuncia todos os anos, quer na Assembleia da República, quer através da sua ação jurídica, casos de maus-tratos cometidos por pessoas ciganas, da mesma forma que denuncia as touradas quando são feitas de forma ilegal, cometidas por homem branco; da mesma forma que denuncia todos os maus-tratos, porque os maus-tratos não têm etnia — têm, isso sim, responsáveis e agressores que têm de ser identificados.

Quanto ao caso em concreto que o Sr. Deputado identificou, eu deixo-lhe uma sugestão: na altura, eu não fazia parte da direção, Sr. Deputado, mas a sua colega de bancada fazia, e talvez ela possa explicar o que é que levou a essa conduta por parte do meu partido.

Aplausos do PS, do L e do BE.

Risos do Deputado do CH André Ventura.

Mas uma coisa é certa, e que fique bem claro: eu compreendo a indignação das pessoas, inclusive sobre o caso concreto de que falou, perante estes maus-tratos.

Protestos do CH.

O que não compreendo é o silêncio de quem se senta numa bancada que defende a tortura de animais numa arena.

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Estás cheia de dor de cotovelo!

O Sr. **Presidente**: — Assim termina este ponto da nossa ordem de trabalhos.

Vamos passar para o período das votações. Pedia aos serviços o favor de abrirem o sistema de verificação do quórum, para todos os Srs. Deputados poderem fazer o respetivo registo.

Pausa.

Se algum dos Srs. Deputados não conseguir fazer o registo, peço para indicar isso à Mesa.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Jorge Pinto, do Grupo Parlamentar do Livre.

O Sr. **Presidente**: — Obrigado, fica registado.

Peço também aos serviços para me registarem para efeitos de quórum.

Mais alguma Sr.^a Deputada ou Sr. Deputado teve problemas com o registo?

A Sr.^a **Vanessa Barata** (CH): — Sr. Presidente, Vanessa Barata, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Presidente**: — Fica também registado.

Está tudo?

Pausa.

Então, pode-se encerrar a verificação do quórum. Temos condições para proceder às nossas votações.

Começamos pelo Projeto de Voto n.º 453/XVII/1.^a (apresentado pela CCCJD) — De pesar pelo falecimento do jornalista e escritor Mário Zambujal. Peço ao Sr. Secretário da Mesa Francisco Figueira o favor de o ler.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu, aos 90 anos, o escritor e jornalista Mário Zambujal, figura marcante da literatura e da comunicação social em Portugal, que se afirmou, ao longo de mais de cinco décadas, como uma das personalidades mais singulares e versáteis da cultura portuguesa contemporânea.

Nascido em Moura, em 1936, manteve uma ligação forte às suas origens alentejanas, onde se iniciou no jornalismo, tendo posteriormente passado por várias redações e colaborado em títulos como *A Bola*, *Diário de Lisboa*, *Record*, *O Século* e *Diário de Notícias*, exercendo ainda funções de chefia e direção em diferentes órgãos de comunicação social e tendo trabalhado como colunista, numa carreira marcada pelo rigor, pela exigência e por uma relação próxima com os seus leitores.

Na rádio e na televisão, tornou-se uma presença popular e querida do grande público, participando em programas marcantes como *Domingo Desportivo* e no inovador programa radiofónico *Pão com Manteiga*, onde o seu estilo, feito de humor, empatia e capacidade de contar histórias, contribuiu para aproximar o jornalismo das pessoas e para tornar a comunicação social mais acessível e plural.

Como escritor, afirmou-se, a partir de 1980, com *Crónica dos Bons Malandros*, obra de enorme sucesso adaptada ao cinema, a que se seguiu uma vasta produção literária, onde o humor, a ternura e a observação social se cruzam de forma singular, consolidando um estilo inconfundível em que a leveza convive com um olhar atento sobre o País e as suas pessoas.

Distinguido pelos seus pares, foi Presidente do Clube de Jornalistas, recebeu o Prémio Gazeta de Mérito, em 2025, tendo sido agraciado com a Ordem do Infante D. Henrique, em 1984.

Neste contexto, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de Mário Zambujal e endereça à família, amigos, colegas e leitores as mais sentidas condolências, sublinhando a marca profunda e duradoura que a sua vida e obra deixam na cultura portuguesa, em particular no jornalismo e, sobretudo, na literatura.»

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Vamos guardar 1 minuto de silêncio.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Segue-se o Projeto de Voto n.º 456/VII/1.ª (apresentado pelo PAR) — De congratulação a Agate de Sousa, Gerson Baldé e Isaac Nader, pelos resultados obtidos no Campeonato do Mundo de Atletismo de Toruñ. Vamos votar a respetiva parte deliberativa.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Votamos agora, na generalidade, na especialidade (votação da assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade, em sede de comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão da Reforma do Estado e Poder Local, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 240/XVII/1.ª (PS) e 279/XVII/1.ª (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Vila Cova de Alva à categoria de vila histórica.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos votar, na generalidade, na especialidade (votação da assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade, em sede de comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão da Reforma do Estado e Poder Local, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 245/XVII/1.ª (PS) e 278/XVII/1.ª (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Côja à categoria de vila histórica.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Votamos, na generalidade, na especialidade (votação da assunção pelo Plenário das votações indiciárias realizadas na especialidade, em sede de comissão) e em votação final global, o texto de substituição, apresentado pela Comissão da Reforma do Estado e Poder Local, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 242/XVII/1.ª (PS) e 280/XVII/1.ª (PSD e CDS-PP) — Elevação da povoação de Semide à categoria de vila histórica.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos proceder à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, relativo ao Projeto de Resolução n.º 613/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo um conjunto de medidas destinadas à mitigação de perdas em diversas atividades económicas e à recuperação das respetivas capacidades, bem como à recuperação de habitações.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

Segue-se a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Infraestruturas, Mobilidade e Habitação, relativo aos Projetos de Lei n.ºs 81/XVII/1.ª (PSD) — Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/2009, de 2 de março, que define as regras aplicáveis aos serviços de radiocomunicações de amador e de amador por satélite, bem como o regime de atribuição de certificados e autorizações especiais aos amadores e de licenciamento das estações de uso comum, 215/XVII/1.ª (CH) — Estabelece medidas de incentivo ao radioamadorismo em Portugal, alterando o Decreto-Lei n.º 53/2009, de 2 de março, e 426/XVII/1.ª (PAN) — Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 53/2009, de 2 de março, eliminando o limite mínimo de idade para obtenção do Certificado de Amador Nacional e assegurando a descentralização dos locais de realização do exame de aptidão de amador.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do PSD, do CH, do PS, da IL, do PCP, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do L.

Votamos agora, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Saúde, relativo ao Projeto de Lei n.º 428/XVII/1.ª (PAN) — Reforça os direitos dos jovens na transição dos serviços pediátricos para os serviços para adultos quando perfazem dezoito anos de idade, alterando a Lei de Bases dos Cuidados Paliativos e a Lei n.º 15/2014, de 21 de março.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e as abstenções do PSD e do CDS-PP.

Proseguimos para a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Resolução n.º 525/XVII/1.^a (JPP) — Recomenda ao Governo da República a adoção de medidas urgentes de reposição das capacidades produtivas agrícolas e de apoio excecional aos agricultores afetados pelas tempestades ocorridas no final de janeiro de 2026.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

Vamos votar, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, relativo ao Projeto de Resolução n.º 147/XVII/1.^a (PAN) — Pela inclusão das despesas com o realojamento emergencial das vítimas de violência doméstica e dos seus filhos no âmbito da cobertura prevista nas apólices de seguros multirriscos habitação em Portugal.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e as abstenções da IL e do PCP.

Votamos agora, em votação final global, o texto final, apresentado pela Comissão de Agricultura e Pescas, relativo ao Projeto de Lei n.º 454/XVII/1.^a (PAN) — Cria um regime excecional de apoio financeiro às entidades de proteção animal afetadas pela tempestade *Kristin* e por outros eventos climáticos extremos.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

Coloco agora à votação um requerimento, apresentado pelo PS, de avocação pelo Plenário da votação na especialidade do artigo 29.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, constante do texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo à Apreciação Parlamentar n.º 5/XVII/1.^a (PS) — Decreto-Lei n.º 127/2025, de 9 de dezembro, que altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, agora vou dar 2 minutos aos grupos parlamentares que se desejem pronunciar sobre o tema e 1 minuto aos DURP (Deputados únicos representantes de partido).

Dou primeiro a palavra ao Partido Socialista, ao Sr. Deputado Miguel Cabrita, para intervir.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O PS pediu a apreciação parlamentar das alterações do Governo ao código contributivo, alterações que foram feitas sem consultar os parceiros sociais e que, em vários casos, reabrem a porta ao trabalho não declarado, um flagelo que ultrapassámos nas últimas décadas e que não queremos que volte atrás.

Esta apreciação já permitiu ultrapassar várias preocupações relevantes, com ampla convergência à esquerda e à direita. Ficou claro que qualquer contrato de trabalho tem de ser declarado antes do início da atividade, ao contrário do que queria o Governo. Ficou claro que o empregador é obrigado a pedir ao trabalhador elementos para fazer a declaração de contrato, em vez de desresponsabilizar totalmente o empregador, como queria o Governo.

Mas há uma questão fundamental que, apesar de preocupações convergentes, não foi possível resolver, por isso, trazemos esta matéria a Plenário. Falo no recuo nas sanções para as empresas não cumpridoras, de 12 para apenas 3 meses de contribuições retroativas — a pequena minoria das empresas que não cumprem e que

o Governo quer aliviar; empresas que prejudicam todos os trabalhadores mais vulneráveis; mas, sobretudo, as empresas e os empresários que cumprem, ao distorcer a concorrência.

Entendemos que é matéria demasiado importante para não fazermos todos os esforços e, por isso, trazemos a Plenário uma nova redação. Queremos que fique claro que não há nenhum recuo, nenhum sinal, nenhuma hesitação, nenhum enfraquecimento na penalização do trabalho não declarado. Queremos que fique claro que são mesmo 12 meses de penalização para as empresas incumpridoras que são apanhadas pela inspeção e queremos que, mesmo nos casos em que é corrigido voluntariamente, haja menor possibilidade de fraude e haja comunicação obrigatória às entidades inspetivas.

O combate ao trabalho não declarado é uma prioridade do PS, mas deve ser de todo o País. O PSD, nesta apreciação parlamentar, não votou a favor de uma única proposta, nem do PS nem de outros partidos, mas está a tempo de, pelo menos nesta matéria, revelar alguma capacidade de diálogo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Carla Barros, que dispõe de 2 minutos para intervir.

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este debate ficou resolvido na especialidade,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Claro! É verdade!

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — ... ao contrário daquilo que o Sr. Deputado do Partido Socialista referiu. Ficou resolvido na especialidade, mas a esquerda está zangada. A esquerda está zangada, porque este Governo resolveu melhorar o código contributivo para a segurança social, e fê-lo precisamente por três motivos: primeiro, para proteger mais e melhor os direitos e garantias dos trabalhadores que todos os meses descontam para a segurança social; segundo, para melhorar, agilizar, modernizar a relação dos serviços da segurança social com as empresas que correspondem todos os meses entre si; terceiro, para combater a fraude contributiva que existe neste País, em termos de segurança social.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Nos registos da segurança social, existe trabalho declarado que, efetivamente, não existia, que permitia carreiras contributivas irrealistas e fictícias, o que depois, Sr.^{as} e Srs. Deputados, fazia com que as pessoas, esses falsos trabalhadores, tivessem direito a subsídios, a prestações sociais indevidas. E isto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Partido Socialista dizia ontem que não é nada.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — É 0,0000...!

A Sr.^a **Carla Barros** (PSD): — Não é nada, mas, em três anos, foram descobertos 11 milhões de contribuições para a segurança social indevidas, falsas, Srs. Deputados. Além disso, concluiu-se, nesses processos levantados, que 4,3 milhões de prestações sociais, de subsídios, foram pagos indevidamente.

Por isso, Sr. Deputado, essa conversa de que este Governo vai promover o trabalho clandestino, vai promover o trabalho não declarado, esqueça lá isso, Sr. Deputado!

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. Deputado sabe que quando o empresário é, no fundo, descoberto a não fazer contribuições para a segurança social, presume-se e atribui-se automaticamente três meses. Todos os outros meses, o trabalhador prova e comprova, sejam 6, 9, 12, e tem direito a esses meses, Sr. Deputado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, que tem 2 minutos para intervir.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Com razão, o PCP apresentou um projeto, aliás chumbado, para a cessação imediata da vigência do decreto-lei que serve para reduzir direitos e garantias aos trabalhadores e dar ainda mais instrumentos ao patronato para explorar quem trabalha.

Ao longo da discussão da apreciação parlamentar das alterações ao Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, quer em Plenário, quer em comissão, ficou muito claro que o PSD e o Governo não pretendem, de facto, tornar o sistema mais justo e diminuir os riscos de fraude, como apregoam. O que querem mesmo é dar ainda mais condições ao patronato para que continue a apropriar-se, ainda mais e por mais tempo, de trabalho ilegal, não declarado e clandestino, explorando os mais frágeis.

É absolutamente inaceitável a forma como o Governo e o PSD desculpabilizam as empresas e lançam sobre os trabalhadores a suspeita de fraude — ofensiva, quase infamante —, segundo a qual o que pretendem é construir artificialmente carreiras contributivas.

O PSD veio alegar que a presunção da antiguidade da relação de trabalho é sempre ilidível. Era o que faltava que não fosse! Mas, como acabámos de ouvir, insiste nos ataques aos trabalhadores com base numa presunção de culpa que não podemos tolerar.

Confirma-se, Srs. Deputados, Governo, PSD e CDS tratam com delicadeza reverencial os mais fortes, mas porfiam na rudeza dos maus modos, justificada pela perfídia da suspeição de classe sobre os mais fracos.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Meu Deus!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Felicidade Vital, do Chega.
Faça favor.

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, aquilo que hoje aqui temos não é apenas uma divergência técnica. É um retrato claro da teimosia do Partido Socialista e da proteção do Governo a quem não cumpre.

Vamos aos factos. Hoje, a lei diz 12 meses. Foi o Partido Socialista que a fez. Agora, o Governo vem propor baixar esse prazo para três meses. Três meses, Sr. Deputado! Isto significa, na prática, despenalizar quem anda a explorar trabalhadores à margem da segurança social. É um convite ao incumprimento. É premiar quem foge às suas obrigações.

É aqui que entra a proposta do Chega, clara, equilibrada e, acima de tudo, justa. Dizemos com frontalidade: quem regulariza voluntariamente deve ter um enquadramento de seis meses,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É a nossa proposta!...

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — ... porque reconhecemos a diferença entre quem erra e corrige e quem prevarica deliberadamente, sendo firmes quando o empregador é apanhado numa ação inspetiva. Então, não há complacência: são 12 meses.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!...

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Porque, aí, já não há boa-fé, Srs. Deputados. Há fraude, há exploração. O que faz o Partido Socialista? Insiste nos 12 meses, porque precisa de salvar a face, porque foi essa a lei que criou. Com um número de dança legislativa, faz exatamente aquilo que o Chega propõe, baixa para 6 meses quando há regulação voluntária.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É a nossa proposta!...

A Sr.^a **Felicidade Vital** (CH): — Ou seja, na prática, o PS propõe o mesmo que o Chega, mas não tem coragem política para o assumir.

Aplausos do CH.

Num país onde há milhares de trabalhadores sem descontos, sem proteção, sem direitos, o que se exige é clareza, firmeza e coragem política. Não é baixar o prazo para três meses, não é maquilhar propostas para salvar o orgulho partidário. É fazer aquilo que está certo. Hoje, mais uma vez, quem está do lado certo é o Chega.

Aplausos do CH.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Grande volta que dão!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Estamos à espera!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Paulo Núncio, dispõe de 2 minutos. Faça favor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Outra vez? São quase 7 horas!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, no seguimento da audição da Sr.^a Secretária de Estado da Segurança Social, no âmbito das alterações ao regime do Código Contributivo, o PS pediu ao Governo que disponibilizasse dados que demonstrassem o nível de fraude contributiva que existe atualmente...

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — São 0,000...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... e que serve para montar e criar carreiras contributivas fictícias.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — São 0,000...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Penso que nenhum grupo parlamentar quer promover carreiras contributivas fictícias.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O CDS quer embaratecer a fraude!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Bom, o PS tinha dúvidas, o PS não acreditava no nível de fraude contributiva que o Governo afirmava que existia e que tinha de ser combatido.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — São 0,000...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Pois bem, como acontece sempre que um grupo parlamentar da oposição pede informação ao Governo, o Governo disponibilizou-se de imediato para fornecer essa informação. E que informação foi essa?

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Ora diga!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — O Governo disponibilizou os dados: 25 mil processos registados sobre trabalho não declarado.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Ou seja, 0,000...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — 11 milhões de euros de contribuições falsas e 4300 milhões de euros em prestações que deixaram de ser pagas.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — São 0,000!...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Se para o Sr. Deputado isso não interessa, para nós interessa! Verdadeiramente, o que estranhámos é esta insistência do Partido Socialista, que parece não reconhecer, ou se calhar não saber, o nível de fraude contributiva que existe no sistema e que tem de ser corrigido.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — São 0,000!...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ó Sr. Deputado, estranhámos porque o Partido Socialista não conhece, ou não quer conhecer, por incompetência ou por ignorância, mas esteve lá oito anos e tinha a obrigação de saber o nível que existe de fraude contributiva.

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — São 0,000!...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Por isso, o PS prefere manter um sistema pesado e permissivo à fraude contributiva. O Governo prefere digitalizar, simplificar e proteger o sistema, precisamente para aqueles que precisam de receber as prestações.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ó homem!...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Como tal, como é evidente, e o Sr. Deputado já deveria perceber isso, nós votaremos contra as propostas do Partido Socialista.

Aplausos de Deputados do CH.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Ah!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Já se sabia disso!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal. Faça favor.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, tendo a concordar; já tivemos esta discussão em comissão, mas tenho todo o gosto de voltar a tê-la aqui. Há uma coisa que é certa, as alterações que estão em cima da mesa, sobre o decreto-lei que, entretanto, está em vigor, pretendem ir no sentido de desburocratizar, flexibilizar, agilizar, simplificar. Tudo palavras a que o Livre, pelos vistos, é alérgico e que o resto da esquerda normalmente também odeia.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O Simplex é da IL!...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Mas a verdade é que é preciso fazermos esse caminho.

Mas mesmo assim, o que é que nós percebemos? É que no meio disso tudo, para o Partido Socialista, que foi quem trouxe esta avocação — portanto vou-me dirigir a vós —, há uma coisa que é certa: as empresas são um bicho-papão, temos de desconfiar sempre delas e partir do princípio de que elas estão aqui para tramar os trabalhadores.

O Sr. **Pedro Delgado Alves** (PS): — Não, não! Só quando está provada a fraude!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Não, é isso que os senhores pensam. Portanto, a única coisa que os senhores conseguiram fazer com estas propostas, que na grande maioria foram rejeitadas, mas mesmo assim houve umas quantas que passaram,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Vá lá!...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... é garantir que o sistema fica ainda mais complicado,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — E permissivo!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... com mais entrega de comprovativos, duplicação de comprovativos, mais prazos administrativos,...

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — O ideal era não haver nada!...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... tudo, tudo fórmulas ideais para complicar cada vez mais, em vez de caminharmos no sentido de uma maior desburocratização e maior flexibilização, que é o caminho que deveríamos obviamente, estar a seguir.

Mas não posso deixar de fazer aqui uma nota relativamente ao Partido Social Democrata, porque, durante a especialidade, mesmo sendo aprovadas propostas do Partido Socialista, a seguir eram votadas as da IL e as do PSD, e, mesmo assim, este conseguiu votar contra as da IL,...

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Contra tudo!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... que iam muito mais ao encontro das ideias do Partido Social Democrata do que as do PS.

Portanto, é preciso perceber se são, de facto, oposição ao Governo ou se são a bancada que apoia o Governo, porque isso ficou um bocadinho na dúvida durante a especialidade.

Obviamente, vamos votar contra as propostas do Partido Socialista.

Aplausos da IL.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Miguel Cabrita** (PS): — Sabem tudo!

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Tomás Cardoso Pereira, do Livre, tem a palavra. Dispõe de 2 minutos.

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Sr. Presidente, queria começar por dizer à Sr.^a Deputada Mariana Leitão, que sofro um bocadinho de alergias, aliás, estou a ser afetado por elas neste preciso momento, mas não tenho alergia política nenhuma à desburocratização nem a nada do género.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Dá para ver!...

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — Tenho alergias, e o Livre tem alergias, é à desregulação selvagem e à desproteção dos direitos dos trabalhadores.

Protestos da IL e de Deputados do PSD.

A isso tenho uma grande alergia e tenho orgulho de ter essa alergia, juntamente com as outras que tenho pessoalmente.

Aplausos do L.

Quanto a este decreto-lei e a esta apreciação parlamentar, reafirmamos aquilo que dissemos na generalidade. Durante anos, o Código Contributivo foi sendo construído para reforçar a transparência e o combate ao trabalho clandestino. O problema é que este decreto-lei faz precisamente o contrário: reduz a responsabilização de quem cumpre e fragiliza a proteção de quem trabalha.

Protestos da Deputada do PSD Carla Barros.

É verdade que, com os avanços que tivemos na especialidade, este decreto fica um bocadinho menos mau, mas, na verdade, continua a persistir a questão de que temos estado aqui a falar sobre os 3 meses ou os 12 meses, em casos de trabalho não declarado.

Srs. Deputados, Srs. Deputadas, podemos andar às voltas a discutir tudo e mais qualquer coisa, a falar de alergias a isto e àquilo...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Foi à vossa intervenção de hoje!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — ... e à desburocratização e à desregulação, mas o que está aqui em causa é muito simples: vamos votar a favor da proteção dos direitos dos trabalhadores ou contra a proteção dos direitos dos trabalhadores?

O Sr. **Paulo Mucho** (L): — Muito bem!

O Sr. **Tomás Pereira** (L): — A questão central nesta avocação ou nesta apreciação parlamentar do Partido Socialista, a única questão de fundo que está aqui em causa, é essa. Vamos ver como é que votam.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, creio que não há nenhuma bancada que defenda a burocracia. Agora, este regime, que foi discutido fora da Assembleia da República, não é disso que trata. O que dá, na verdade, é uma ajuda do Estado às empresas incumpridoras.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Claro!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Não é verdade!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — As empresas não são um bicho-papão, muito pelo contrário. Devemos premiar as empresas que cumprem a lei, que fazem os descontos para os trabalhadores.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Pois!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — O que a direita está a fazer, na verdade, é promover o trabalho irregular, tornando-o mais barato.

Aplausos de Deputados do PS e do L.

É isso que tenta esconder atrás do número patético, dizendo que houve 11 milhões de contribuições fraudulentas, num universo de mais de 30 mil milhões.

O PSD e o CDS argumentam à volta de 0,036 % do universo de contribuições da segurança social, para esconder o facto de que, se esta lei for aprovada, passa a ser mais fácil em Portugal ter empresas que exploram os trabalhadores,...

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Fiscalizem!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... que não os declaram à Segurança Social, descapitalizando-a. Portanto, PSD, CDS, IL e Chega, o que farão, na prática, é dar uma monumental ajuda de Estado às empresas que não cumprem.

Aplausos de Deputados do PS e do L.

O Sr. **André Ventura** (CH): — É o contrário!

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, saudamos também o PS por nos trazer esta apreciação parlamentar, porque entendemos que há processos, em particular o laboral, que não devem ser feitos, por parte do Governo, à porta fechada. Tem de haver uma maior participação, que, até aqui, efetivamente, não tem havido, e se é certo que o Governo não tem ouvido, tampouco o setor social, da forma que deveria ouvir, não é menos certo que muitas vezes também o Parlamento é arredado desse mesmo processo.

Não podemos confundir, depois, conceitos que aqui têm vindo a ser referidos, desde a burocratização à necessidade de garantirmos uma maior proteção laboral, porque os mesmos não podem nem devem ser confundíveis.

No entender do PAN, os trabalhadores devem ser efetivamente protegidos, o que só se alcança com mecanismos laborais que garantam que não haja renovações contratuais para dissimular a relação contratual existente. Entendemos também que a lei, a ser alterada, terá de ser alterada sempre para reforçar e não para recuar nos direitos.

Mas como este é o mesmo Governo que acha que todos os males do mundo em matéria de fraude são, por exemplo, as mães que amamentam ou, até mesmo, as mulheres que se veem na circunstância de ter de colocar baixa por luto gestacional, está tudo dito; quando estamos a falar com um Governo que acha que os problemas do País são estes e os que dizem respeito ao pacote laboral.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, gostaria de felicitar o Partido Socialista por esta apreciação parlamentar e de dizer que facilitar a comunicação da admissão de trabalhadores até ao início da execução do contrato não é uma alteração técnica, é um sinal perigoso, um sinal da tolerância para práticas que já bem conhecemos e que penalizam, acima de tudo, os mais vulneráveis.

O que está em causa não é apenas um detalhe jurídico. Por um lado, trata-se da proteção dos trabalhadores, da credibilidade do sistema de segurança social e da confiança. Por outro, trata-se, também, da nossa economia. Reduzir as penalizações para as empresas incumpridoras é premiar quem viola a lei e castigar quem a cumpre. E isso não é justiça social, isso não é concorrência leal.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É a lei do menor esforço!

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Por isso, esta apreciação é não só legítima como necessária. É o momento de corrigir o rumo, garantir equilíbrio e defender quem mais necessita. Modernizar não significa, por isso, precarizar. Modernizar é avançar.

Aplausos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Presidente**: — Vamos voltar às votações.
Podemos votar todas as propostas de alteração do PS, em conjunto?

Pausa.

Então, não havendo objeções, vamos votar, na especialidade, as propostas de alteração do PS, de substituição dos n.ºs 4 e 6 e de aditamento de um n.º 5 e um n.º 6 ao artigo 29.º do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

Submetidas à votação, foram rejeitadas, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e a abstenção do CH.

Segue-se a votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, relativo à Apreciação Parlamentar n.º 5/XVII/1.ª (PS) — Decreto-Lei n.º 127/2025, de 9 de dezembro, que altera o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e abstenção do CH.

Procedemos, agora, à votação do Projeto de Resolução n.º 680/XVII/1.ª (L) — Recomenda o reforço da oferta de vagas gratuitas para a primeira infância e a fiscalização dos serviços de creche e ama.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos contra do PSD e do CDS-PP e a abstenção da IL.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Resolução n.º 691/XVII/1.ª (L) — Recomenda a manutenção do Estado na Cooperativa António Sérgio para a Economia Social e a valorização estratégica da economia social e do cooperativismo.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L; do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

Vamos votar, na generalidade, o Projeto de Resolução n.º 694/XVII/1.ª (PS) — Recomenda ao Governo que reconsidere a exoneração da parte pública da CASES — Cooperativa António Sérgio para a Economia Social, suspenda o processo, evitando a extinção desta entidade, e inicie de imediato um processo de diálogo com os cooperadores da CASES para salvaguardar o interesse público, a economia social e os trabalhadores.

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do CH, da IL e do CDS-PP e os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Só tachos!

O Sr. **Presidente**: — Passamos à votação final global do texto final, apresentado pela Comissão de Educação e Ciência, relativo ao Projeto de Resolução n.º 633/XVII/1.ª (L) — Proteger alunos depois das tempestades: recuperar as infraestruturas escolares e as aprendizagens.

Submetido à votação, foi aprovado, com os votos a favor do CH, do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e os votos contra do PSD e do CDS-PP.

Srs. Deputados, vamos votar o Projeto de Resolução n.º 635/XVII/1.ª (L) — Recomenda ao Governo que garanta comunicação dedicada à segurança das pessoas surdas em contextos de emergência.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Prosseguimos com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 388/XVII/1ª (IL) — Alteração à Lei de Bases do Clima (segunda alteração à Lei n.º 98/2021, de 31 de dezembro).

Submetido à votação, foi rejeitado, com os votos contra do PSD, do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP, os votos a favor do CH e da IL e a abstenção do CDS-PP.

Agora vamos ter a votação do parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados. Tem a palavra o Sr. Secretário.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados no sentido de autorizar o Sr. Deputado Joaquim Barbosa a prestar depoimento, por escrito, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo 463/25.1PBGMR que corre termos no Tribunal Judicial da Comarca de Braga — Juízo Local Criminal de Guimarães — Juiz 4.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Secretário** (Francisco Figueira): — Sr. Presidente, é para informar a Câmara do Parecer n.º 10, também da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, no sentido da retoma do mandato do Sr. Deputado Miguel Rangel, eleito pelo círculo eleitoral do Porto, a partir do dia 28 de março, inclusive.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar o parecer, Srs. Deputados.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Lembro que a nossa próxima reunião plenária é no dia 1 de abril.
Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, queria confirmar uma votação, porque o resultado da avocação do Partido Socialista foi claro, mas, depois, tínhamos o texto final e, com sinceridade, como o texto final tinha alterações aprovadas em comissão ontem, fiquei sem perceber qual era a votação do texto final, mesmo chumbada a avocação do Partido Socialista.

O Sr. **Presidente**: — O texto final teve os votos contra do PSD, da IL e do CDS-PP, os votos a favor do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP e abstenção do CH. Certo?

Burburinho na Sala.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias e contraprotestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Esse debate prosseguirá depois, fora do Plenário.

A próxima ordem do dia, que é no dia 1 de abril, às 15 horas, encontra-se devidamente distribuída e disponível para consulta nos suportes institucionais da Assembleia da República.

Srs. Deputados, está encerrada a sessão. Muito obrigado e bom fim de semana.

Eram 18 horas e 50 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.